

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO EM ENSINO

RAFAEL BORGES GUIMARÃES DA ROCHA

**ENTRE A *SUBJETIVAÇÃO* E A SINGULARIDADE: OS MÚLTIPLOS *DEVIRES* DAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Santo Antônio de Pádua

2017

RAFAEL BORGES GUIMARÃES DA ROCHA

**ENTRE A *SUBJETIVAÇÃO* E A SINGULARIDADE: OS MÚLTIPLOS *DEVIRES* DAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de concentração: Ciências Humanas.

ORIENTADORA:

Prof^a. Dr^a. Maristela Barenco Corrêa de Mello

Santo Antônio de Pádua

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE UFF/SDC/BINF

R672 Rocha, Rafael Borges Guimarães da.

Entre a subjetivação e a singularidade: os múltiplos devires das beneficiárias do Programa Bolsa Família / Rafael Borges Guimarães da. - Santo Antônio de Pádua, 2017.
153 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ensino). - Universidade Federal Fluminense, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, 2017.

Bibliografia: f. 127-135.

Orientadora Maristela Barenco Corrêa de Mello.

1. Micropolítica. 2. Programa Bolsa Família. 3. Singularização. 4. Subjetivação. I. Mello, Maristela Barenco Corrêa de. II. Título.

CDD 353.5

RAFAEL BORGES GUIMARÃES DA ROCHA

**ENTRE A *SUBJETIVAÇÃO* E A SINGULARIDADE: OS MÚLTIPLOS
DEVIRES DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de concentração: Ciências Humanas

Aprovada em: 26 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maristela Barenco Corrêa de Mello (orientadora) - UFF

Prof. Dr^a. Cristiana Callai de Souza - UFF

Prof^a. Dr^a. Maria Emanuela Esteves dos Santos - UFSJ

Santo Antônio de Pádua

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais (ao pai *in memoriam*, mãe e ao padrasto como parte destes “pais”), pela contribuição e apoio nas horas essenciais.

Às minhas irmãs, que me ensinaram o dom e o valor da partilha.

Aos milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família, que fazem parte deste país e, em especial, as cinco parceiras-beneficiárias, que me acompanharam neste processo.

Aos meus sobrinhos, Emanuela e Davi Luiz, que me sustentaram com esperança, nos momentos em que me faltava fôlego.

A todos os meus *agenciamentos*, entre colegas de turma, orientadora e Instituição de Ensino.

Aos autores Deleuze e Guattari, por permitirem que brotasse em mim uma nova pessoa. Pensar através de vocês me fez atravessar furacões e, ainda assim, contemplar com espanto e admiração as brisas que recebemos todas as manhãs como infinitas possibilidades de vida.

AGRADECIMENTOS

Andei pesquisando sobre dissertações com o intuito de buscar formas de agradecimento que contemplassem toda a coletividade que um trabalho acadêmico traz. Famílias, turmas, orientadores, parceiros de caminhada, namorados, esposas e maridos, autores, colaboradores, instituições, coordenadores de curso ... todos contemplados. Não o faria diferente. Toda minha gratidão aos que estiveram comigo neste processo de crescimento pessoal e coletivo.

Mas é quando me vejo como parte do campo molecular que se estabelece em um processo de pesquisa, que percebo todos os *agenciamentos* que se puseram diante de mim, como desafios e novas possibilidades. Sim, é indiscutível o quanto me *desterritorializei*. As convergências e divergências entre hipóteses, premissas, metodologias, necessidades de produção e muito mais do que uma página de agradecimentos pode trazer, me fizeram perceber os enunciados de coletividade como uma possibilidade ímpar de se criar *linhas de fuga* e de se repensar territórios.

Aos que me deram a ler, aos que dei a ler, aos que me desafiaram, aos que desafiei, aos que me acompanharam, aos que acompanhei ... existe um sentimento que, neste momento, se faz maior que a palavra amizade. Confesso que não encontro uma definição que possa designá-lo com a intensidade em que o vivo, mas que existem inúmeras formas de materializá-lo. A primeira poderia ser a compaixão. Não amplamente no sentido epistêmico da palavra, mas na possibilidade de se ter paixão para com o outro e seus processos e, assim, ser a paixão do outro por também fazer parte deste processo. É a multiplicidade do recíproco. A segunda, solidariedade. Ser, pelo outro, aquilo que se é para si.

Por todos nós, compaixão, solidariedade e ... gratidão.

Não é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para a direita ou inversamente: tentem e verão que tudo muda (...).

Não seja nem uno, nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca ponto! A velocidade transforma o ponto em linha. Seja rápido, mesmo parado!

Deleuze e Guattari, em Mil Platôs.

RESUMO

O presente trabalho insere-se na Linha de Pesquisa Epistemologias do Cotidiano e Práticas Instituintes, do Programa de Pós-graduação em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense. Tem como proposta adentrar no campo *molecular* onde se encontram os processos de *singularização* que se dão dentro da *subjetivação* das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para isso, lança mão de pensamentos filosóficos de Deleuze e Guatarri, percorrendo *linhas de fuga* que se dão nos processos de *desterritorialização* que se encontram em curso no cotidiano das envolvidas com o referido programa. Logo, serviram como ferramentas desta abordagem filosófica conceitos como: *agenciamentos*, *desterritorialização*, *dever*, *linhas de fuga*, *micropolítica*, *nomadismo*, *singularização*, *subjetivação*. O trabalho encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira denominada “Para início de conversa”, onde se introduz toda a problemática da pesquisa, bem como a metodologia abordada e os processos de construção do texto final. A segunda parte traz a possibilidade de se experimentar os *platôs*, sendo o primeiro chamado de “O lugar e nós”, o segundo “*Dever-beneficiária*” e o terceiro “Discursos do eu pobre”. A terceira parte, denominada de “Finalizando a conversa”, traz as considerações finais, o apêndice e os anexos da produção. O grande foco do trabalho encontra-se ao meio (lugar tal que, segundo Deleuze, adquire-se velocidade), para onde foram trazidas as falas advindas do encontro entre o pesquisador e as parceiras-beneficiárias, em forma de *platôs*. A grande diferença entre os *platôs* e os capítulos de um texto encontra-se no fato de se poder tomá-los em leitura sem nenhuma ordem pré-estabelecida e que um *platô* pode estabelecer microconexões com outro. A metodologia de pesquisa de campo adotada foi batizada de *cema* e consta de um pote com termos/temas que, ao serem sorteados pelas beneficiárias, serviam como impulso provocador da fala. Para a tarefa de escrita do trabalho final, foi utilizada a metodologia que pode ser chamada de *rizoma-cartográfica*, que pôs-se a proporcionar a possibilidade de se perceber o universo *molecular* do Programa Bolsa Família como território da *micropolítica*.

Palavras-chaves: Micropolítica, Programa Bolsa Família, Singularização, Subjetivação.

ABSTRACT

This paper is part of the Research Line Epistemologies of Daily Life and Institutional Practices, of the Graduate Program in Teaching, of the Fluminense Northwest Institute of Higher Education, Federal Fluminense University. Its purpose is to enter into the *molecular* field where the processes of *singularization* are found within the *subjectivation* of the beneficiaries of the Bolsa Família Program. In order to do so, it relies on philosophical thoughts of Deleuze and Guatarri, traversing lines of escape that occur in the processes of *detrterritorialization* that are underway in the daily life of those involved with this program. Therefore, such concepts as: *agency*, *detrterritorialization*, *becoming*, *escape routes*, *micropolitics*, *nomadism*, *singularization*, *subjectivation* served as a tools for this philosophical approach. The paper is divided in three parts, the first one is called "For the Beginning of the Conversation", where all the problems of the research are introduced, as well as the methodology approached and the processes of construction of the final text; The second part offers the possibility of experiencing the *plateaus*, the first being called "The place and we", the second "*Devir-beneficiary*" and the third "Discourses of the poor self"; The third part, called "Finalizing the conversation", brings the final considerations, the appendix and the annexes of the production. The great focus of the work lies in the middle (where, according to Deleuze, speed is acquired), where the analyzes of the data of the research in the form of *plateaus* were brought. The great difference between the *plateaus* and the chapters of a text lies in the fact that they can be taken in reading without any pre-established order and that a *plateau* can establish micro-connections with another. The research methodology adopted can be called rhizoma-cartographic and provided the possibility of perceiving the *molecular* universe of the Bolsa Família Program as a territory of *micropolitics*.

Keywords: Micropolitics, Bolsa Família Program, Singularization, Subjectivation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - O reflexo que devolve o caos pelo caminho, f. 12
- Figura 2 - Cartão De Beneficiário do PBF, f. 15
- Figura 3 - Condicionalidades do PBF, f. 22
- Figura 4 - Quebrando premissas, f. 26
- Figura 5 - Imagens da *Cema*, f. 34
- Figura 6 - Imagens da *Cema*, f. 35
- Figura 7 - Anéis quebrados: micro-fendas do conhecimento, f. 48
- Figura 8 - Em meio a estilhaços, f. 57
- Figura 9 – Olhando pelos estilhaços, f. 78
- Figura 10 - Árvore e *rizoma*: cabeça e corpo, f. 81
- Figura 11 – Brotando entre blocos de concreto, f. 86
- Figura 12 - *Devires* de beneficiária, f. 99
- Figura 13 - Fragilidade ou potência?, f. 100
- Figura 14 - Imagens da *Cema*, f. 102
- Figura 15 - Fazendo um globo com os cacós, f. 123
- Figura 16 – O coletivo da enunciação: *subjetivação*, *singularização* e *rizomas*, f. 125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EF	Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE	12
1 PARA INÍCIO DE CONVERSA	12
1.1 Dentro do mar tem rio	13
1.2 Pesquisar sobre o Programa Bolsa Família: Por que e para quê?	17
1.3 Conhecendo o Programa Bolsa Família	20
2 METODOLOGIA OU MEMORIAL METODOLÓGICO	26
3 APRESENTAÇÃO.....	41
3.1 Dos espelhos quebrados	43
3.2 Dos textos em <i>platôs</i>	45
3.3 Das três partes	50
3.4 Glossário.....	53
SEGUNDA PARTE	57
1 O LUGAR E NÓS	57
1.1 O lugar e as evidências	61
1.2 Pau que brota, gente que nasce: o princípio	62
1.3 O econômico.....	64
1.4 O social e o político.....	66
2 <i>DEVIR-BENEFICIÁRIA</i>	78
2.1 Do ser beneficiária ao <i>dever-beneficiária</i> : desejos e resistências	78
2.2 As beneficiárias e seu modo de relação com o tempo.....	82
2.3 Daquilo que o Programa Bolsa Família é e aquilo que representa.....	85
2.4 <i>Dever-Desejo</i> : relações de potência	86
3 DISCURSOS DO EU POBRE	100
3.1 A pobreza como lugar	106
3.2 A consciência do eu pobre: captura e potência	109
3.3 Educação: o resgate dos propósitos do Programa Bolsa Família.....	113
TERCEIRA PARTE	123
1 FINALIZANDO A CONVERSA.....	123
REFERÊNCIAS	127
FONTES DOCUMENTAIS	135
APÊNDICES	136
ANEXOS	150

- PRIMEIRA PARTE -

1 PARA INÍCIO DE CONVERSA



Figura 1 - O reflexo que devolve o caos pelo caminho¹

Com o objetivo de iniciar um diálogo e uma aproximação do leitor para o trabalho em questão, inicio esta conversa apresentando minha experiência como uma espécie de convite para a pesquisa que se desencadeia no desenrolar das tramas que aqui são abordadas. Tramas da vida, que anunciam a existência de singularidade e protagonismo frente à luta pela vida com dignidade. Esta parte do trabalho tem como um de seus principais objetivos as informações sobre os procedimentos abordados para a realização da pesquisa, suas análises e interpretações, bem como uma prévia localização sobre as hipóteses obtidas através dos resultados gerados pela atuação em campo. Participa quem se aventura por estes escritos do caminho percorrido e da seleção das referências bibliográficas necessárias para

¹ Imagem retirada do acervo de imagens do Google. Disponível em <<http://cdn.blogdaarquitectura.com/wp-content/uploads/2016/04/foto-surreal-espelhos-blog-da-arquitetura.jpg>> Acesso em: 18 de jan. 2017.

empoderamento das questões abordadas. Justifica a estética adotada para o trabalho e o estilo literário de que lancei mão no decorrer desta produção textual simbiótica e feita a várias mãos. Aponta para a importância da pesquisa realizada e sua possível funcionalidade no meio social e educacional em que foi produzida, percebendo a necessidade de ter um curso de mestrado, no noroeste fluminense, que sirva ao mesmo em diferentes perspectivas.

1.1 DENTRO DO MAR TEM RIO

Iniciar uma conversa em primeira pessoa. Estabelecer um diálogo a partir daquele que inquirere, investiga, sendo este o enunciador deste debate. Mas, além deste pressuposto, tenho, no preâmbulo deste trabalho, a necessidade de me colocar como sujeito pertencente de uma história que supera a ideia de pobreza, educação e políticas sociais. Uma vez pesquisador de uma política de transferência de renda, a maior pobreza que poderia ser vivida por mim, estaria ligada ao fato de que minha história poderia se perder ao longo de minha pesquisa.

Como afirma Benjamin (1987), devemos conceber a experiência como um patrimônio cultural, vinculando-a a nós mesmos, tornando-a parte indissociável da nossa existência, sendo esta subtraída de nós, um reflexo de pobreza cultural. Quando nos distanciamos de nossas experiências, praticamos a barbárie de impedir que sigamos em frente, que possamos aprender a recomeçar e assim, nos perdemos de nós mesmos e de nosso passado, e passamos a nos contentar com pouco, a construir a partir de pensamentos pequenos, sem ampliarmos nossa capacidade de visão holística.

Para justificar o subtítulo que dei, quero mostrar, como condição de sensibilização, a afinidade como me coloco com dois trechos da música interpretada por Maria Bethânia, que dizem:

Dentro do mar tem rio ...
 Dentro de mim tem o quê?
 Vento, raio, trovão
 As águas do meu querer (...)
 Um mar de sim e de não
 Dentro do mar tem rio
 É calmaria e trovão
 Dentro de mim tem o quê? (BETHÂNIA, M. 2007).

Longe de querer potencializá-la da capacidade de influenciar o leitor, a história que conto é causadora de um movimento interno, intrínseco, talvez uma história individual. O importante é percebê-la como autêntica. Como propulsora de uma força motriz que serviu de movimento inicial para uma possível inércia diante da lógica reprodutora da desigualdade que a escola vive hoje (BOURDIEU e PASSERON, 1975). Seria inerte que, tendo eu percorrido um caminho de um possível êxito em minha trajetória escolar ou no magistério, privasse meus leitores de se submergirem, mergulharem na história que vos conto.

Em meio a um mar, um rio. Filho de pedreiro e dona de casa, irmão do meio em uma família com cinco filhos, aprendi a valorizar a partilha em prol do bem comum, na busca de uma qualidade de vida que nos era permitida dentro de nossas limitações. Como irmão do meio, presenciei a gravidez e o nascimento de minhas duas irmãs mais novas, enquanto era acompanhado e educado, em conjunto, por minha mãe e minhas irmãs mais velhas. Meu pai, trabalhava incansavelmente em obras e construções, para garantir o sustento da família e sua presença era algo raro em dias de semana. Nos finais de semana, era comum a reunião familiar e a satisfação entre nós era a alegria de termos uns aos outros em saudosas perspectivas. Logo, dentro de mim tem o quê?

Num mar de sim e de não, minhas duas irmãs mais velhas e eu estudávamos em uma escola de periferia. Na época, chamava-se Escola Estadual Pedro Henrique Soares, hoje, municipalizada. Esta escola oferecia da antiga pré-escola até a quarta série do antigo primário, atualmente, quinto ano do Ensino Fundamental – Séries Iniciais. Tivemos a felicidade de ter bons professores e um bom ensino. Mas posso conceber que, à época, pautava-se em uma educação conteudista e excludente. Este é o mar de sim e de não. A escola que contribuiu para que me libertasse, deixou muitos às margens, por atuar dentro de padrões de reprodução de desigualdade (BOURDIEU e PASSERON, 1975).

Sabíamos o que era felicidade e satisfação em família, mesmo sendo pessoas humildes e simples. Porém, bem ao término de minha infância e próximo ao início de minha adolescência, convivemos com os ventos, os raios e os trovões que a vida nos oferece. Meu pai descobriu uma doença em estágio terminal. Por muitos anos me privei de pronunciar o nome desta doença, mas aqui, para fins de esclarecimento, o digo: câncer. Meu pai, arrimo de família, única fonte de renda que possuíamos, estava com câncer. Dentro de três meses ele faleceu.

Todas as referências de bem-estar que tínhamos, toda a satisfação de uma vida em família e calma foi brutalmente interrompida por uma fatalidade. Minha mãe, com cinco filhos, passou a ter como única fonte de renda um salário mínimo, assistida pela pensão por morte do marido precocemente levado de sua vida. Um salário mínimo para cinco filhos, sendo uma de colo, com menos de um ano de idade. Neste momento, gostaria de observar o planejamento familiar que meus pais tiveram, obviamente, resultado de pouco estudo e mínima instrução para tal. Ambos não haviam concluído nem o primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Os três irmãos mais velhos, incluo-me entre estes, passaram a lidar com a necessidade de ter que trabalhar, mesmo que precocemente, para ajudar na renda familiar. Uma qualidade de minha mãe que enalteço e aqui descrevo é que, mesmo com poucos estudos e sabendo da necessidade de trabalharmos, sempre exigiu que estudássemos. Em muitos momentos, a escola era o lugar onde melhor nos alimentávamos. Além de fonte de conhecimento e alimento para a alma, a escola era, naquele momento, uma das formas como sanávamos a fome e a alimentação precária.

Não seria difícil, àquela época, que fôssemos assistidos por algum programa de transferência de renda. E fomos. Calmaria e trovão, uma história de superação estabeleço aqui. Percebo-me como parte de um mar, onde sinto-me como um rio. Dentro do mar tem um rio. Em meio aos beneficiários que pesquisarei, aponto o lugar que ocupei e as circunstâncias em que este lugar passou a ser uma realidade em minha vida. Ainda há vestígios deste período por nós vivido. Minha mãe guarda o cartão que garantia a transferência do benefício para nossa família:



Figura 2 - Cartão De Beneficiário do PBF. No caso, a beneficiária era minha mãe. Fonte: arquivo pessoal.

Como continuidade desta história, passarei para o momento de minha vida em que me formei, fui aprovado em concurso público e me tornei professor do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Minhas irmãs também já haviam se estabelecido profissionalmente. Assim, a oportunidade de assumir uma carreira, proporcionou a mim e a minha família, o rompimento com o Programa Bolsa Família (PBF). Mas minha história com ele, não.

Como professor dos Anos Iniciais na Educação Básica lecionava em escolas de periferia. Trabalhava com alunos que, em sua maioria, eram oriundos de famílias beneficiárias do PBF. O que inicia uma nova etapa da história aqui contada. Estes alunos me mostraram não apenas o lugar que já ocupei, mas a possibilidade de perceber estes como parte de uma história da qual pertenci e pertencço. Estar em contato com eles era uma forma de me aproximar de um passado não muito distante e mais, de não me permitir o distanciamento com minha própria história de vida.

Dentro de um mar de pessoas que podem compor o quadro de beneficiários do PBF, existe um rio que desemboca nas infinitas possibilidades deste mar. Um rio de águas provenientes de chuvas com vento, raio, trovão. Mas que são águas do meu querer. Se o rio pode ser de calmaria ou não, o fato é que dentro do mar tem rio e dentro de mim, tem o quê? Dentro de mim tem a possibilidade de voltar às origens, com uma nova abordagem. Diante da necessidade de entender e elucidar aquilo que a vivência não me possibilitou, mas que a pesquisa pôde me proporcionar.

Para fins de localização, este é um trabalho que tem como eixo central uma pesquisa desenvolvida em uma cidade do interior do Noroeste Fluminense – Miracema. Cidade em que moro há 24 anos. Como característica típica de uma cidade do interior, Miracema possui poucos habitantes, o que a caracteriza como uma cidade pequena. Retornar a este local me coloca diante de um dos maiores desafios de minha vida. Digo retornar pois, apesar de ainda morar nesta cidade, desde que iniciei o curso de Mestrado em Ensino, meu objeto de pesquisa passou a ser minha cidade. A cidade em que vivo.

Desde então, como um pesquisador do cotidiano, sinto como se retornasse a um local que já me pertencia, mas que agora me devolve uma nova imagem, uma releitura. Não porque a percebo em grandes transformações socioeconômicas ao longo dos anos que nela vivo, mas pelo fato de vê-la com outros olhos. De tê-la em novas perspectivas. De deixar que minhas inquietações de pesquisador guiem os passos que dou pela cidade que me acolheu há 24 anos. Cidade em que caminhei pela minha infância, adolescência, juventude... cidade em que me

criei e me formei, mas que só agora, passeia por mim. Hoje, ela passeia por mim, como se devolvesse, amorosamente, os passos que já dei por ela.

O menino que cresceu fazendo cócegas pelas ruas de Miracema, com seus passos inquietos de criança, adolescente, jovem, agora sente as cócegas e as inquietações que uma pesquisa em uma realidade local pode proporcionar. Como se por questões de apresentação, pudesse dizer que

Quem conhece cidade pequena, sabe: a reduzida dimensão territorial de que dispomos para circular permite encontrarmo-nos constantemente pelas esquinas, padarias, praças, igrejas, nas entradas das escolas, nas filas dos bancos. Encontramo-nos e conversamos. Conversa-se muito, no interior. E por não despendermos horas no trânsito, ainda temos tempo para conversar por aqui. E por não sentirmos permanentemente o medo de permanecer pelas calçadas em virtude da violência, ainda temos coragem de conversar por aqui (LACERDA, 2014, p.49).

E estas características, ao meu ver, enriquecem uma pesquisa que se aventura pelo cotidiano. Potencializa as relações necessárias para uma aproximação fidedigna com a realidade. Amplia as possibilidades de detalhes pertinentes ao objeto pesquisado. Permite não somente a exuberância da riqueza dos detalhes, mas também a compreensão mais precisa dos fenômenos que nela acontecem.

1.2 PESQUISAR SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POR QUE E PARA QUÊ?

Através de leituras sobre estudos realizados por distintas Instituições, pude perceber a notável evolução da qualidade de vida e, por consequência, crescimento da qualidade do ensino. Como estudado e apontado por Barros *et al* (2000 *apud* BRITTO, 2006):

Desde a década de 1960, o quadro da desigualdade brasileira vinha se mostrando praticamente imutável (Barros *et al.*, 2000). A partir do final dos anos 90, contudo, parece ter-se iniciado um processo continuado de mudança, que se acelerou no início do século XXI. Os dados anualmente obtidos pelas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD) revelam uma tendência constante e significativa de redução da desigualdade e da pobreza ao longo da década de 2000 (IPEA, 2006). O coeficiente de Gini, medida de desigualdade de renda amplamente utilizada, vem alcançando, desde 2001, os menores patamares dos últimos trinta anos, ao mesmo tempo em que se verificam incrementos significativos na renda média das parcelas mais pobres da população (BARROS *et al*, 2000; *apud* IPEA, 2006; BRITTO, 2006, p.6).

Desta maneira e percorrendo estes estudos, pude notar o significativo crescimento da qualidade de vida da população brasileira, que se demonstrava estagnada na década de 90, e passa a demonstrar alterações positivas no quadro econômico no início do século XXI, coincidentemente, com o amadurecimento dos Programas de Transferência de Renda. Estes programas já se encontravam em vigência e foram unificados em um único, denominado de Programa Bolsa Família, de acordo com uma necessidade do Governo Federal que, em 2003, recebia fortes críticas com a multiplicidade de programas com públicos parecidos, como sinaliza Cotta (2009 *apud* BRITTO, 2010):

Ao final daquele ano, portanto, havia múltiplos programas de transferência de renda superpostos, com benefícios diferentes, públicos-alvo similares, duplicação de esforços e confusão gerencial (COTTA, 2009). Em face desse diagnóstico e frente à avalanche de críticas recebidas pelo Fome Zero, unificam-se as diversas iniciativas de transferência de renda existentes⁴, com a criação do Programa Bolsa Família, convertido em lei em janeiro de 2004 (COTTA, 2009, *apud* BRITTO, 2010, p.3).

Diante destes fatos e das tramas que se colocam no dia a dia de nossas vivências, foi se desenhando em mim a premissa de uma importância social do programa Bolsa Família que, após consolidado em 2004, representou para o Brasil a mudança social apresentada nestes estudos e sinalizadas acima e, obviamente, isto reflete no contexto educacional, como sinaliza Glewwe e Kassouf (2007, *apud* BRITTO, 2010):

No campo da Educação, estudo de Glewwe e Kassouf (2010) a partir de dados do Censo Escolar concluiu que o Bolsa Família aumentou as taxas de matrícula das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental em 4,5 pontos percentuais e, nos anos finais, em 6,5 pontos percentuais. A mesma pesquisa identificou impactos positivos, ainda que de menor magnitude, na redução do abandono escolar e nas taxas de promoção. Já os resultados da primeira etapa da avaliação de impacto do programa concluíram que as crianças beneficiárias do programa têm uma probabilidade 3,6% menor de faltar às aulas e 1,6% menor de abandonar a escola do que as crianças não beneficiárias (MDS, 2007) (GLEWWE e KASSOUF, 2007; MDS, 2007; *apud* BRITTO, 2010, p.7).

Sendo assim e, diante dos dados apresentados, ressalto a tripla perspectiva em que era atravessado por este programa de transferência de renda: a primeira, como já apresentado, por minha família a ele ter pertencido; a segunda, por ser, atualmente, professor de educação básica e, indiretamente, estar lidando com famílias beneficiárias; a terceira por pertencer a um

município com um percentual significativo de beneficiários frente a sua população². Destes desdobramentos, surgiu em mim o interesse em perceber, no campo da individualidade, como se dá a relação entre estes beneficiários e este programa de transferência de renda. Isto me levaria a uma pesquisa que pudesse perceber aquilo que se forma ou se transforma no curso da vida e suas infinitas possibilidades.

A implantação e consolidação do PBF é uma realidade presente nos municípios brasileiros. O referido programa tem uma representatividade social no município de Miracema, expressa no alto índice de beneficiários em relação à sua população. Em consequência disso, quais são as perspectivas destes beneficiários com o programa? Quais são as relações que se estabelecem no cotidiano destas vidas em consequência da participação no PBF? Como a necessidade de pertencimento a um programa deste nível é percebida por seus beneficiários?

Para responder a estas perguntas, tem-se o objetivo geral de identificar, no âmbito da experiência concreta, as múltiplas relações que se estabelecem entre os beneficiários, a cidade de Miracema e o Programa Bolsa Família.

Para se atingir este objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Buscar pistas sobre o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Miracema;
- Dar visibilidade a beneficiárias que, por vias tradicionais, sempre existiram enquanto números e estatísticas;
- Identificar os processos de formação de *linhas de fuga* e formas de sobrevivência daquelas que se encontram enquanto beneficiárias;
- Desenhar, através de aplicações de conceitos filosóficos, os movimentos que se insinuam no cotidiano destas beneficiárias;
- Perceber a importância ou a relevância do respectivo programa na vida destas beneficiárias;
- Encontrar, na enunciação destas beneficiárias, a percepção da relação do estudo e da educação com o rompimento com o ciclo de pobreza proposto pelo programa.

² Com população de 26.665 habitantes, quando cruço estes dados com os do Portal da Transparência, percebo que Miracema possui uma média de 8% de sua população beneficiária do PBF, uma vez que, em 2015, o número era de 2.108 beneficiários. Dados retirados do Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>> e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010). Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330300>> Acesso em: 27 de out. 2015.

1.3 CONHECENDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No atual cenário brasileiro, o Programa Bolsa Família – PBF é o maior Programa de Transferência de Renda em funcionamento, ou seja, assume o centro do Sistema Brasileiro de Proteção Social. Criado em 09 de janeiro de 2004, o PBF

(...) tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 06 de setembro de 2001, do Programa Auxílio Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (BRASIL, Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004).

Como podemos perceber, O PBF é uma espécie de amadurecimento de Programas de Transferência de Renda já existentes até sua criação. Significa a junção destes Programas em um único benefício. Tem como seu principal objetivo o combate à pobreza e a desigualdade no país. Para que este objetivo seja alcançado, ele atua através de três eixos, a saber:

Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS).

Atuando nestes três eixos, acredita-se que, por um lado, o programa acaba por ser capaz de aproximar as famílias beneficiárias de serviços públicos através de suas condicionalidades que envolvem a educação, a saúde e a assistência social. Por outro lado,

percebe-se que o próprio programa cobra que o poder público, nas esferas federais, estaduais e municipais, responsabilize-se pela oferta destes serviços para que ocorra a garantia da inclusão social e, então, do rompimento com o ciclo de pobreza existente entre estas famílias.

Ainda sobre os eixos em que o PBF atua, nota-se que, em relação as condicionalidades, a ideia é de que as mesmas não funcionem como mecanismo de punição. Logo, o objetivo é de que, através delas, os beneficiários ampliem suas possibilidades de contato com os direitos sociais referenciados acima. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) afirma que o descumprimento de alguma condicionalidade pode levar ao cancelamento do benefício, mas isso somente em último caso. Sobre estas condicionalidades, a própria lei que cria o programa observa que:

A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em um estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL, Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004).

O quadro abaixo nos ajuda a compreender as áreas em que as condicionalidades do PBF atuam, como elas se concentram e de que forma elas funcionam. Através dela percebe-se a preocupação do Governo Federal com o quadro de gestantes e nutrizes que compõem a população brasileira em estado de pobreza e de extrema pobreza. É importante destacar que cada uma destas áreas é acompanhada através de pastas municipais compostas pelas secretarias de Assistência Social, pelas de Saúde e pelas secretarias de Educação.

O quadro é esclarecedor e aponta o público-sujeito para cada uma das ações que envolvem os compromissos expressos em condicionalidades impostas aos beneficiários do PBF. Através dele, pode se constatar a abrangência e a importância de um programa deste porte na vida de uma sociedade marcada pela desigualdade social.

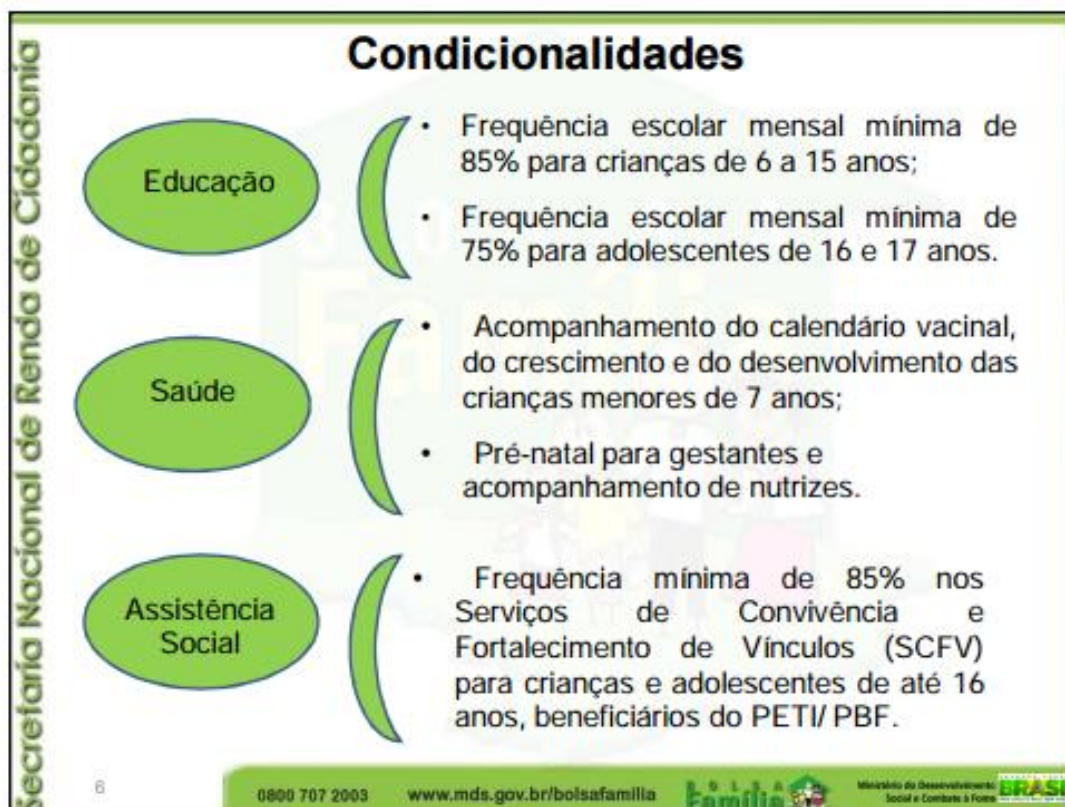


Figura 3 – Condicionalidades do PBF. Fonte: Caderno de Gestão de Condicionalidades e Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família.

Esclarecidas as condicionalidades, é importante delimitar o público-sujeito do PBF. Sobre este público, o MDS utiliza duas classificações: o de famílias em estado de extrema pobreza (com renda *per capita* de até R\$85,00 mensais); e o de famílias em estado de pobreza (famílias com renda *per capita* entre R\$85,01 e R\$170,00 mensais). Toda família que se encaixe em um destes dois perfis econômicos, não será cadastrada no PBF e sim no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), que ocorre em todo o Brasil, nas secretarias de Assistência Social. Assim, apurados os dados, automaticamente elas se tornarão beneficiárias do mesmo³.

Os valores recebidos pelas famílias beneficiárias podem variar de acordo com o tipo e quantidade de benefício que cada uma recebe. Para as famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$85,00 por pessoa) é pago o benefício de R\$85,00 mensais. Além deste benefício básico, este perfil de família pode contar com os Benefícios Variáveis. No valor de R\$39,00, eles são pagos individualmente e podem se estender até 5 membros da família. São divididos em: Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos

(neste caso, é pago às famílias com renda *per capita* mensal de até R\$170,00 por pessoa e é exigida a frequência escolar de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade); Benefício Variável Vinculado à Gestante (este também é pago às famílias com renda mensal de até R\$170,00 por pessoa e que tenham, em sua composição, gestantes que receberão nove mensalidades até o término da gravidez); Benefício Variável Vinculado à Nutriz (funciona através de 6 parcelas que auxiliarão na alimentação do bebê. Para receber este benefício, a família precisa conter, entre seus membros, crianças de 0 a 6 meses de idade); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (pago às famílias com renda *per capita* de até R\$170,00, onde recebem até dois benefícios de R\$42,00 por família.⁴

O MDS esclarece ainda que, caso a família, mesmo recebendo os benefícios previstos, não consiga superar a renda mensal *per capita* de R\$85,00, é calculado um valor individual, de acordo com a quantidade de membros para que a família ultrapasse o valor estipulado para o perfil de extrema pobreza. Assim, em cima do valor do rendimento *per capita* familiar, é calculada uma complementação por pessoa para que este piso de R\$85,00 *per capita* mensais seja alcançado.

Visto como se dá a entrada das famílias no programa, o MDS informa que estas podem deixar de fazer parte dele caso não atualizem seus dados junto às secretarias de Assistência Social através do Cadastro Único. Ocorrendo a atualização cadastral, existe a possibilidade de se constatar que a família melhorou de renda e deixou de preencher o perfil para permanecer no mesmo. O sistema ainda esclarece que a família que melhorar de renda até meio salário mínimo por pessoa, pode permanecer no programa por mais dois anos, existindo ainda a necessidade de atualização dos dados junto ao sistema. Há a possibilidade de as famílias saírem voluntariamente do PBF.

Feitas estas colocações, podemos perceber a preocupação do Governo Federal com três níveis federativos do Brasil - a Assistência Social, a Saúde e Educação; mas nossa maior observação ficará restrita aos 85% de frequência em escolas de ensino regular para as famílias que possuem crianças e adolescentes em idade escolar. Ou seja, a família que possui membros em idade escolar, é obrigada a matricular e manter a frequência destes numa instituição regular de ensino para que possam garantir o seu benefício.

³ Dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>> Acesso em: 27 de fev. 2016.

⁴ Dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>> Acesso em: 27 de fev. 2016.

Com vistas a esta exigência, que toca diretamente os sistemas de ensino, quais os impactos do programa Bolsa Família na qualidade do ensino público no Brasil? É sólido o crescimento da frequência escolar após a implantação e consolidação do programa Bolsa Família, conforme analisado por Weissheimer (2006),

Os números mostram que o programa vem tendo um impacto positivo no setor educacional. A porcentagem de frequência escolar informada, que era de 51% em outubro e novembro de 2004, subiu para 61% nos três primeiros meses de 2005. O índice superou, já no primeiro trimestre, a meta de 60% prevista pelo MEC para julho daquele ano. De acordo com o resultado, 7.970.802 alunos tiveram a frequência informada ao ministério (WEISSHEIMER, 2006, p.57).

Tomando como ciência que Weissheimer (2006) analisou dados a nível nacional, podemos perceber que o PBF, em curto prazo, causou um significativo impacto na frequência escolar dos alunos e faz-se necessário observar que a frequência escolar aumenta as condições de aprendizagem por parte dos discentes e isto reflete diretamente na qualidade do ensino.

O impacto financeiro do custo de uma criança em idade escolar é suavizado quando a família é participante do PBF, segundo o documento de Avaliação de Políticas Públicas e Programas do MDS – Resultados (2007),

Neste Programa, a maioria dos benefícios está associada à frequência e permanência das crianças na escola. O fato de que os benefícios estão condicionados a esta frequência, implica que o preço da escolaridade se reduz. Isto tende a implicar, para as crianças, um aumento do tempo na escola e na redução na participação no tempo gasto em outras atividades, assumindo que escola e trabalho sejam substitutos (OLIVEIRA *et al*, 2007, p.42).

Desta maneira, fica clara a análise de que há uma lógica de que aumentando o tempo do aluno na escola e com a contribuição do Programa Bolsa Família, tende-se a atenuar a dualidade entre a necessidade de crianças de famílias pobres participarem de trabalhos infantis, melhorando a expectativa de escolaridade destas crianças e, assim, se poderia contribuir para o rompimento com o ciclo de pobreza entre as famílias beneficiárias.

Podemos perceber que o PBF possui regras de entrada e permanência, bem como condicionalidades a serem cumpridas por seus beneficiários. Observo, também, que o programa tem como principal objetivo o combate à pobreza e a desigualdade social no Brasil. Busca aproximar as famílias em estado de pobreza e de extrema pobreza de direitos sociais,

bem como diminuir os efeitos da pobreza na vida das mesmas. Em relação à condicionalidade da educação, contribuiu para a elevação da frequência escolar por parte de seus beneficiários e tornou-se um importante instrumento para a educação nacional.

Para além dos dados apresentados sobre o referido programa, o que persisto em dizer é que existe uma possibilidade de se enxergar as vidas que transpassam estes números e se consolidam em forma de vivência e sobrevivência. Ter como experiência o fato de já ter pertencido a uma família beneficiária, me faz querer ir além do que os estudos técnicos nos mostram em números e estatísticas. Me faz perceber que tramas se desenvolvem no dia a dia e que elas fortalecem as formas de existência, resistência e vida.

2 METODOLOGIA OU MEMORIAL METODOLÓGICO



Figura 4 - Quebrando premissas

Gostaria de iniciar este momento do texto com uma referência que me serviu e ainda me serve como um soluço metodológico:

Mas, como um homem que caminha sozinho e nas trevas, resolvi caminhar tão lentamente e usar tanta circunspeção em todas as coisas que, embora só avançasse muito pouco, pelo menos evitaria cair. Nem quis começar a rejeitar totalmente nenhuma das opiniões que outrora conseguiram insinuar-se em minha crença sem terem sido nela introduzidas pela razão, antes que tivesse empregado bastante tempo em projetar a obra que estava, e em buscar o verdadeiro método para chegar ao conhecimento de todas as coisas de que meu espírito seria capaz (DESCARTES, 2001, p.21).

Por algum tempo li sobre métodos e neles buscava a segurança de se fazer um trabalho qualiquantis que contemplasse toda a ordem científica, ordem esta que será discutida em meio aos meus escritos que seguirão nos próximos parágrafos. Mas antes de fazê-los, gostaria de manifestar meu sentimento em relação à ciência neste exato momento em que escrevo: com o apoio da ideia de sentir-me caminhando na contramão, porém, comungando com circunspeção proposta por Descartes, percebi o quão holisticamente podemos observar as coisas e deparei-me com as *interrogâncias* sobre esta necessidade da ciência buscar o conhecimento de todas as coisas, analisando-as pelas partes e cujo método foi proposto pelo próprio Descartes.

No que tange ao Programa Bolsa Família, proposta de meu trabalho, observo que, quando analiso o PBF, deixo de perceber seus beneficiários, e vice-versa. E que esta dualidade me impedia de notar aquilo que, a priori, chamaria de princípio integral do campo de pesquisa. Quando me permito avançar pouco e lentamente, não estaria evitando a queda concretizada na incompletude da metodologia, talvez também, mas me possibilitaria compreender meu entorno. O que ele me fala, o que falo com ele e o que eles falam entre si? Só assim, percebi que a pobreza, o Programa em si, seus beneficiários, me permitiriam uma visão mais ampla se conseguisse enxergá-los como um todo que, potencialmente, se desdobrariam em novas perspectivas.

Foi num momento em que produzia dados para fazer uma localização econômica do município de Miracema que me dei conta do quão me distanciava da realidade que havia proposto investigar e me aproximava de dados que sim, dela emergiam, mas que haviam passado pela coleta e sistematização de instituições que por nossas cidades adentram, pesquisam e, como numa necessidade de apenas alimentar o sistema, vão embora com números que classificam e agrupam os municípios por categorias frias, estáticas e hierarquicamente numeradas. São instituições como o Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas (IBGE), que me deram os números necessários para saber quantas famílias eram formadas por mulheres sem cônjuges e com filhos, mas que, em momento algum, me permitiu sentir as possibilidades de vida existentes nestas formações familiares. Assim, poderia dizer que os dados nos aproximam do objeto de nossa pesquisa. A vida, contudo, nos apresenta os sujeitos da pesquisa. E, quando eles falam, eles tomam a forma de carne, afetos e emoções e tudo muda.

Quando me reporto ao termo “possibilidades de vida”, estou sinalizando a necessidade de se fazer o movimento oposto em minha pesquisa. Eles anotam números, eu, em meu trabalho, faria o mesmo? E a vida? E a subjetividade da vida? Onde ela entraria? Estas inquietações me levaram a fazer observações que, até então, não havia feito sobre os trabalhos com a temática “Bolsa Família”. Todos os trabalhos acessados por mim ao longo de minha pesquisa bibliográfica abordavam dados quantitativos que retratavam, dentro das possibilidades de uma pesquisa com esta característica, a realidade a que se propunham observar. E, como consequência disso, tendiam a um posicionamento sobre ser a favor ou contra esta política de transferência de renda.

Numa pesquisa no Portal de Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵, ao inserir exclusivamente o termo “Programa Bolsa Família” foram encontrados, sem data inicial e até a data de 02 de fevereiro de 2017, 1.536 trabalhos. Adiante, acrescentei à frente do termo “Programa Bolsa Família” o termo qualitativa e, posteriormente, o termo quantitativa (compreendendo a possibilidade de seleção de trabalhos com a temática que possam envolver esta temática). Para o primeiro caso, foram encontrados registros de 177 trabalhos e, para o segundo, 110.

Insistindo na ideia de refinar a pesquisa sobre a temática, inseri o termo “transcrição de fala” à frente do termo inicial. O resultado para esta pesquisa apresentou apenas um trabalho com esta temática e que, mesmo assim, trazia como cunho científico o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por Lefrèvre e Lefrèvre (2003). Tal metodologia, apresentada no trabalho que tinha o título de “A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família” (2014), agrupava as falas dos entrevistados em categorias que contemplassem a ideia central de todos os entrevistados. Também pesquisei o termo “Programa Bolsa Família” seguido da palavra *cartografia*.

Ao perceber dificuldades ao pesquisar por termos, tomei a iniciativa de instrumentalizar minha pesquisa apurando página a página, lista a lista, a relação dos 1.536 trabalhos que concernem ao termo citado inicialmente. Foi aí que me deparei com um trabalho que se aproxima da ideia de transcrição de fala sem violação da identidade e da própria fala. Foi o trabalho com o título de “A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família”⁶, de Pires e Dias (2013). O único com a temática que encontrei esta possibilidade do “dar a fala” e que tinha como metodologia um questionário semiestruturado e um público alvo de sete beneficiárias do município de Campinas, São Paulo. Os autores delinearam o trabalho *costurando* suas análises acerca do tema abordado, transcrevendo as falas das beneficiárias.

Tal pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES revela a ideia de centralidade numa ciência que prioriza métodos de generalização e dados estatísticos que sirvam de modelo ou idealização acerca do tema pesquisado (no caso, PBF). Com isso, percebe-se a dificuldade em se pesquisar “com” e a necessidade dominante de se pesquisar sobre. Portanto, emerge em mim a imperativa sensação de atuar na contramão. Da possibilidade de dar visibilidade

⁵ Disponível em < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 02 de fev. 2017.

⁶ Trabalho disponível em < http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewFile/3634/pdf_23> Acesso em: 02 de fev. 2017.

àquelas que, por tudo e por todos, foram transformadas em números e estatísticas. Trazer a fala, fazer surgir ao custo de toda a complexidade, de todo o *rizoma*. Custo este que não atrofia as circunstâncias de pesquisa, e sim as faz transbordar, expandirem-se.

Foi mais que observando as conclusões destes trabalhos que me inquietei. Foi lá, nas metodologias, que me deparei com as maiores provocações que me atravessavam. Esta ideia de permitir atravessar-me por inconclusões faziam-me perceber o quanto inconclusas eram as pessoas que serviram de objeto de pesquisa para estes trabalhos. Inconclusas por participarem de um processo e serem o processo, simultaneamente. Sinto-me inconcluso diante daquilo que me provoca. Percebo inconclusão nas provocações que me cercam.

Da importância que estas pesquisas representam, emerge, em mim, outra importância: a de trazer para junto de mim, aqueles que seriam números, dados e análises. Este trazer para junto de mim implica dar voz aos sujeitos envolvidos neste processo de ajuda financeira para aqueles que se encontram em estado de pobreza ou de extrema pobreza. Dar voz significa dar a fala, trazer para conversa. Desquantificar o que é quantificável. Despertar a singularidade onde, em vias tradicionais científicas, existiam respondedores de questionários.

Existe o estranhamento, em mim, em me deparar com a adjetivação quando cito “respondedores de questionário”, porém, para explicar o termo que abordei no parágrafo anterior, conto como se deu o início de minha trajetória nesta pesquisa. Era de minha intenção a entrega de questionários para os beneficiários do PBF, com o objetivo e o pensamento de contemplar aquilo que me propus a fazer neste trabalho. Porém, à medida que os textos sobre minha metodologia iam se concretizando, um caos tomava conta de mim. A confusão vinha do fato de perceber o que anteriormente já havia abordado. Era a percepção de que estaria transformando em dados as vidas que diante de mim se estabeleciam que me incomodava. Agiria, em suma, como um recenseador do IBGE e os faria, sem dúvida e mais uma vez, respondedores de questionários?

Sobre ter mencionado o termo “vias tradicionais científicas”, apoio-me na ideia de que há, tradicionalmente, a necessidade de distanciamento entre objeto de pesquisa e pesquisador. Tradição esta que se fundamenta nos ideais e paradigmas da Ciência Moderna, preceituada no conceito de que para não se contaminar os resultados da pesquisa, necessita-se, pois, da neutralidade. Eis que me deparo com o contra movimento que vinha fazendo e, mais que isso, com o movimento que venho necessitando. O de transbordar a quase cristalizada ideia de que

(...) a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática, portanto, capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados (...). O objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e corresponde à própria realidade, porque esta é racional e inteligível (...) a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções e que, ao serem completadas, oferecem a definição do objeto, suas propriedades e suas leis de funcionamento. A teoria científica resulta das observações e dos experimentos, de modo que a experiência não tem simplesmente o papel de verificar e confirmar conceitos, mas tem a função de produzi-los (CHAUI, 2000, p.320).

É esta visão que vinha impregnando minhas ideias e ideais de pesquisa. Era esta conotação de transformação de cotidiano em números e vidas em estatísticas. Como numa ânsia de se fugir da possibilidade do erro, situar os acontecimentos, datar os fatos, aprisionar em hipóteses prévias todas e quaisquer certezas numa vontade cômoda de se evitar o próprio erro, como o próprio Descartes.

Eis que, então, retorno ao caos e, sem que ele me incomodasse, permiti que me inspirasse. Este sentimento de caos, de confusão, fez-me buscar algo de positivo. Algo que me fizesse sentir humano e fazer humanas as pessoas que me atravessavam neste movimento de pesquisar e me sentir passeado pelo meu objeto de pesquisa. Estas angústias que, até então, dava esta entonação, fizeram-me reencontrar comigo mesmo. Fizeram despertar um pesquisador que existia dentro de mim, mas que se sufocava, tendenciosamente, ao pragmatismo das metodologias habituais. Deparo-me, pois, com a necessidade de perceber, através do meu trabalho, esta possibilidade de ser e de estar pesquisando com o cotidiano. Dele me fazer. Nele fazer-me. Dentro dele, conhecer-me. Ser conhecido. Conhecer. Sobretudo, deixar transparente a realidade de que nas Ciências Humanas os sujeitos falam. E deixá-los falar é fazer ciência.

Logo, surge, então, a necessidade óbvia de se apresentar, mesmo sem nenhuma pretensão de se esgotar o assunto, a crise do paradigma da Ciência Moderna. Como arrisco-me a ser um leitor de Boaventura, busco apoio das ideias e ideais de Santos (2002b), para referenciar o conceito da Ciência da Modernidade que iniciou-se na Idade Média, na figura de Francis Bacon, e começa a ceder espaço para novas formas de saberes. Através deles, começa a surgir um paradigma emergente (que reconhece as possibilidades do senso comum em sua racionalidade estético-expressiva), que inicia um processo de revogação do paradigma dominante (estabelecido com a ideia de distanciamento e separação entre sujeito e objeto de

pesquisa). É nesta, a que Santos designa de primeira ruptura, que ocorre esta separação. Ainda segundo ele, há uma nova ruptura (pós-moderna) que permite uma realocação de sujeito e objeto no campo da pesquisa. Como se numa necessidade de se unir aquilo que foi separado, reaproxima-se autores, interlocutores, atores e mentores. Nesta perspectiva, as biografias de ambos podem ser assumidas. Trata-se de um contraponto a *razão indolente*⁷ (SANTOS, 2002b, p.42) e suas várias formas de se recusar uma nova percepção do senso comum.

E é dentro desta visão que inicio meu trabalho com uma narrativa autobiográfica, desprendendo-me de qualquer intenção de fazer apologia ao Programa Federal em que baseei minhas intenções de pesquisa. O fato de fazê-lo, remota a uma necessidade que senti e sinto da funcionalidade de uma pesquisa que deve florescer e não dissecar territórios, para deles retirarem seus potenciais científicos através de dados estatísticos. Sobre estes potenciais, expressei, corroborando com Santos (2002b), as possibilidades de solidariedade na atuação do campo de pesquisa. Solidariedade no sentido de perceber que há biografias (plural) e não biografia no cenário de atuação da pesquisa. Estas biografias incluem minha trajetória, mesmo que propensas a fusão. Ainda assim, pois, aceitando este conflito, desejar-se-á a solidariedade. Assim, estas novas possibilidades epistemológicas

(...) levar-nos-á de um paradigma de aplicação técnica da ciência a um paradigma de aplicação edificante de conhecimentos prudentes, capazes de transformar os objetos de investigação em sujeitos solidários e de iniciar as ações assentes no conhecimento a navegar, prudentemente e na medida do possível, à vista das consequências (SANTOS, 2002b, p.253).

Esta fusão que me permiti viver em meu trabalho e em meu campo de pesquisa busca respeitar as vozes enunciadas e seus sujeitos. E, mais que isso, o local de enunciação destes sujeitos. Até o ponto em que consigo perceber que não se trata de apologia, em função de minha trajetória, mas uma espécie de alimentação dos lugares ocupados neste estado de fusão dos sujeitos e objetos. Assim, saímos deste paradigma de aplicação técnica e permitimos a existência de solidariedade e, por que não, de cooperação entre as partes interativas?

⁷ Trata-se de um termo que aparece na obra de Santos denominada de “A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência” (2002b). Nela, o autor traz uma visão crítica a esta razão que, segundo o próprio, pode ser chamada de “razão preguiçosa”. Ele a apresenta como uma espécie de “denúncia do desperdício da experiência”. Portanto, a crítica da razão indolente deve se localizar entre a mudança paradigmática “sócio-cultural da modernidade ocidental e o paradigma emergente”. A primeira, rejeita a experiência como capacidade de se trazer o senso comum para a ciência, a segunda busca meios de validá-lo. (Cfr. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, 2002b, p.42)

É o que Santos (2002b) denuncia, como característica do projeto da modernidade, chamando-as de *ignorâncias*. Das possibilidades de *ignorância* que podemos escolher, resta-nos aquela que nos induza ao papel colaborativo, das solidariedades. Para ele,

O que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento e vice-versa, o que conhecemos é sempre o conhecimento em relação a uma certa forma de ignorância. Todo acto de conhecimento é uma trajetória de um ponto A que designamos por ignorância para um ponto B que designamos por conhecimento. No projecto da modernidade podemos distinguir duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação cujo ponto de saber se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento-emancipação cujo ponto de saber se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade (SANTOS, 2002b, p.29).

De A para B, conforme Santos (2002b) afirma, ou traçamos o caminho do conhecimento-regulação, ou o caminho do conhecimento-emancipação. Um, nos tiraria do caos e nos levaria para a ordem, o outro nos tiraria do colonialismo da ordem (moderna) e nos levaria ao ponto do saber solidário, o saber que caminha junto ao senso comum e, junto dele, se produz.

O que Santos (2002b) evidencia é que no período da modernidade, o conhecimento se homogeneizou através do conhecimento-regulação. Tornou-se padrão das ciências que se consolidaram na Europa e, por conseguinte, no ocidente. Tal feito é dotado de um poder de referência tão forte que a crítica pós-moderna se encontra estacionada sobre uma transição paradigmática que olha para o conhecimento-emancipação como uma epistemologia marginalizada, situada às margens da epistemologia moderna. A produção de conhecimento pós-moderna, para Santos (2002b), pode ser capaz de ver reconhecida a pesquisa do conhecimento-emancipação, acreditando que

Nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objecto à condição de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade. Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade (SANTOS, 2002b, p.30).

Neste contexto, emerge a necessidade de se estabelecer um instrumento que realize uma espécie de mediação entre os objetivos deste trabalho, minha participação e a vida de seus interlocutores. Um instrumento de entrevista que provocasse a fala espontânea. Então,

recordo-me da tão peculiar história do município de Miracema, contada a posteriori. Porém, trago aqui o significado de seu nome e dela elaboro uma epistemologia.

Para narrar um pouco sobre esta minha ideia, antes de ser chamada assim, Miracema, a cidade foi batizada de Ybiracema, termo originado do Tupi Guarani, onde *ybira* significa pau e *cema* brotar. Isto, devido à história do surgimento do município, que consta de um esteio de madeira que compunha uma capela provisória e que brotou, dando, por atrair romeiros, origem a um lugarejo que, mais tarde, tornou-se município. Este *cema* despertou em mim a necessidade de ver aventar nos sujeitos envolvidos em minha pesquisa aquilo que lhes atravessava em perspectiva no que se refere ao Programa ao qual fazem parte. Assim, o brotar do esteio que deu origem ao milagre do surgimento de uma cidade, dará, em meu trabalho, a possibilidade de ver brotar, nas pessoas, suas complexidades e suas singularidades frente aos seus potenciais de vida. Surge, pois, ma inspiração metodológica dentre de mim, e que eu ouse nomeá-la, como metodologia, de *cema*, porque foi uma ideia que brotou quando eu encontrei o que se denomina “beneficiárias”.

Não quero chamá-la de metodologia. Brotar é algo aleatório. Respeita a vida e seus sentidos de direção. Este é um instrumento eleito pela circunspeção que ele permite, como nos mostrou Descartes. Ver brotar é ver nascer possibilidades onde só haviam hipóteses. No caso dos esteios, secos. No caso das vidas envolvidas neste processo, as sombras das estatísticas. E, em ambos, a possibilidade de mostrar vida. Do cartesianismo, apego-me à palavra circunspeção que ele utiliza e o contexto em que a coloca: perceber a vida em suas circunspeções, estar atento ao nosso entorno, deixar-se rodear pela vida e com ela brincar de roda. Quase que antagonicamente, Descartes, ao falar desta circunspeção, serve, simultaneamente, como inspiração e crítica ao modelo cartesiano, que ele nunca teve a intenção de propor.

Este processo de construção solidária, aberto às interferências e subjetividades, não foi por mim conduzido, nem pelos sujeitos envolvidos. Toda lógica de abertura de caminho para o sentido da palavra *cema*, veio da palavra surgida. Estas palavras brotaram no diálogo e a ele conduziram. Saíram de uma caixa composta por termos relacionados ao tema da pesquisa. Poderíamos chamá-los, também, de categorias, de palavras-chave, de temas geradores. Aqui eu as apresento: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; ESTUDO/EDUCAÇÃO; ALIMENTAÇÃO; QUALIDADE DE VIDA; SER BENEFICIÁRIA; POBREZA; ANTES DO BOLSA FAMÍLIA/DEPOIS DO BOLSA FAMÍLIA; EMPREGO; FAMÍLIA.

Resolvi ser bastante didático e lúdico. Escrevi estas palavras em pedaços de papel e as coloquei dentro de um vidro, com tampa. A tampa do pote também constava de uma provocação que dizia FALE SOBRE VOCÊ. Não estranharia a necessidade de se explicar como estas palavras surgiram. Pois bem, elas surgiram em mim, na fusão que vivi com o cotidiano ao qual me propus atuar. *Corpus* de pesquisa que consta de cinco beneficiárias titulares do PBF (que, neste contexto, optei por chamá-las de parceiras-beneficiárias do processo de pesquisa) e foi no dia a dia e no contato com estas parceiras que estas palavras surgiram.



Figura 5 – Imagens da *Cema*

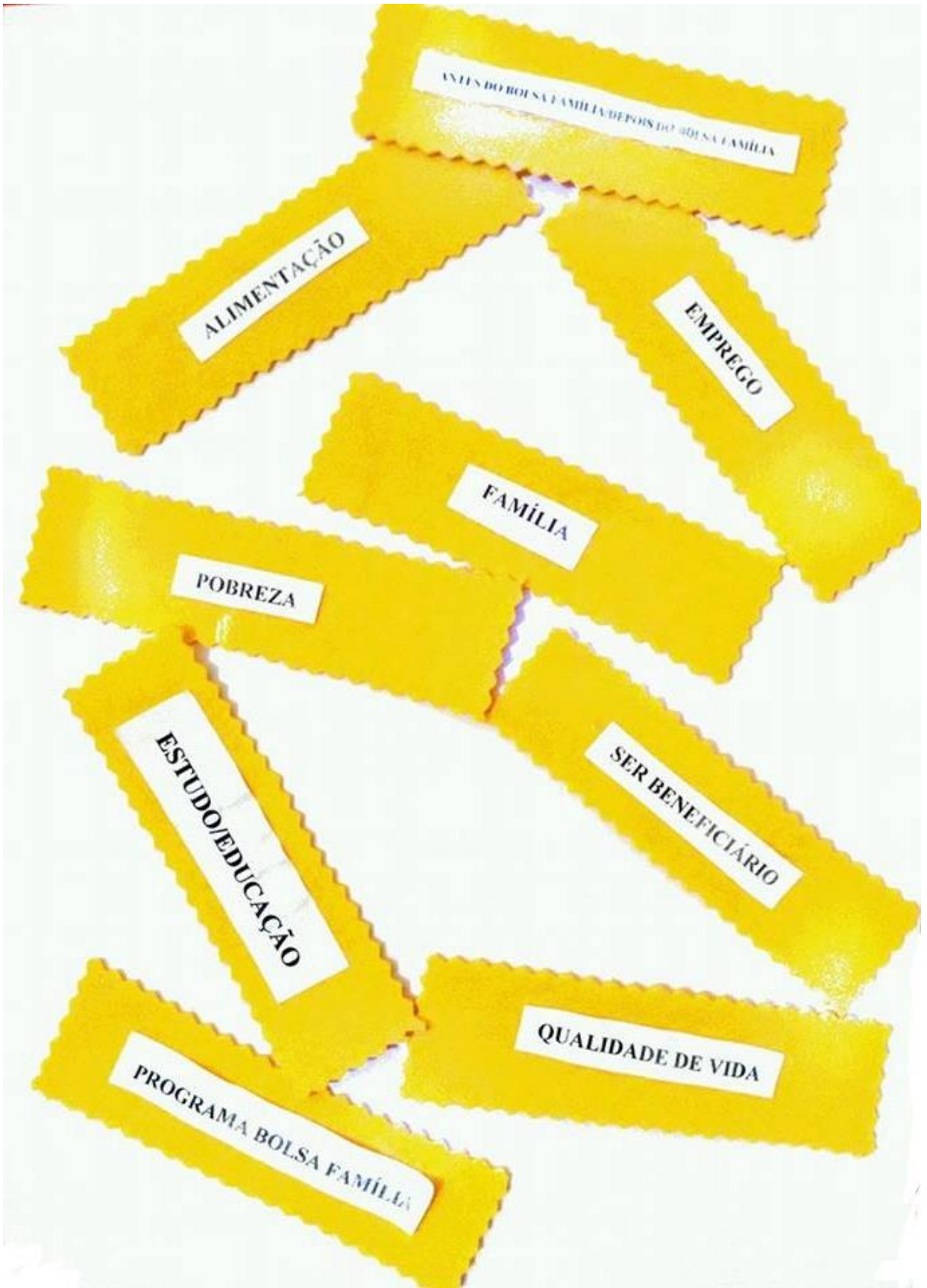


Figura 6 – Imagens da *Cema*

Motivando a cada participante da pesquisa-encontro retirar, de forma aleatória, um dos papéis do vidro, e com a garantia de que todos eles serão contemplados, um bate papo era iniciado por questões que estes termos permitiram *brotar*, pistas que um questionário não permitiria. Esta desordem nas possibilidades do diálogo garantem que não se trata de um roteiro de entrevista e muito menos de uma entrevista. Trata-se de um diálogo inspirado nos temas geradores de Paulo Freire – adaptados e criados aqui por mim - que, neste princípio, geraram possibilidades inesperadas e respostas não previsíveis. Como nos temas geradores, os sujeitos envolvidos tiveram a possibilidade de realizar uma leitura crítica de sua própria realidade a partir do lugar que ocupam, da vida que possuem e, obviamente, de sua natureza, afinal

(...) o “tema gerador” não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo. O que pretende investigar são os homens e sua visão de mundo (FREIRE, 1987, p.56).

Se me propus a investigar uma realidade a partir do cotidiano e com o cotidiano, preciso permitir que *brote* neste sujeito o mundo que ele enxerga, a forma como ele é atravessado por este mundo. É dele que devo partir, é dele a possibilidade de vir a ser *cema*. Estes diálogos foram por mim gravados e transcritos e, desta forma, *brotaram* as possibilidades de análises das complexidades que se comportam dentro desta relação de homem e sua condição de vida e dos objetivos da pesquisa em si. Percebendo que, nesta lógica, como afirma Freire (1987, p.50) “(...) a construção do tema gerador, como uma concretização, é algo a que chegamos através, não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homem-mundo e homens-homens.”.

Daí, emerge a necessidade de explicar o que seria este *elaborar metodológico*. O que trago como estranhamento é esta percepção de maior facilidade em falar o que ela não é do que aquilo propriamente do que ela é. Em primeiro lugar, ela não é um roteiro de entrevista. A metodologia *cema* não foi criada para dar ordem ao que deveria ser falado e sim para provocar a fala surgida. Ela também não é uma análise de discursos, tendo como premissa a ideia de que ele não pretende meramente analisar discursos ocorridos em decorrência de uma pesquisa. Poderia até ser (meu *dever-pesquisador* não me elevou a este nível de raciocínio no decorrer deste trabalho), mas não se trata de um grupo focal.

Dito aquilo que ela não é, restaria, pois, a necessidade de dizer que ela se aventura entre *rizoma* e *cartografia*, compreendendo que o próprio *rizoma* é um princípio fundador da *cartografia*. Para isso, seria preciso compreender o *rizoma* como oposto a árvore. Assim,

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore lingüística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELLEUZE e GUATTARI, 2000, p.14).

É esta sensação de múltiplas conexões que invade todo o processo de produção deste trabalho. Indo desde a ideia inicial, passando pelos processos de pesquisa de campo e chegando ao tortuoso caminho de produção textual do mesmo. Certamente não consiste ainda numa escrita rizomórfica. Mas é uma escrita que busca ser honesta expressão do que se fala em um encontro entre pesquisador e participante da pesquisa, concebendo esta como sujeito de conhecimento. Mas a sensação é de se entrar em movimento apenas no meio do processo, e nele se perceber como potencial e ação. Isto me leva à característica do próprio *rizoma*, quando Deleuze e Guattari (2000, p.4) nos dizem que, no *rizoma*, a força que se adquire no meio. Que ele é o próprio meio em expansão, pois “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança” (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

Mas, desta força adquirida no meio e do processo de pesquisa de campo, existia algo que precisava me ligar ou me misturar a quem, em determinado momento, foi denominado meu objeto de pesquisa (papel este já questionado anteriormente). Só que eu não queria que eles, no caso, elas, fossem objetos e sim parceiras. Logo, pois, a necessidade de algo que brotasse, de uma *cema* e da entrevista mediada por um objeto inesperado, já mencionado. Portanto, a *cema* é *cartografia*, sendo esta *cartografia* o princípio dos *rizomas* que aqui se estabelecem.

Porquanto, o que seria esta *cartografia*, ao passo de que já me empenhei em dizer o que é o *rizoma*? Para tentar compreender este processo, me apoiei em uma ponte (um autor intercessor) dos pensamentos de Deleuze e Guattari, sobre a própria *cartografia*, passando

pela necessidade de compreender estes processos como propulsores de múltiplas complexidades, e que

Nessa multiplicidade realizar uma pesquisa e enfrentar seu caos não significa pensar historicamente no sentido de narrar os acontecimentos ou de adotar um método tal qual definido pelas ciências naturais para se chegar a um fim concreto ou a uma verdade absoluta, mas é pensar geograficamente, ou seja, o método de pesquisa como uma paisagem que muda a cada momento e de forma alguma é estático. Dessa forma, podemos pensar o método assim como Morin: “caminhar sem um caminho, fazer o caminho enquanto se caminha” (2003, p.36). Ou ainda como o poeta sevilhiano António Machado (1995, p. 66) escreveu: “caminante, no hay camino, se hace camino al andar (...)”. Mas, o que isso significa? Significa que as estratégias metodológicas em uma pesquisa vão se construindo na relação com o próprio objeto, de forma processual. Assim, é possível desenvolver uma pesquisa investigando não somente o objeto, mas os próprios processos (MORIN, 2003; MACHADO, 1995; *apud* AGUIAR, 2010, p.2).

Assim, “numa *cartografia*, pode-se apenas marcar caminhos e movimentos, com coeficientes de sorte e perigo” (DELEUZE, 1992, p.48). E, compreendendo toda esta circunspeção da *cartografia* e as múltiplas possibilidades de conexões do *rizoma*, acresce a necessidade de falar sobre a entrevista no processo cartográfico de pesquisa. Ter um instrumento de entrevista como mediador do processo de *cartografia* implica a necessidade de compreensão daquilo que chamaria de emaranhado entre os sujeitos envolvidos.

Tedesco, Sade e Calliman (2013), que também me servem de ponte entre Deleuze e Guattari, falam sobre o uso de entrevista no processo de *cartografia*. Para iniciar, elas já afirmam que não indicam um modelo de entrevista para a *cartografia*. Elas dizem isso e justificam afirmando que, em primeiro lugar, a eficácia da entrevista nesta metodologia está em todo o processo de produção da pesquisa (indo desde o estabelecimento de objetivos até a redação do trabalho final) e não exclusivamente no instrumento de pesquisa. E ainda complementam, informando que “não existe entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico da entrevista” e que “o cartógrafo não varia de método, mas faz o método variar” (TEDESCO, SADE e CALLIMAN, 2013, p.301).

Tais afirmações me colocam diante do procedimento que criei para chegar até minhas parceiras-beneficiárias e despertar nelas a fala. Era a busca pelo entrosamento que estava latente em mim. A busca pelo despertar de pistas. Neste sentido, elas relatam a existência de dois planos na experiência com a pesquisa na *cartografia*: expressão e conteúdo, onde o

primeiro diz respeito ao domínio da linguagem e o segundo diz respeito à realidade em que esta expressão se produz. Para elas, estas duas dimensões se complementam e, portanto,

O trânsito entre as duas dimensões envolvidas no processo (expressão e conteúdo) implica considerarmos a dimensão de forças (ou genética) da linguagem, um plano coletivo de engendramento presente em ambos os planos. É no entre, presente nas margens dos planos de expressão e de conteúdo, que o contato e intervenção recíproca se efetivam (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Ou seja, nas margens desfocadas, dispostas ao lado das formas de expressão e das formas de conteúdo, circula a dimensão genética da linguagem, dimensão movente, de constituição, que os põe os dois planos em relação de composição recíproca, e, a partir do qual, coemergem o dizer e o dito (DELEUZE e GUATTARI, 1995, *apud* TEDESCO, SADE e CALLIMAN, 2013, p.303).

Esta ideia de coemergir o dizer e o dito, num movimento de fluxo e refluxo, evidenciam a gênese da entrevista num modelo cartográfico: a perspectiva de visar “não a fala sobre a experiência e sim a experiência na fala” (TEDESCO, SADE e CALLIMAN, 2013, p.304). Então, o que se estabeleceu nesta pesquisa e nesta metodologia, é a busca pela experiência concreta das parceiras-beneficiárias com o Programa Bolsa Família. Despertar a fala para se entrar no campo da experiência inclui a necessidade de perceber que

(...) a linguagem, estabelecida na reciprocidade entre expressão e conteúdo, sofre a ação dos fatos e age sobre eles, ostenta em si a própria realidade e, portanto, pode produzir-se como experiência. A entrevista não funciona como procedimento que media o acesso à experiência, ela se efetiva como tal. No lugar de descrever a experiência, de evocá-la como um referente externo, a entrevista a porta em si mesma. O que nos permite dizer que a experiência ali em curso fala na entrevista (TEDESCO, SADE e CALLIMAN, 2007, p.305, *apud* TEDESCO, 2013).

Visto que, diante destas colocações, a própria *cema* caminha para uma possibilidade de não permitir que as parceiras-beneficiárias não tendenciassem suas falas para palavras de ordem. Os princípios de dinamicidade dos temas/termos geradores implicavam na necessidade de se mediar pelo inesperado e de se incitar a fala e não de orientá-la. Sendo necessário, então, neste momento, explicar o que foi feito com as falas gravadas.

As falas foram transcritas exatamente como foram pronunciadas e respeitando orientações que se fizeram necessárias usar mediante o método de Marcuschi (1986, *apud* MANZINI). Tais orientações incluem grafias consensuais para palavras que se desviam da norma culta padrão ao serem pronunciadas (no modo itálico); não cortar as palavras na troca

de linha; o uso de reticências (...); hesitação ou sinal de atenção com expressões como *ah*, *eh*, *oh*, *ahã*; Sendo estes pontos levantados neste momento por terem sido os mais utilizados neste trabalho. As demais colocações de Marcuschi seguem em anexo ao final da produção escrita.

Podendo, ainda, este momento de levantamento metodológico, ser acompanhado de algumas observações que incluem os caminhos que foram percorridos nas escolhas de escrita deste trabalho, bem como o caminho que o leitor irá percorrer ao debruçar-se sobre ele. Este é um Momento que será complementar a metodologia e que chamarei de apresentação do trabalho que segue.

De um início onde narro uma experiência, perpassando por questões instrumentais e fundamentais como a necessidade de apresentação do PBF, o que busquei, neste primeiro momento, foi uma forma de justificar (bem como apresentar) minha metodologia e os caminhos que percorri para chegar até este formato. Introduzir a ideia principal do trabalho, deixando claro que as intenções são e estão no meio, em curso, embasada em um pressuposto científico que propõe pesquisar com e não sobre. Uma tentativa humana de se fazer ciência para as humanidades. Não busco trazer uma verdade sobre as relações das beneficiárias com este benefício, mas sim uma forma de reconhecimento e visibilização daquilo que se experimenta no fluxo da vida.

3 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, a saber, constitui exatamente aquilo que não é. Para falar dele, meu maior esforço sempre estará dividido entre mostrar aquilo que ele não é, para, quem sabe, potencializar suas perspectivas. Tudo incide sob o movimento do que está em curso, logo, o que trago como ideia de lógica é exatamente a questão da não lógica, ou de uma outra lógica. Portanto, este momento em que apresento um trabalho escrito através de companheirismo, deleito-me da oportunidade de escrever sem me preocupar com autores ou referenciais. De tudo, ao passo do que transcorre, é fato de que me coloco como um simples estudante de mestrado. Porém, há que se fazer ciência para a ciência. Mas, o que seria fazer ciência para a ciência? Seria exatamente contra-hegemonizar as ideias ascendentes de textos e de pensamentos que sobem degraus e avançam em conhecimento. Portanto, este trabalho não é uma análise de vidas nem de resultados. Ele busca ser o pensamento da vida em conjunto, de forma subjetiva, humana e solidária. Definitivamente, ele não é, ele *devir*.

De tudo, o que busco experimentar neste trabalho não é avançar em conhecimento em forma de degraus, mas sim, de expansão, de amplitude. Para justificar isso, preciso antecipar o fato de que haverá experimentação de *platôs* neste trabalho (explicado a *posteriori*). Expandir em conhecimento significa experimentar *platôs*, pois, esta palavra serve para

(...) designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p.32).

E que esta expansão tem sempre como princípio maior a centralidade nos cursos da vida. Para isso, esclareço que, ao terminar um texto, era tomado por uma sensação de inacabamento. De incompletude. Mas, de fato, o que seria a vida senão uma eterna corrente que se coloca através de fluxo e refluxo? De Côncavo e convexo? De movimento? Seria a vida uma certeza que prevalece sob vários pontos de dúvidas? Arriscar uma resposta significaria assumir, no mínimo, que viver é entregar-se à incompletude.

Ainda que repetidamente, ou primeiramente, dou-me o direito de contar como fui invadido pelo caos que me tirou da ordem que me parecia certa, mas não era. Foi como perceber que a forma como eu caminhava precisava de uma rasteira. Não que o que eu esteja fazendo seja a excelência, o correto. Ou que o que havia feito fosse o inverso, o errado. A exemplo do que acontece quando se abisma, do medo nasce uma reação de contra-

movimento. Do susto, nascem novas experiências. De todas as minhas tentativas de organizar minha metodologia de pesquisa, houve uma interrupção, um *agenciamento* entre Deleuze, Guattari, os autores que uso como seus intercessores (e que chamarei de pontes) e seus pensamentos provocativos. Estas interrupções e *agenciamentos* já existiam em mim, mas foi através de sustos e soluços que me desconfigurei enquanto pesquisador para me tornar alguém em potencial de *devir-pesquisador*.

Foi quando me vi imerso no curso do ato de pesquisar que me percebi *devir-pesquisador*. De toda a não lógica do *devir*, a mais acentuada seria colocar-me em curso, experimentar, circunspectar, não querer ser, deixar ser e também deixar de ser. *Devir-pesquisador* seria não me entregar apenas às análises daquilo que se apresentava, mas às múltiplas possibilidades de compreensão dos fenômenos do dia-a-dia. Seria perceber-me antes de perceber qualquer coisa. Acreditar-me como parte e não como princípio.

Para tanto, faço aquilo que chamaria de apresentação do trabalho em partes, divididas como ponto de expansão e não como sequência linear. A ideia é que o que se encontra seja motivo de experimentação e não de análises. Tendo, assim, a formatação não em capítulos, mas em platôs. A experimentação dos *platôs* acontece na segunda parte do trabalho, ficando de fora a primeira parte, que trata da introdução e a terceira parte, que inicia as possíveis considerações finais.

Para começar, a primeira parte indica a introdução do trabalho. Denominada de “Para início de conversa”, é o momento que lanço mão de uma experiência particular, minha, em relação ao Programa Bolsa Família, seguida dos descaminhos que se fizeram para se chegar a possíveis objetivos e questão-problema. Quiçá, um memorial metodológico que indica aquilo que se transcorreu enquanto *devir-pesquisador* e aquilo que se encontrará no percorrer da leitura.

O meio e, talvez, a força motriz, é apresentada através de *platôs*. É a segunda parte. É da força adquirida no meio que se começa a aventar *platôs* e a tentar desbravar novas experiências. A experiência do incontinuo, do fragmentado que se continua como forma de persistência e resistência. A segunda parte está dividida entre Discursos do eu pobre; Devir-beneficiária; O lugar e nós. Não há ordem que os hierarquize e nem que me fizesse escolher qual iria preceder o outro, portanto, a ordem que vos apresento estes *platôs* respeita o *devir* do momento em que o trabalho final foi montado e a sugestão é de leitura livre.

A terceira parte inicia uma espécie de conclusão do trabalho em curso. Mas, como notoriamente colocado como algo em curso, o que proponho é que não há um tema que se esgote em perspectiva. Não há fim e sim a necessidade de se perceber a hora de parar para que se possa ancorar-se como alguém preso a um ponto fixo após longos períodos à deriva. Da deriva nasce o trabalho, do ponto fixo nasce a ideia de que há novas possibilidades, mas que se chega a um determinado limite. Limite este que não se esgota nas conclusões, por isso a necessidade em chamá-las de inconclusões, não por não concluírem, mas por permitirem abertura ao novo, a novas perspectivas.

Ressalto, ainda, a forma como as cinco parceiras-beneficiárias são convidadas a falar neste trabalho: seus nomes foram substituídos pelos nomes de cinco mulheres que são invocadas na canção de Ana Carolina, chamada de “Ela é bamba⁸”. Tal trecho corresponde a “Então vamos lá: Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina”. Assim, preserva-se a fala original e também o nome de quem as pronunciou, mas mantém a inspiração de mulheres do dia a dia que a música retrata e elas começam a falar todas as vezes que são convocadas por este trecho da canção.

Há algumas ponderações que gostaria de fazer e que podem contribuir com esta apresentação. Como as dos espelhos quebrados e dos textos em *platôs*:

3.1 DOS ESPELHOS QUEBRADOS

Tudo se inicia quando eu decido romper comigo mesmo. Não necessariamente ou exclusivamente com a minha pessoa, mas com a ideia de ciência que me acompanhava por tudo que atravessava os meus pensamentos sobre o trabalho que se desenhava. Tão metaforicamente, eu, o seria, que nem de casulo saía e, sim, quebrava espelhos. Porém, o que me era circunspectro durante este processo, era a ideia de que, à medida que eu ia quebrando estes espelhos, o mundo que pisava e existia, desmoronava-se junto. Era a ideia de me perceber diante de algo desfeito, não para ser refeito, mas para ser percebido no emaranhado descontínuo dos cacos que insistem em mostrar imagens, mesmo que distorcidas. Mas não

⁸ A expressão “Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina” dava título ao álbum da cantora e compositora Ana Carolina (2001) e trazia, como uma de suas canções, a composição *Ela é Bamba*. Música que retrata concepções diversas de vida e resistência de mulheres brasileiras.

imagens de sentido. São imagens de contestação. É a necessidade de ir além da lógica de reflexo/reflexão que nascia em mim.

Por hora, de antemão, me despi para encorajar-me a percorrer este trajeto: falar da minha experiência com o PBF ou com a pobreza. Isto pode ser compreendido como apologia ao próprio programa. Mas o que coloco com este pontapé ou com o uso da primeira pessoa neste trabalho é a ideia de espelho quebrado. Espelho no sentido de reflexão que não sustenta e nem é promissor de vida. O que interessa não é a imagem refletida no espelho quebrado, mas sim o espelho quebrado que nos devolve a imagem imprecisa, convencendo-nos de que a forma como olhamos para o mundo pode ir além da imagem lisa, refletida, do pensamento reflexivo.

Isto se tornou mais preciso quando percebi que não estava sozinho. Primeiro, me deparei com os pensamentos de Foucault. Quando faz a passagem da ideia do espelho como utopia, para o espelho como heterotopia.

O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali, onde sou ausente. Assim é a utopia do espelho. Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-acção à posição que eu ocupo. Do sítio em que me encontro no espelho, apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste momentum: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho num espaço há um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá (FOUCAULT, 1984, p.4).

Compreendendo, como nos coloca Foucault (1984), a heterotopia como um deslocamento para um lugar outro que, não necessariamente, pode ser o nosso lugar ou das nossas convicções, quebrar o espelho (que é o ponto virtual de duas realidades – a real e a projetada) significaria mais precisão ao que é real como substância de vida.

Corroborando com esta ideia, uma vez que me decido pela aplicação de conceitos filosóficos às experiências concretas com um programa de transferência de renda, preciso me posicionar em relação à postura filosófica a que me assujeitarei (não no sentido de passividade, mas no sentido de tornar-me sujeito existente e não oculto). E, assim, deparei-me

com os pensamentos de Deleuze e Guattari (2010) sobre a ideia de que a filosofia não é contemplação, nem reflexão e, tampouco, comunicação

Ela não é contemplação, pois as contemplações são as coisas elas mesmas enquanto vistas na criação de seus próprios conceitos. Ela não é reflexão, porque ninguém precisa de filosofia para refletir sobre o que quer que seja (DELEUZE, GATTARI. 2010, p.14).

Então, quebrar espelhos significa romper com o ponto virtual que separa vidas reais de quaisquer possibilidades de se imaginá-las como perpetuação do mesmo, do habitual. Quebrar os espelhos é poder dar-se a oportunidade de se ver por múltiplas possibilidades e infinitas percepções. Logo, corroboro com a ideia de Deleuze (1992, p.152), que diz que “de fato, o que importa é retirar do filósofo o direito à reflexão “sobre”. O filósofo é criador, ele não é reflexivo”.

Portanto, este trabalho será acompanhado por imagens que representam esta quebra de espelho e, ao passo de localizá-las, assumem o papel de contribuir, junto a literaturas que fundamentam inspiração em quem escreve (eu) e em quem lê, a responsabilidade de anunciar os textos que as acompanham.

A ideia é de que elas não sejam explicadas. Elas devem funcionar como interrogações que poderão, ou não, assumir forma ou significado dentro do texto. Assim, os significados que as imagens irão assumir no início de cada texto irão depender da ordem com que o leitor se coloca a lê-lo e do momento afetivo em que este se encontra. Para isso, parto da premissa de que a leitura pode ser feita por apreciação ou por busca de conhecimento. Ou, até mesmo, como neste caso, para atribuição de valor. Os movimentos que tornam os leitores *nômades* nesta função, também podem influenciá-los na percepção daquilo que se apresenta. Logo, a imagem não precisa ter um objetivo de significado, mas, pelo leitor, ser significada.

3.2 DOS TEXTOS EM *PLATÔS*

Desde o esboço deste trabalho, acompanhava-me a ideia de se produzir um texto mais dinâmico e menos mecânico. Um texto que possibilitasse *nomadismo* para o leitor e algumas possibilidades de escolha. Entre estas possibilidades está a condição de se debruçar sobre o que o outro escreve (eu), percebendo que o início e o fim são apenas uma condição de esclarecimento e que a virtude do trabalho, a sua potência, está no meio. E este meio é de livre

acesso. A ordem com que eles serão acessados depende ou pode depender da conjuntura que une desde o interesse do leitor até à sua necessidade de leitura.

Portanto, eis que surge, então, a ideia dos *platôs*. Colocá-los como ideia e não como experiência concreta já é, de início, uma forma de se perceber que sua compreensão não é de todo completa ou, certamente, é um pensamento que se põe em curso. Organizar em *platôs* e não em capítulos exige a própria compreensão daquilo que se coloca em rede, através de *rizomas*. Deleuze e Guattari (1997), ao falarem sobre a organização do livro *Mil Platôs*, nos dizem que, ao optarem por *platôs* e não por capítulos, sugerem que

A forma do livro pede uma leitura inusitada. Seus platôs de intensidade, e não capítulos, podem ser lidos independentemente uns dos outros, mas formam uma rede, um *rizoma*. Num rizoma entra-se por qualquer lado, cada ponto se conecta com qualquer outro, não há um centro, nem uma unidade presumida — em suma, o rizoma é uma multiplicidade (...) (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p.3).

O que arriscaria dizer, neste momento, e corroborando com as ideias de Deleuze e Guattari, é que os *platôs* são, antes de qualquer possibilidade de rompimento com uma escrita ou uma leitura tradicional, um momento de ruptura e desconstrução entre o autor e seu produto em curso, sua escrita. Precipitar-se (precipitar-me) entre os meios de escrita tradicionais e a tentativa de revogá-los com um movimento contra-hegemônico, exige assumir a dúvida como propulsora de qualquer pensamento e a incerteza do pronto, do acabado. E isto me leva a inflexões que culminam no fato de que se pensar em rede ou *rizoma* é saber que o produto estará sempre em curso, sempre em movimento, seja ele qual for. Esta é a multiplicidade que te permite acesso de qualquer lado, de qualquer ponto. Sendo que o ponto transforma-se em linha. Parar não necessariamente significa encerrar, mas perceber que chegou a hora de outro falar, de outros enunciados, sejam de livros, histórias, pensamentos ou narrativas.

Este movimento não é de todo erudito, e nem precisa sê-lo. Ele acaba por se configurar, em muitos momentos, como algo incipiente, que exige (exigiu de mim) a dialogicidade com o repetido, com o retorno de pensamentos, com redundâncias. Como, por exemplo, a hora em que ia iniciar os *platôs* e precisava explicar como cheguei na fala das parceiras desta pesquisa. Era preciso falar (ou tentar falar) a mesma coisa com outros enfoques, ou outras perspectivas. Mas que isto não desconfigurasse a ideia ou a metodologia

em si. Ou, então, termos que foram se constituindo presença em mais de um *platô* e, portanto, necessitando de definições que esclareçam a leitura.

Toda esta complexidade não me aniquilou diante da escrita, ela me elevou. Potencializou-me e, com isso, volto a perceber a essência dos *platôs* em Deleuze (1992), quando ele fala, no livro *Conversações*, aquilo que se propuseram a fazer no livro *Mil Platôs*, afirmando que *platô*

É como um conjunto de anéis quebrados. Eles podem penetrar uns nos outros. Cada anel, ou cada *platô*, deveria ter seu clima próprio, seu próprio tom ou seu timbre. (...) Cada anel ou *platô* deve pois traçar um mapa de circunstâncias, por isso cada um tem uma data, uma data fictícia, e também uma ilustração, uma imagem. É um livro ilustrado. Com efeito, o que nos interessa são os modos de individuação que já não são o de uma coisa, de uma pessoa ou de um sujeito (DELEUZE, 1992, p.37-38).

E, longe de querer estabelecer qualquer comparação do trabalho que segue com o que foi feito pelos autores supracitados, o que se busca, aqui, também é o interesse pelos modos de individuação que estão localizados no emaranhado que se forma nas relações vida pessoal, experiência concreta, programa de transferência de renda, cotidiano e o próprio eu.

E, ainda sobre a visão dos *platôs* como anéis quebrados, imprime-se, neste momento, a percepção de que os *platôs* podem estabelecer múltiplas conexões. Daí, as redundâncias. Não que elas sejam, unicamente, estas fissuras dos *platôs*, mas que sirvam para criar um portal atemporal entre um texto e outro, uma chave de entrada ou deslocamento de ideias, pensamentos, definições e conclusões. Seriam chaves de microconexões toda ou qualquer redundância, semelhança ou definição. O próprio conteúdo principal deve se complementar em outras ideias, em outros *platôs*. Não deles depender, mas deles também se alimentar e, por que não, alimentá-los?

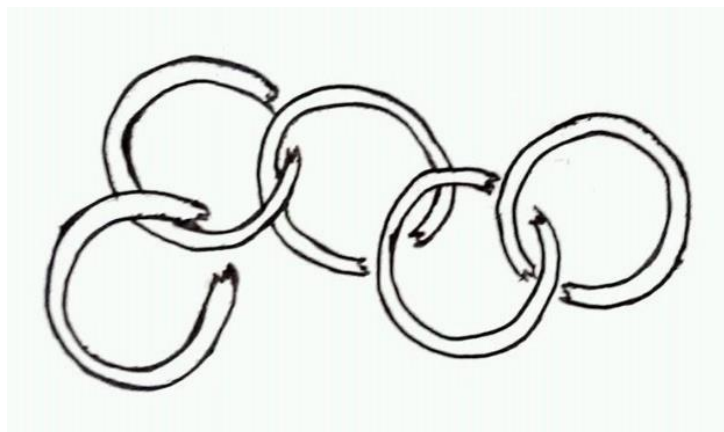


Figura 7 - Anéis quebrados: micro-fendas do conhecimento.⁹

Portanto, faz-se necessário alguns esclarecimentos sobre o que se coloca ao início e ao final deste trabalho. Como, neste caso, a introdução, posta como um início de conversa e a conclusão, feita com a certeza de que, por mais que se esforce ao se debruçar sobre um tema, não se pretende, em vias de condições, esgotá-lo ou torná-lo findo em si mesmo. Também para fins de esclarecimento, há a necessidade de se compreender que alguns termos ou conceitos precisam mais do que interpretação, precisam de definições precisas e elucidativas. Logo, adotei a medida (como necessidade) de criar um glossário com os termos e conceitos que me acompanharam ao longo deste trabalho. Termos como *agenciamentos*, *desterritorialização*, *devenir*, *linhas de fuga*, *micropolítica*, *nomadismo*, *singularização*, *subjetivação*.

A ideia deste recurso não é preceituada por um ideal de se reinventar o próprio glossário, mas de se lançar mão deste mecanismo já existente como forma de contribuição na busca pela compreensão do significado de conceitos que se colocam como fundamentais no decorrer da leitura. Medidas como elencar os termos ou conceitos em ordem alfabética acabaram por contribuir com uma compreensão mútua dos termos que, por questões de *agenciamentos*, acabam se complementando.

Existem, ainda, questões que precisam ser ponderadas antes que se arrisque qualquer possibilidade de se praticar uma perspectiva *nômade* pelos textos. Há uma fecunda relação entre aquilo que leio, aquilo que escrevo e os esquemas que crio em minhas primeiras interpretações. Tais esquemas (por isso coloco como fecundo) começaram a existir como uma

⁹ Desenho criado pelo autor, com o intuito de ilustrar os anéis quebrados que se unem através de suas micro-fendas ou micro-chaves, numa tentativa de ilustrar o pensamento de Deleuze e Guattari sobre o que sejam *platôs*.

necessidade de materializar aquilo que me transbordava não apenas em texto, mas também em imagens, deleuzianamente falando, *imagens do pensamento*.

Para Deleuze (1992), a *imagem do pensamento* está ligada ao que é o conceito ou ao que é anterior à criação do próprio conceito. É uma forma de se imaginar o mundo, de se ver no mundo, de compreendê-lo e ser compreendido. Ora, “A imagem do pensamento é como que o pressuposto da filosofia, precede esta; desta vez não se trata de uma compreensão não filosófica, mas sim de uma compreensão pré-filosófica” (DELEUZE, 1992, p.185).

Logo, pois, coloquei-me a criar imagens na tentativa de compreender conceitos e me percebi na necessidade de utilizá-las. Estas imagens foram transferidas para o texto em formato original. Passá-las a limpo seria uma forma de rejeitar o *devoir* que as fez surgir. Tal momento de criação foi tão fértil que se colocou a diluir potenciais de esterilidade da minha própria escrita em meus arranjos bibliográficos e me fazendo arriscar na criação de possíveis conceitos na hora de me colocar diante de alguns dados, falas ou observações que fazia. A força que isto ia adquirindo me desafiava a arriscar em criar palavras, mesmo que sem querer, substituindo verbetes comuns de nosso vocabulário. Os possíveis conceitos ensaiados neste trabalho ou as palavras que podem precipitar-se em não existência formal, não se constituem de forma pretensiosa, mas sim em formas de organização de meu pensamento ao me debruçar sobre o que me surgia, em vias de pesquisa.

Foi assim que me percebi na liberdade de permitir que os autores me encontrassem e acontecessem em meu trabalho, como um evento, um simples ato de se sentar e desenhar um pensamento que se constituía em rabiscos, imagens, criações. Deleuze (1992, p.186) afirma que “é a imagem do pensamento que guia a criação dos conceitos. Ela é como um grito, ao passo que os conceitos são cantos”. E ainda enriquece este pensamento e diz que “Às vezes censuram-nos por empregarmos palavras complicadas a fim de “parecer chique”. Isso não é só maldoso, é idiota. Um conceito ora necessita de uma nova palavra para ser designado, ora se serve de uma palavra ordinária à qual dá um sentido singular” (Deleuze, 1992, p.46). Acrescido do exemplo dizendo que

Porque o rizoma é a imagem do pensamento que se estende sob a imagem das árvores. Nessa questão temos não um modelo, nem mesmo um guia, mas um referente, um cruzamento a ser operado sem cessar: é o estado de nossos conhecimentos sobre o cérebro (DELEUZE, 1992, p.186).

Em suma, o trabalho é dividido em três partes. Sendo estas três notadas através da introdução, dos *platôs* e da conclusão. Fazendo, ainda, parte do trabalho, um glossário auxiliativo de termos considerados importantes para a compreensão do mesmo (localizado ao final da primeira parte), um apêndice que contribui para o enriquecimento das informações trazidas ao longo deste e um anexo com dados referentes ao programa e ao município de Miracema (que se encontram localizados ao final da terceira parte).

3.3 DAS TRÊS PARTES

Posto que trago o trabalho em perspectivas cartográficas e rizomáticas, também apresento o fato de que Deleuze e Guattari e seus conceitos ganharam uma importância central no trabalho que segue. Não sendo, pois, dois autores entre outros, mas possibilidades importantes de se pensar “a partir de”. Assim, o que proponho é uma análise do PBF a partir de uma perspectiva filosófica que inclui o caminho de se adentrar, ao invés de generalizar. Ou seja, sair do modo dos macroprocessos *molares* de análise do programa (o global e suas generalizações), onde normalmente se diz o que são as beneficiárias, e partindo para o caminho dos processos *moleculares* (o local), onde se cria a possibilidade de se captar os percursos do desejo nestas relações (a de beneficiária, programa e vida).

Pensar a partir das perspectivas filosóficas destes autores significou, como plano principal, perceber os processos de *singularização* dentro dos processos de *subjetivação* onde são forjadas as beneficiárias do referido programa. Ademais, a perspectiva de se trazer para o meio as falas das parceiras-beneficiárias como evidência da experiência concreta com o PBF, culmina na necessidade científica de se praticar o conhecimento-emancipação. Assim, trazer para a visibilidade¹⁰ (SANTOS, 2002a) personagens que, majoritariamente, são tratadas como números e estatísticas, implica adentrar o território da *micropolítica*, do cotidiano, do senso comum e, junto dele, compor um trabalho que contribua para a compreensão daquilo que se forja no interior (*molecular*) de um Programa de Transferência de Renda. Não se trata de

¹⁰ Trazer para a visibilidade é algo que exige a compreensão daquilo que Santos (2002a) chama de “Sociologia das ausências”. Este é um termo que o autor usa para nos apresentar aquilo que ficou/fica às margens da sociedade por ser considerado algo não credível, portanto, invisibilizado. Afinal, “o seu objecto científico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais”. Para tanto, Santos (2002a) nos mostra que “o objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Cfr. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, 2002a, p.246).

construir nenhuma noção acerca do Programa Bolsa Família a partir da fala das beneficiárias, mas ouvindo-as naquilo que emerge de suas experiências.

Mas, para além destas questões, gostaria de deixar claro que o movimento que se faz neste inclui a percepção de que é no meio que se adquire velocidade, conforme nos disseram Deleuze e Guatarri no livro *Mil Platôs* (2000), ao falarem sobre a perspectiva de *rizoma*. Se é ao meio que se adquire este movimento audacioso e veloz, por que haveria de reservar um lugar, ao final, para trazer a fala das parceiras-beneficiárias? Portanto, espalhá-las pelo texto, além de ser uma forma de dar visibilidade (SANTOS, 2002a), é uma maneira de se trazer a fala, quem da experiência se privilegia. Assim, colocá-las ao meio, através do ensaio com os *platôs*, foi uma forma de mostrar a força e a velocidade que pulsa no seio de suas vidas e, por conseguinte, deste trabalho. Portanto e para maior compreensão, as três partes deste ensaio monográfico ficam representadas da seguinte maneira:

A primeira parte consta de uma introdução autobiográfica; a apresentação do Programa Bolsa Família; as justificativas de escolhas metodológicas e do objeto de conhecimento deste; a forma de organização do texto; um glossário auxiliativo.

A segunda parte é formada pelos *platôs*. O primeiro *platô* apresentado no texto é chamado de “O lugar e nós”. Nele, o que busco fazer é apresentar a relação *molecular* com território em que se vive e as experiências que nele se concretizam. Desta maneira, o lugar (no caso, a cidade de Miracema) acaba por ser apresentado pelas próprias parceiras desta pesquisa. Este também é o momento em que se pode perceber os processos de singularização que se formam como *linhas de fuga* da *desterritorialização*. É o momento em que percebo os *agenciamentos* das beneficiárias e meus próprios *agenciamentos*.

O segundo *platô*, intitulado de *Devir-beneficiária*, apresenta as inquietações de se ter uma experiência concreta com o PBF e, ao mesmo instante, ser esta experiência. Sê-lo, no curso do que *devém*, para tanto, *devir*. As relações que se apresentam neste *platô* me possibilitaram perceber os percursos do desejo no campo *molecular*, onde pode-se notar uma relação de gratidão com o programa e alienação de direitos. Também foi possível perceber o que elas *devém* a partir desta experiência concreta.

No terceiro *platô* pude trazer as relações intrapessoais que são estabelecidas no campo *molecular* a partir da experiência subjetiva que se estabelece com o estado de pobreza, chamado de “Discursos do eu pobre”. Nele, além de fazer uma breve abordagem teórica sobre

o tema pobreza (é preciso compreender que existem várias possibilidades de se definir este termo), as parceiras da pesquisa me apontam caminhos que me permitem apresentar a pobreza como experiência subjetiva e por um foco de resistência e de potência de criação.

A terceira parte do texto se inicia com as considerações finais, intitulada de “Finalizando a conversa”. Abordá-la através deste título é uma forma de se perceber que nenhuma pesquisa esgota as inúmeras possibilidades de se produzir sobre um determinado tema. Assim, o que se põe em curso é a necessidade de percepção do trabalho como uma possibilidade de se ir para o meio, fugir das extremidades.

Esta terceira parte também será acrescida de um apêndice que busca contribuir para uma consulta que sane dúvidas ou necessidades que possam surgir no decorrer do mesmo, uma vez que os *platôs* se debruçaram sobre as circunstâncias em que os fenômenos se dão e não pela análise dos fenômenos propriamente ditos. Este apêndice consta de um adendo sobre o que seja vulnerabilidade social e, ainda, a trajetória das políticas públicas para renda mínima no Brasil. Também poderão encontrar, ao final, anexos que se servirão para a necessidade de complementar e enriquecer informações trazidas ao longo do texto, incluindo número de beneficiários em Miracema/RJ, número de alunos beneficiários, e mais algumas informações detalhadas acerca do município de Miracema/RJ, uma tabela com as regras detalhadas acerca do método de transcrição proposto por Marcuschi (1986).

3.4 GLOSSÁRIO

Agenciamento

Para Deleuze e Guattari, um *agenciamento* pode emergir como reação de encontros de ações, corpos, paixões e também na forma coletiva de enunciação. Como afirmam os autores, “não existe enunciado individual” (2000, p.48). Os *agenciamentos*, seriam acontecimentos que culminam na saída do “meio” para um “fora”. Este fora pode estabelecer novos *agenciamentos*, tomando uma proporção plural ou multidimensional, envolvendo dimensões de multiplicidade que incluem (ou podem incluir), simultaneamente, sujeito, objeto e expressão. (Cfr. *Mil Platôs*, 2000, p.34)

Desterritorialização

É uma expressão utilizada por Deleuze e Guattari que precisa, a priori, da compreensão do que seria *territorializar-se*. Para estes autores, o território é um local de posse que é concebido da experiência concreta e existencial. É ele o lugar de apropriação. Deixar este território significa *desterritorializar-se*. Mas há a necessidade de compreensão de que *desterritorializar-se* não significa apenas trocar de território, mas sim reconstruir significações sobre o próprio e com ele transformar-se. *Desterritorializar-se* significa abrir mão de verdades estabelecidas que compõem uma espécie de território. *Desterritorializar* implica perceber o território como uma linha que circunscreve e delimita um espaço de vivência que separa o “dentro” e o “fora”. Transitar por estas duas instâncias necessita de *agenciamentos* pessoais e coletivos que ressignificam o próprio território para a *desterritorialização*. (Cfr. ZOURABICHVILI, 2004, p.23-24)

Devir

O conceito *devir*, também trabalhado por Deleuze e Guattari, necessita, de antemão, da compreensão de que quem *devém* não deixa de ser, não muda (p.23). *Devir* seria, pois, o movimento que se estabelece entre dois pontos. Estes pontos estariam, pela lógica do que

devém, transitando entre o “dentro” e o “fora”, estabelecendo possibilidades múltiplas de compreensão de si e de ressignificação da própria experiência. Ele não é imitação nem correspondência em outras formas. *Devir* não é tronar-se outro, mas, em outro, tornar-se *devir*. Portanto, *devir* necessita de reincidentes *desterritorializações* que criem fugas por linhas que separam aquilo que se circunscreve entre “dentro” e “fora”. (Cfr. *Mil Platôs*, 1997, p.14-15)

Linhas de Fuga

Este é um conceito de Deleuze e Guattari que implica na retomada de localização da linha que separa o “dentro” e o “fora”. Uma *linha de fuga* seria exatamente a possibilidade de se abrir um novo território que rompa com esta tênue linha que separa estes dois lugares. É nela que se habitam quaisquer *devires* de *desterritorialização*, uma vez que são as *linhas de fuga* a possibilidade de se fazer fugir e transitar entre um território e outro ou entre novos territórios reconstruídos ou ressignificados a partir de múltiplos *agenciamentos*. “Esses vetores de desorganização ou de “desterritorialização” são precisamente designados como *linhas de fuga*”. (Cfr. ZOURABICHVILI, 2004, p.30)

Micropolítica

O conceito de *micropolítica* precisa, antes, da compreensão daquilo que Guattari e Rolnik chamam de *molar* e *molecular*. O primeiro faz jus ao campo de grande abrangência. O segundo, encontra-se no tecido das particularidades. Um diz respeito ao global e o outro ao local (Cfr. *Cartografias do Desejo*, 1996, p.127). O território da *micropolítica* encontra-se engendrado ao campo local, *molecular*. Assim, ele pauta-se no ato de se buscar ou perceber a formação do desejo no campo social. Portanto, “se refere a uma analítica dos percursos do poder, do inconsciente, do desejo em um nível considerado *molecular*, do cotidiano, das relações e dos indivíduos, e não apenas em um nível macrossocial, político, chamado *molar*” (MELLO, 2011, p.279).

Nomadismo

Este conceito atravessa distintas obras de Deleuze e Guattari e encontra, em *Mil Platôs* (2000), sua aplicação como forma de oposição ao sedentarismo. Para os autores, praticar *nomadismo* sobre um texto, implica mais do que transitar por suas páginas. Seria a possibilidade de se criar *agenciamentos* entre o “dentro” e o “fora”. Outrora, eles associam o *nomadismo* a uma forma de se transitar entre múltiplos *agenciamentos* de *desterritorialização*. *Territorializar-se* e *desterritorializar-se* implicaria, pois, transitar entre estes dois lugares (o dentro e o fora). Esta seria a possibilidade de *nomadismo* entre enunciações coletivas que propiciem a projeção de *linhas de fuga* que permitam novos processos de sucessivas *territorializações* e *desterritorializações*, por isso, *nômade*. (Cfr. *Mil Platôs*, 2000, p.35-76)

Singularização

O processo de *singularização*, conceito desenvolvido por Guattari e Rolnik, diz respeito aos modos de individuação como forma de “recusar as instâncias de produção de *subjetividade* para construir uma diversidade de modos”. Este processo funcionaria como um modo de interrupção da modelização capitalística dos sujeitos que desencadeia nos processos de *subjetivação* (Cfr. GUATTARI e ROLNIK, *apud* MELLO, 2004, p.280). Interromper os processos de *subjetivação* não seria, necessariamente, a criação de um “uno”, mas de uma *singularização* capaz de criar novas formas de vida e, por conseguinte, novas *subjetivações*.

Subjetivação

A produção de subjetividade ou *subjetivação* é um conceito trabalhado por Guattari e Rolnik no livro *Cartografias do Desejo* (1996). De início, Guattari esclarece que a subjetividade é produzida por “agenciamentos de enunciação” (p.31). Estes *agenciamentos* podem estar estritamente ligados ao campo social, representado por

sistemas econômicos e sociais, ou podem ser de natureza individual, relativa aos sentimentos, afetos e desejos. Mas Guattari esclarece que esta *subjetivação*, mesmo no campo pessoal, faz do indivíduo um produto modelado que é serializado numa produção de massa. Portanto, fabricada no tecido social. Em suma, os processos de *subjetivação* são tidos como processos exatamente por constituírem modos ou formas de existência que se fazem nas relações intrapessoais e com o meio. (Cfr. *Cartografias do Desejo*, 1996, p.31)

- SEGUNDA PARTE -

Daremos, pois, início aos *platôs* e aos seus *convidamentos*.

1 O LUGAR E NÓS



Figura 8 – Em meio a estilhaços.¹¹

Tão pouco medeia do Rio a S. Paulo! Por que não conseguiremos enxergar de um a outro cabo, em linha tão curta? Tentemos. Vejamos. Estendamos as mãos entre os dois pontos que a limitam. Deste àquele já se estabeleceu a corrente. Rápida como o pensamento, corre a emanção magnética desta extremidade à oposta. Já num aperto se confundiram as mãos, que se procuravam. Já, num amplexo de todos, nos abraçamos uns aos outros.

Rui Barbosa.

Falar sobre a cidade por onde se passou o meu crescimento torna-se uma experiência atemporal. Narrar minha trajetória enquanto morador, menino, estudante a professor, de família beneficiária a colaborador através da pesquisa que aqui estabeleço juntamente com os envolvidos com o Programa Bolsa Família, torna-se algo com um potencial de tessitura que transpõe o campo da individualidade ou produção de subjetividade coletiva. Pesquisar com minha cidade, coloca-me diante de meu maior *agenciamento*: o ato de sentir-me passeado por ela.

¹¹ Disponível em <https://i.ytimg.com/vi/OAbW_N1MYy0/maxresdefault.jpg> Acesso em: 12 de dez. 2016.

Quando este *agenciamento* aconteceu, não era o presente que o movia, mas uma sintaxe dele com o passado e as perspectivas de futuro. Neste *devir*, o entre-lugar surge como consequência da ininterrupção ou imanência do encontro. Mas, para tornar o meu lugar conhecido, preciso conhecer o lugar do outro, apresentar o lugar do outro, permitir com que o outro apresente seu lugar. Daí, não se trata de um *agenciamento* singular, mas de um *agenciamento* das multiplicidades. Porém, antes disso, é preciso conhecer onde estes *agenciamentos* acontecem.

Miracema é, por seus próprios moradores, denominada como uma cidade pequena. Cidade do interior do Noroeste Fluminense, com 26.665¹² habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010), que conserva, em relação a convivência, hábitos típicos de cidades com esta característica. A exemplo destes hábitos, posso citar os encontros frequentes com as mesmas pessoas, conversar na ida a uma farmácia, na calçada, supermercado, na fila de um banco ou na praça brincando com as crianças. Isto significa, mais do que ser visto, é ser lembrado. O interior e suas pequenices, consolidam memórias afetivas em relações cotidianas. Somos sempre o filho da fulana, o amigo da tia, o filho do padeiro, o moço do portão, a moça da loja, o guarda do banco, o professor da escolinha, etc.

Este é o campo das dimensões humanas nas relações cotidianas, dos *agenciamentos* não planejados (por isso *agenciamentos*). Mas, neste caso, a imanência destes encontros passa a provocar um novo *agenciamento*: o de se estabelecer uma relação de pesquisador com toda a multiplicidade existente numa cidade, nos colaboradores da pesquisa e também do próprio pesquisador. Então, é neste momento que percebo que o meu lugar, também é o lugar do outro. E, na medida em que falo deste lugar, o outro precisa, também, precisa apresentá-lo.

É aí, agenciado ou agenciando, que percebo a não centralidade do ser subjetivo. Desta observação, sinto que “(...) mesmo que as vozes do mundo sejam diversas (Santos, 2009), entre elas há algo em comum: são vozes ditas pelos próprios sujeitos da ação social” (SANTOS, 2009 *apud* LACERDA, 2016, p.80).

Todavia, como afirma Lacerda (2016), classificar uma cidade como pequena é um trabalho ainda em construção, por determinados fatores que incluem não apenas o número de

¹² Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010). Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330300>> Acesso em: 27 de out. 2015.

habitantes e a dimensão territorial. Logo, por não tê-lo (o termo) definido epistemologicamente, a própria autora observa que

Ora, parece que quando as pessoas se referem à cidade onde vivem, não observam a extensão de seu território, e sim a complexidade econômica, política e social no interior da qual se processa sua cotidianidade. Como moradora de uma cidade pequena, quando penso em uma cidade com mais de dez milhões de habitantes, como São Paulo, meu pensamento não se dirige ao tamanho do lugar, mas à percepção de mim mesma no interior de um fluxo complexo. Não consigo imaginar a cidade sem me inserir neste quadro. Quando penso em uma cidade pequena, realizo o mesmo procedimento e imagino a mim mesma neste lugar, onde também percebo seu fluxo complexo. O que diferencia as tramas de complexidade da cidade grande e pequena, a partir do meu olhar de observadora, não é a dimensão territorial da cidade, mas a percepção de mim mesma, no interior destas tramas. Materialmente, há uma cidade grande e uma cidade pequena, mas, para o sujeito, há o espaço que habita, onde transcorre sua vida cotidiana e onde tece suas redes de relações (LACERDA, 2016, p.82).

Retorno, pois, ao professor da escolinha, ao filho da fulana, onde os sujeitos se apresentam por se conhecerem e, mais do que isso, por não se esquecerem. Este co/existir em consonância com o ser reconhecido, remete-nos ao que, como diz a autora, em nós é a cidade pequena, mas nunca pequena nas complexidades.

Como afirmado por mim em parágrafos anteriores, posso apresentar minha cidade, mas é no evento inesperado, do *devir*, da imanência do encontro, permitindo este *devir* no “quando acontece”, que percebo estas dimensões econômicas, políticas e sociais presentes na fala de meus colaboradores nesta pesquisa.

Assim, o **lugar e eu** que é meu, também se torna o **lugar e eles**, que também é deles e, por que não, o **lugar e nós** (grifos do autor). Desta maneira, forma-se uma rede de multiplicidades, onde tomo como edificante a ideia de que

A multiplicidade não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.236).

Nesta rede de multiplicidade, o que se torna latente é o *devir* na relação das pessoas e o lugar. Dentro da lógica deleuziana, torna-se imprescindível falar do território. Das relações de domínio e de permanência, de propriedade e apropriação. Outrossim, da funcionalidade da posse, do que é possessivo, da ideia de identidade construída através de um “minha casa” ou

daquilo que é “meu” (ZOURABICHVILI, 2004, p.24). Assim, o lugar, o território, é o centro do processo de *subjetivação*. As multiplicidades de ser e de estar, atravessadas pela posse, pelo ter.

Esta relação com a vida pessoal, território e tecido social, fecundam o processo de *subjetivação* supracitado por mim e aqui esclarecido através do pensamento de Guattari e Rolnik (1996, p. 31-32), que não se trata de uma redução do sujeito pelo sujeito, e sim da ideia de que

“(…) os indivíduos são resultado de uma produção de massa (...). A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no tecido social (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 31-32).

Portanto, saindo da observação do sujeito, do lugar, e partindo para uma visão de *agenciamentos* da relação sujeitos/lugares, podemos ultrapassar a ideia de *subjetivação* único e exclusivamente humana, mas também observar através da perspectiva de processos de *subjetivação* territorial. Ou seja, a pesquisa na cidade pequena assume cunho científico quando percebemos o lugar comum que as cidades ocupam ou assumem, nos *agenciamentos* de suas relações humanas. Em vias mais claras, a *subjetivação* do sujeito se dá na relação social com o outro, com seu território, com sua cidade. E a *subjetivação* da cidade se dá através do mesmo processo, na sua digital humana que é registrada pelas relações de seus moradores com seus territórios, dimensionando-a econômica, política e socialmente.

E é neste contexto que faço um adendo explicativo, mesmo que como contraponto daquilo que já expus em parágrafos anteriores, mas como uma necessidade de localização histórica. Portanto, a forma como são processadas as ideias de sujeito (o próprio termo sujeito já garante determinada uniformização), como afirma Santos (1994), passou por um processo antropocêntrico iniciado na sociedade moderna, onde há a soberania do indivíduo, o que, aos olhos do próprio autor, traz a ideia de que “[...] o humanismo renascentista é a primeira afloração paradigmática da individualidade como subjetividade” (SANTOS, 1994, p.33).

Ao passo que o próprio autor busca transpor esta lógica científica universalista, do particular para o todo, da unidade como referência, na ideia da ecologia dos saberes, nos apresenta o pensamento de que “o conhecimento da diversidade epistemológica do mundo

sugere que a diversidade é também cultural e, em última instância, ontológica, traduzindo-se em múltiplas concepções de ser e de estar no mundo” (SANTOS, 1994, p.142).

E não seria absurda a ideia de que esta lógica de *subjetivação* dos sujeitos fosse a mesma lógica de *subjetivação* dos territórios. Cientificamente, como afirma Lacerda (2016, p.81), por mais que o Brasil seja composto, em sua maioria, por municípios caracterizados como pequenos, as pesquisas científicas acabam ficando restritas às metrópoles. O que, grosso modo, subjuga como incipiente o lugar territorialmente pequeno. Assim, seria como se as vivências, que por aqui se situam, tenham a obrigação de se adequarem ao que é produzido e normatizado pelas ciências dos grandes centros. Portanto, ou o interior se iguala aos grandes centros urbanos num processo de modelização homogênea da subjetividade da urbe, ou ele se torna invisível, inexistente (SANTOS, 2002a). É a inexistência do lugar pequeno dentro da ideia de grandes centros das visibilidades. Seria apenas o lugar de se consumir um ideal de vida que se consolidou na cidade grande.

Complementar e contínuo a este pensamento, feita a contextualização, retorno à necessidade de falar destes lugares, do lugar e nós como contra-hegemonia em um movimento que toca diretamente à ideia de que o fazer científico pode se dar nas relações cotidianas que não hierarquizam o saber. Assim, estas relações entre sujeitos, territórios, lugares, cidades, evidenciam tal fato.

Então vamos lá: Ana, Rita, Joana, Iracema e
Carolina.

Ana Carolina.

1.1 O LUGAR E AS EVIDÊNCIAS

Em perspectiva, esclareço que busco estabelecer uma espécie de compreensão da ideia de lugar e sujeito naquilo que, de antemão, enunciei como espaço da cidade pequena. Ainda elucidando, foi pesquisando sobre o Programa Bolsa Família no Município de Miracema/RJ que me dei ao trabalho de possibilitar meu encontro com cinco titulares beneficiárias do PBF e que, nestes encontros, oportunistei que elas, a quem chamo de parceiras-beneficiárias, falassem sobre suas vidas e também o fizessem mediados (elas, eu e os temas), por termos que se baseiam num princípio de temas geradores (FREIRE, 1987). À medida que os termos iam surgindo, elas discursavam aquilo que pensam, sentem e vivem em relação a eles.

Antes de dar continuidade ao que transpassa ou horizontaliza nossos encontros, gostaria de falar um pouco sobre a arte do encontro. Foram nestes momentos de contato com estas cinco parceiras-beneficiárias que pude presenciar o potencial de se afetar e de ser afetado no ato do encontro. Esta arte de encontrar nos expõe ao que há de mais espontâneo no ser humano: seu potencial de afeto. Como afirma Pelbart (2008, p.1) “Cada indivíduo poderia ser definido por um grau de potência singular e, por conseguinte, por um certo poder de afetar e de ser afetado”. É fato que meus encontros com elas aconteceram individualmente, porém, este potencial de afeto ficou evidenciado nos cinco encontros, ao ponto de perceber quando os olhos de uma delas se encheu de lágrimas. Falamos pouco com a boca, mas muito com o olhar.

RAFAEL: Rita, nós ficamos emocionados. RITA: não tem como não ficar emocionada. O coração aperta (suspiro profundo acompanhado de dedos secando uma gota de lágrima) (RITA, 25 de ago. 2016).

Estes afetos trocados serviram para aproximação, confiança, autoconfiança, troca. Serviram de potencialização não apenas de nossos encontros, mas também de fazer surgir a palavra da emoção. A palavra irracional, do campo dos afetos, tecida na arte do encontro.

As parceiras e titulares do PBF falaram sobre nove temas/termos, que são: alimentação; antes e depois do PBF; emprego; estudo; família; pobreza; Programa Bolsa Família; qualidade de vida; ser beneficiária. A ordem aleatória em que estes termos iam saindo de um pote improvisado (sorteado pela própria parceira-beneficiária), fazia com que, a cada termo, elas ficassem mais à vontade para falar sobre o assunto. E foi transcrevendo todo este processo que percebi que, de modo geral e não segmentado a cada tema, havia uma percepção econômica, política e social da cidade (LACERDA, 2016) que elas reproduziam em suas falas e que, obviamente, é fruto do *dever-beneficiária* e do *dever-miracemense*. Assim, a cidade que eu conhecia, tanto como morador ou como alguém que realizou uma pesquisa documental sobre o município, ia ganhando uma nova imagem: a imagem da construção com o outro, a partir do lugar do outro.

1.2 PAU QUE BROTA, GENTE QUE NASCE: O PRINCÍPIO

Conto para vocês um pouco da história do município de Miracema: localizado no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, Miracema é uma cidade com uma trajetória e uma

história peculiar, que o distingue em tempo e espaço dos demais municípios que compõem esta região. Esta singularidade encontra-se presente em seu seio desde sua criação. Não foge das características de uma cidade pequena, onde percebe-se um ritmo de vida que permite mais contato entre as pessoas, mais aproximação entre elas. Um lugar onde ainda se pode comentar ou saber sobre outras pessoas usando referências simples como “amiga de fulano” ou “parente de beltrano”, típica cidade interiorana. Permitindo troca de informações e carinhos entre um atravessar de rua ou uma simples ida a um supermercado.

A colonização do território onde hoje se encontra a cidade de Miracema é atribuída aos esforços de Dona Ermelinda Rodrigues Pereira que, por volta de 1846, mandou construir uma capela de madeira dedicada à adoração de Santo Antônio. Sua intenção era de construir uma igreja no lugar desta capela improvisada e que esta fosse entregue a um de seus filhos que era seminarista, chamado Manoel. Porém, quis o destino que seu filho se casasse e abandonasse o seminário. Em meio a estes acontecimentos, um dos esteios da capela de madeira brotou, o que foi considerado, por muitos, à época, como um milagre. A aglomeração de pessoas deu início ao povoado e, em 1880, deu-se a criação do Distrito Policial de Santo Antônio dos Brotos. Este nome foi atribuído pela credence popular. Atendendo à solicitação da população, o nome do distrito passou a ser Miracema, que no idioma tupi guarani, significa *ybira* – pau, e *cema* – brotar, substituindo o “y” por “m” por questões de eufonia. Em 1891, foi elevado à categoria de distrito de Santo Antônio de Pádua e em 31 de dezembro de 1943, após intensas batalhas e tensões entre o distrito e a sede (Santo Antônio de Pádua), deu-se a emancipação político administrativa de Miracema, sendo o mesmo elevado à categoria de comarca.¹³

Atualmente, a praça principal do município recebe o nome de “Praça Dona Ermelinda” e a igreja matriz da cidade é a igreja de Santo Antônio que é o padroeiro da cidade. Reza a lenda que o local onde a igreja matriz foi construída é o mesmo local onde a capela provisória de madeira para adoração de Santo Antônio foi erigida e um de seus esteios brotou.

Muitos moradores afirmam que a Igreja Matriz de Santo Antônio em Miracema é uma das mais bonitas do noroeste fluminense e que sua praça também faria parte deste pacote. A maioria aborda tais monumentos como um orgulho do povo miracemense.

¹³ Dados obtidos no Centro Cultural Melchíades Cardoso.

É neste contexto que se formou a cidade de Miracema, e é nela que são tecidas as relações que passaram a fazer parte dos meus afetos.

1.3 O ECONÔMICO

Como uma forma de se localizar a ideia através da vida e não simplesmente pelos dados, para falar sobre um aspecto importante da economia do município, trago a fala da Carolina. Antes, preciso dizer que Carolina é uma mulher, beneficiária, que vive com três filhos (todos em idade escolar) e possui um companheiro que não mora com eles, mas que frequenta sua casa.

Carolina evidencia, em entrevista realizada em 22 de Agosto de 2016, sua percepção da economia do município, através da ideia de que seu desemprego está entrelaçado a uma questão local, um problema do município:

Tipo assim, é difícil arrumar emprego. Principalmente aqui em Miracema. Muito difícil uma pessoa que quer assinar uma carteira, que quer pagar um salário. Entendeu? Você não acha aquela pessoa que fala assim “ah, você vai trabalhar, eu vou assinar sua carteira e pago um salário”. É sempre assim: ah, você trabalha para mim, vou te pagar R\$400,00, R\$500,00. Então, não assina carteira. Minha carteira é limpa, eu fico olhando a carteira dos “outro” eu falo assim: por que até hoje a minha carteira não foi assinada? (CAROLINA, 2016).

A fala de Carolina não foi exclusiva entre as cinco beneficiárias, mas foi a escolhida para apresentar esta fragilidade econômica no município. Com o intuito de nos localizarmos de imediato em relação à economia de Miracema, trago algumas informações que considero relevantes para este processo de compreensão e esclarecimento. Deixo claro, também, que não há, neste trabalho, nenhum objetivo de se dissecar ou se esgotar uma análise econômica do município, mas sim para fins de contextualização.

De acordo com Censo realizado no ano de 2010, Miracema possuía uma população de 26.843 habitantes. No ano de 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), estimou a população em 26.665 habitantes. Com densidade demográfica (habitantes/km²) de 88,15, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) é de 0,713. O número de pessoas consideradas alfabetizadas no município é de 22.172 e o valor do rendimento mensal

per capita dos residentes em perímetro urbano do município é de R\$510,00. Uma importante observação que se faz, neste momento, é que a incidência de pobreza no município é de 44,44%, sendo esta mesma incidência no Sudeste do Brasil estimada em 13,3%.¹⁴

Há, no município, 1.165¹⁵ habitantes vivendo em estado de extrema pobreza. Sendo que, deste total, 573 se comportam dentro da faixa etária de 0 a 17 anos. Os números apontam um quadro crítico quando se soma o total da população de 0 a 4 anos e de 5 a 14 anos de idade. Teríamos 484 moradores no quadro da infância e da adolescência que vivem em estado de extrema pobreza e, portanto, vulnerabilidade social. Número este que se equipara à soma de habitantes deste mesmo quadro no corte etário de 20 a 59 anos de idade, que é de 494. O que reforça a importância do rompimento com o ciclo de pobreza neste cenário de conservação de números no quadro da pobreza extrema do município.

Com o PBF implantado no ano de 2004, quando observo a geração de 0 a 4 anos de idade (138) e compararmos com a geração de 5 a 14 anos (346), percebo que há, na segunda geração apontada, um número que evidencia uma certa conservação da pobreza, uma vez que, pela lógica etária, esta geração em situação de extrema pobreza, já se estabelecia no ano de criação do Programa. Este fato se confirma quando se observa o número de habitantes extremamente pobres no corte etário de 20 a 39 anos de idade (326). Em contrapartida, a geração da primeira infância mostrada no quadro nos aponta para uma queda no número de habitantes dentro deste perfil. Assim, é possível concluir que, em 12 anos de PBF, o programa conseguiu reduzir em menos da metade o número de habitantes que nascem dentro do quadro de pobreza do município.

Em consonância com este perfil de habitantes, o reflexo é evidente na hora de se analisar o número de beneficiários em Miracema. Baseado em dados do Censo Demográfico – 2010, o MDS aponta uma estimativa de 1.671 famílias pobres e com perfil do PBF e, no mês de março de 2016, ele informa um total de 1.844 famílias beneficiadas. Em estimativa, atualmente, o município possui 24% de suas famílias residentes sendo acompanhadas pelo programa¹⁶.

¹⁴ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010). Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330300>> Acesso em: 27 de out. 2015.

¹⁵ Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral/>> Acesso em: 09 de mar. 2016.

¹⁶ Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral/>> Acesso em 09 de mar. 2016.

Importante, também, mostrar que, entre os moradores em estado de extrema pobreza, há uma média de 631 habitantes em idade apta para a entrada no mercado de trabalho (corte etário que vai de 15 a 59 anos de idade). O que evidencia a fragilidade da economia e geração de emprego do município. Com um dos menores PIB's *per capita* da mesorregião de Santo Antônio de Pádua (Santo Antônio de Pádua - R\$ 16.024,95, São José de Ubá - R\$14.592,82, Cambuci - R\$13.622,83, Itaocara - R\$13.552,63, Miracema - R\$11.748,76 e Aperibé - R\$10.449,48), Miracema possui sua maior fonte de emprego formal centrada no funcionalismo público e apenas 17% e 6% dos empregos formais localizados entre a indústria de transformação e a agropecuária, respectivamente.

Dentro deste cenário econômico, como se formam os papéis de protagonistas do PBF?

1.4 O SOCIAL E O POLÍTICO

RITA: Qualidade de vida é ter o necessário para poder sobreviver e a gente não está tendo, né? RAFAEL: O que está faltando para se ter o necessário para viver? RITA: É um bom governo, para poder gerar emprego, gerar empresa. Não é ficar igual está hoje, neste desemprego total, esta crise que está aí (RITA, 25 de ago. 2016).

A fala de Rita, entrevistada no dia 25 de Agosto de 2016, faz menção a uma ideia *molar e molecular* (GUATTARI, p.127), em que a visão *molar* faz alusão a uma fragilidade nacional da questão do desemprego, e no campo *molecular* é o da Rita desempregada, o que culmina em uma autopercepção de qualidade de vida fragilizada. E um dado que compreendo como relevante, neste momento, é que com população de 26.665 habitantes, quando cruzo estes dados com os do Portal da Transparência¹⁷, percebo que Miracema possui uma média de 8% de sua população beneficiária do PBF, uma vez que, em 2015, o número era de 2.108 beneficiários.

Um dos motivos que percebi como relevante para justificar este número de beneficiários encontra-se ancorado na ideia de que há um fraco potencial de se gerar emprego na Cidade, como exemplificado nas falas de Carolina e de Rita. Com um total de 3.871 empregos formais¹⁸, segundo dados do IBGE – Censo 2010, Miracema possui uma renda *per capita* mensal urbana de R\$ 510,00 e rural de R\$ 327,50. Diante dos dados, podemos sinalizar

¹⁷ Dados retirados do Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>> Acesso em: 06 de fev. 2016.

¹⁸ Dados retirados do Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>> Acesso em: 29 de fev. 2016.

que a geração de emprego é baixa e a distribuição de renda é desigual, por isso, o alto índice na incidência de pobreza na cidade (44,44%).

Esta relação de necessidade de emprego, renda financeira fixa e estabilidade gera não apenas beneficiários para o Programa, como também pessoas com o pensamento de beneficiário, através de um discurso de posse do lugar fragilizado. É como se fosse internalizado o pensamento de “eu preciso”. Como pude observar na fala da Carolina, na entrevista do dia 22 de Agosto de 2016, onde diz que

Tipo assim, se você tem o seu serviço, você tem o seu dinheiro, por que que você é pobre? Você não é pobre. Para você ser pobre, você não tem um serviço, você não tem nada. Nem um Bolsa Família, nem nada para te beneficiar, para te ajudar ali, comprar o alimento, dar um leite. Não é nem roupa, roupa a gente arruma. Mas e o alimento? Entendeu? Agora, se você trabalha, se você tem seu dinheiro, você não é pobre. Entendeu? (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Esta é a questão da *territorialização*, do *dever-beneficiária*. Para Deleuze e Gattari,

O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material (...) O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (...) ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência (ZOURABICHVILI, 2004, p.23).

Portanto, esta *Territorialização* se dá pela apropriação (ideia de posse) da necessidade de ser ajudado, e de *dever-beneficiária* por se perceber como tal e se aceitar como tal. Assim se dá a produção do beneficiário através da modelização da *subjetivação* – dar a quem precisa. Tem o perfil para o programa, incorpora-se ao mesmo. E esta aceitação deste papel gera o sentimento de gratidão. De reverência ao que está posto como prêmio ou consolação. Quando as cinco parceiras falam sobre o que é ser beneficiária, elas afirmam que

Me ajuda muito. É bom, não é ruim não. Porque me ajuda muito, muito mesmo. Porque, tipo assim, lá na minha casa, só meu companheiro que trabalha. Entendeu? Então, é um dinheiro que veio para ajudar, não só a mim como acho que todos (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

É maravilhoso. É importante. Porque esse dinheiro, para mim, ele é importante. É o que eu estou te falando, às vezes, pode ser que a gente perca, vai fazer o que? A gente não trabalha para ganhar ele, mas ele é importante (IRACEMA, 02 de set. 2016).

É bom, né? Se não fosse ele, eu poderia estar numa situação pior (ANA, 02 de set. 2016).

Eu acho que ser beneficiária é ser atendido por um programa que te ajuda no que você precisa. Isso é bom, não é ruim não. Eu gostei porque me ajudou em muitas coisas que eu precisava. A comprar as coisas para os meus dois filhos e a pagar as contas em casa. Entendeu? (JOANA, 11 de set. 2016).

É um privilégio, né? Nem todos têm, né? É você poder contar com esse dinheiro todo mês, que é uma ajuda que a gente tem. Que nem todos têm. É isso que eu acho (RITA, 25 de ago. 2016).

Esta é a construção social de *subjetivação* na produção de um modelo ideal de beneficiário que está posta como *territorialização* do Programa. Esta *territorialização* tem fundamentos dentro da própria lógica de criação do mesmo, uma vez que este tipo de política pública assume o caráter de focalização nas famílias com perfil de pobreza ou de extrema pobreza, como visto na própria legislação que rege o funcionamento deste Programa de Transferência de Renda, onde famílias com renda *per capita* até R\$85,00 são as consideradas de extrema pobreza e as com renda *per capita* entre R\$85,01 e R\$170,00 mensais, são consideradas famílias com perfil de pobre¹⁹. Este é o perfil estigmático de beneficiário dentro de um modelo de sociedade que nivela suas classes pela lógica capitalista e poder de consumo, como afirma Lavinias (2002, p.35) quando diz que vivem em estado de pobreza absoluta todos aqueles que não possuem renda mínima para um padrão de consumo que atenda suas necessidades vitais básicas.

Engendra este pensamento a ideia de ter para ser. E isso acaba por ser evidenciado na fala das parceiras-beneficiárias quando elas discorrem seu ponto de vista sobre o que é qualidade de vida. De imediato, elas relacionavam a questão da qualidade de vida ao poder se vestir bem, morar bem e se alimentar bem. Mas bastava eu perguntar se qualidade de vida estava apenas ligada a uma questão de ter pelo ter, que a promessa de vida começava a aparecer. Era como se, percebendo que estavam ali para falar de um benefício, houvesse a necessidade de falar daquilo que se precisa. Porém, ao primeiro sinal que eu dava de poder falar sem estarem presas ao que é ser beneficiária, começava a emergir a vida, dentro daquilo que elas compreendem como qualidade de vida. Como exemplo deste contraste, transcrevo as seguintes falas:

¹⁹ Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e-como-funciona>> Acesso em 11 de nov. 2016.

CAROLINA: Viver para mim? Viver para mim é estar amando meus filhos, amando meu marido, e sair, passear, levar eles, entendeu? É isso, viver a vida. Cada dia, se possível, como se o mundo fosse acabar naquele dia. Igualzinho hoje, que eu estou vivendo o hoje. RAFAEL: Qualidade de vida para você é mais uma questão de harmonia de convivência do que ter, do que conseguir, consumir, possuir? CAROLINA: É viver. Tipo assim, como é que eu posso falar, é, tipo assim, eu vivo como um dia após o outro. Entendeu? Então, eu vou falar para você, consumir, não tenho muito, né? Então eu vivo, eu converso, eu saio, viver! É isso que eu posso falar, qualidade de vida para mim é isso (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

O que ainda precisa ser notado na fala da Carolina é que ainda há uma visão de qualidade de vida estritamente ligada ao bom uso que se faz do presente que se vive. Isto não está errado. Porém, acaba por ser contaminado por uma visão vazia de análise crítica do lugar onde se vive, sem fazer nenhuma associação do que seria qualidade de vida enquanto possibilidades materiais e culturais. Assim, acabo por perceber que a relação delas com o lugar onde vivem, torna-se uma relação de interdependência através de satisfação de necessidades básicas e apenas isso. Não sinto, na fala delas, a percepção de um município que ofereça qualidade de vida, como oferta de possibilidades de lazer, cuidados básicos com a saúde, acesso a bens culturais, etc. Não há esta consciência, o que deveria ser socialmente e democraticamente construído, pois, “Quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais.”(MATOS, 1998, p.3). Até quando as beneficiárias falam sobre a alimentação, elas não a reconhecem como um direito fundamental, básico para a vida.

E é caminhando por esta lógica de ideal de *territorialização* do Programa em seus engessamentos legais e focais e a sensibilidade em relação ao que brota em suas falas, que as parceiras-beneficiárias deste trabalho me chamam a atenção para duas questões que precisam ser debatidas: uma, é o fato de que ser grato ao Programa, conota pensamento de conformação e, por conseguinte, de alienação de direitos enquanto cidadãs. A outra, diz respeito ao pensamento *subjetivado* nas relações de *dever-beneficiária* e, ao mesmo tempo, perceber que o benefício por si só não basta.

Então, pois, divido com vocês esta bifurcação a que permito debruçar meus pensamentos e me deixar ser tocado pelas falas das minhas companheiras de pesquisa e titulares do PBF.

Primeiramente, convido você a conhecer os principais objetivos do PBF, expressos no dispositivo legal que ampara o mesmo:

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2015).

Conforme apresentei através de dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, legalmente, o PBF prevê o alívio imediato do estado de pobreza, o que caracteriza seu aspecto focalizador. Porém, ele também é atravessado por questões de condicionalidades que têm, entre seus principais objetivos, a intenção de reforçar acesso a direitos básicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.

Era imaginado por mim que, em algum momento, no transcorrer de nossos contatos, elas apresentassem sapiência sobre esta abordagem do programa, reforçando, na prática, que estas condicionalidades realmente as aproximaram dos aparelhos do governo para o eventual exercício da cidadania e garantia de direitos, mas quando elas demonstram sentimento de gratidão, como transcrito em momento anterior, no lugar de empoderamento do caráter político que o Programa possui, fica evidente que ser *subjetivado* enquanto beneficiário conota, também, alienação de direitos. Portanto, ser beneficiária significa ser fiel ao perfil de contemplação do PBF e estar, consensualmente, aceitando este papel dentro da sociedade.

Existe, como apresentarei nas falas transcritas abaixo, a vaga ideia de programas que estejam vinculados ao PBF, ou a ideia de cursos oferecidos para beneficiários, mas nada que demonstre um saber apropriado, que deduza esclarecimento por parte dos órgãos de implantação e acompanhamento do Programa e suas condicionalidades:

RITA: Está difícil mesmo o campo de trabalho. As pessoas dão mais preferência para quem já tem faculdade, a gente não tem. Aí fica mais complicado. Tem mais estudo, mais curso. RAFAEL: Vontade de trabalhar, tem? RITA: Vontade eu tenho, mas só que não tive e não tenho oportunidade de fazer curso, né? (RITA, 25 de ago. 2016).

Como eu te falei, o PROJOVEM e o PETI, eles oferecem alguns cursinhos assim, que ensinam. E esse BF também ensina as mães. Só que, porém, a gente não tem nenhuma casa aqui que seja do BF, mas têm outros lugares que têm, que ensinam as mães num curso de fazer bolsa, a fazer várias coisas. Para eles no caso (aponta para o filho em seu colo), para eles é educação, porque comprova que eles estão estudando (IRACEMA, 02 de set. 2016).

A primeira fala transcrita, a da Rita, mostra que, há a ausência de conhecimento de programas complementares ao PBF, que incentivam a matrícula de beneficiários do Programa e dá preferência para os mesmos. Já na fala de Iracema, existe evidência de que há o conhecimento da existência de alguns programas complementares, porém, é um saber incipiente, que informa o conhecimento da existência da “casa” que oferece os cursos, mas que “aqui” não há. A observação destes aspectos reforça a ideia de que há, no município de Miracema, uma falha no esclarecimento dos direitos dos beneficiários desta preferência de matrículas em cursos como os oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este programa citado é um exemplo de benefício não monetário atrelado ao PBF. Entre estes benefícios, como observado no Portal do MDS, há o Passe livre para pessoas com deficiência, Carta Social, Tarifa Social de Energia, Telefone Popular, Brasil Alfabetizado, etc.

No entanto, o que devo chamar a atenção agora é para o fato de que não adianta estes benefícios não monetários existirem e não aparecerem na fala dos beneficiários. Ou, se aparecerem, sugerir privação (não oferecimento) ou conhecimento genérico. Tal fato diverge dos ideais do Programa, que tem, como foco principal, oferecer condições para que as famílias beneficiadas possuam condições de superar o estado de pobreza ou extrema pobreza. Acaba ficando a impressão, através das beneficiárias, da ideia do benefício pelo benefício. Ou seja, no campo *molar*, o Programa é territorializado em seus princípios legais e seus objetivos prontos. No campo *molecular*, neste caso, Miracema, não há esclarecimento de direitos e conhecimento do aspecto político do Programa por parte de seus implementadores.

Entretanto, um fato que gostaria de destacar é que quando retomo às entrevistas transcritas de Ana, Rita, Jona, Iracema e Carolina e, além disso, recordo-me de nossos contatos, percebo que, como já falado, não há nenhuma observação quanto às condicionalidades do Programa. Salvo momento em que as mesmas falam sobre a questão do estudo e da educação de seus filhos, como transcrevo abaixo:

Meus filhos, eu quero o melhor para eles. Eu sempre falo que eu quero que eles se formem para ser alguém na vida, para que eles não passem a dificuldade que já passam. Então, eu quero que eles estudam. E esse programa, BF, ele é uma coisa boa, porque ele dá mais oportunidade para nossos filhos, como o PROJOVEM, ensina, então ele dá abertura para outros programas. Vamos supor, assim, minha filha tem 7 anos e ele tem 5 (referindo-se ao filho no colo), aí, agora, ela já pode entrar nesse programa do PETI, que ensina a criança a pintar, ensina a fazer um crochê, ensina várias coisas. Mas eu não dispense, em hipótese alguma, o estudo. Para eles no caso (aponta para o filho em seu colo), para eles é educação, porque

comprova que eles estão estudando. RAFAEL: Com o que se comprova que eles estão estudando? IRACEMA: Com a declaração escolar. RAFAEL: Mas o que garante que eles estão estudando? IRACEMA: É porque a Assistente Social, ela vai na escola, né? Exige a frequência, a quantidade de falta (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Isto me faz retornar a ideia de *territorialização* do PBF e a questão da *subjetivação* no *dever-beneficiária*: socialmente, a condicionalidade impressa na identidade social do Programa é a da condicionalidade da Educação. As demais flutuam entre falas genéricas e não apropriadas da ideia de receber sem ter direito, ou de direito não reconhecido, não apresentado, portando, alienado.

Agora, pois, gostaria de falar sobre a segunda parte em que meus pensamentos se dividem. Esta segunda parte diz respeito à desconstrução do Programa em seu terreno de aplicação. Tal desconstrução, falando de forma deleuziana e como contrapartida ao processo de *territorialização* do PBF, seria a sua desterritorialização. Avento-me a apresentar para vocês como, através das parceiras-beneficiárias desta pesquisa, pude perceber o momento em que o Programa é *desterritorializado* e como se dá este processo na vida de quem o pertence. Diria que, em minha vivência e observância junto a elas, o Programa é *desterritorializado* em seu terreno de aplicação através de três processos de *singularização* dentro da ideia de *subjetivação* do ideal de beneficiário: ***linha de fuga através do chamado “bico”***; ***linha de fuga da licença maternidade***; ***linha de fuga do companheiro*** (grifo do autor).

Antes, portanto, gostaria de fazer uma pequena explicação sobre o que seria *linha de fuga* para Deleuze:

A linha de fuga é uma *desterritorialização*. (...) Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo...Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia" (D, 47) (ZOURABICHVILI, 2004, p.29).

Linha de fuga, por Deleuze, não significa abandonar nenhuma causa ou distanciar-se dela, mas sim desorganizá-la como forma de sobrevivência, como potência de vida. Portanto, *desterritorializar* aquilo que está devidamente territorializado. No caso especificamente observado, *desterritorializar* o PBF no território *molecular*, significaria perceber que o auxílio financeiro não é o suficiente para sobrevivência, mas também não é dispensável. Através

deste *agenciamento*, criam-se *linhas de fuga* para se reorganizar enquanto beneficiárias e enquanto potência de vida.

Dentro da lógica da *linha de fuga*, através do chamado “bico”, Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina apresentam a certeza de que o benefício não é o suficiente para elas. Em contrapartida, deixam evidenciar a ideia de que, mesmo sendo difícil conseguir um emprego formal, tê-lo poderia acarretar no desvinculamento do benefício. Assim, entra em campo o emprego informal, os bicos.

CAROLINA: Tem os “bico” que eu tenho, uma vez na vida, outra na morte aparece. RAFAEL: Você vai atrás dos bicos? CAROLINA: Vou. Mando recado no face para minha ex patroa. Entendeu? Aí eu vou para casa da tia dela. Às vezes, eu vou para casa dela mesmo. Entendeu? (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

IRACEMA: Para gente que é beneficiário do BF, a gente tem que trabalhar, mas a gente não pode ter nada que comprove. Porque se a gente tiver uma carteira assinada, a gente perde o benefício. RAFAEL: Mesmo sendo mãe separada, perde o benefício. E quem falou que perde? IRACEMA: Bem, segundo todas as pessoas que conseguem assinar, eles falam que são cortadas. Então, assim, no último emprego que eu trabalhei, meu patrão não assinava o meu e nem de ninguém. Então, eu trabalhava sem direito a férias, sem direito a décimo terceiro, sem direito a nada. Recebia ali, no caso, R\$500,00, que era o que me ajudava. RAFAEL: Você trabalha na informalidade, né? E você considera que é importante trabalhar, mesmo que na informalidade? IRACEMA: Com certeza. Não dispense o que aparecer (IRACEMA, 02 de set. 2016).

ANA: Então, eu não tenho com quem deixar eles, entendeu? Então, eu vou atrás de trabalho que não assina carteira. Para eu não ficar presa o dia todo. Eles vão para escola e eu vou fazer meus bicos. RAFAEL: E quais seriam esses bicos? ANA: Ué, eu pego o que aparece. Trabalho limpando casa, dando faxina. Ajudo no mercado aqui perto de casa quando tem faxina. É isso. Trabalho, para mim, tem sido isso (ANA, 02 de set. 2016).

Eu já trabalhei de carteira assinada. Mas foi antes de ter meus meninos. Eu trabalhava em loja. Mas era quando eu era muito mais nova. Hoje em dia, não trabalho mais de carteira assinada, mas faço de tudo que aparece. Aqui em casa, eu e minha mãe “tamo” assim. Meu irmão também. RAFAEL: O que seria esse tudo que aparece? JOANA: Você sabe que só com BF não dá, né? Aí, a gente vai atrás de tudo que aparece, para não faltar nada dentro de casa. As pessoas pensam que quem tem BF não trabalha, mas a gente trabalha sim. A gente só não assina carteira. Entendeu? (JOANA, 11 de set. 2016).

É fato que este comportamento evidencia uma *desterritorialização* como *linha de fuga* para potencializar as formas de se viver e de se *devir-beneficiárias*, porém, há planos de fundo que atravessam esta questão que precisam ser sinalizados. Um dos planos de fundo que

destaco, com a ajuda de Brito e Kertetzky (2010, p.18-26) é que, em uma pesquisa descritiva e a nível nacional, elas analisaram dados do CadÚnico 2008 e observaram alguns efeitos negativos do PBF sobre a vida dos seus beneficiários. Efeitos estes que indicam ampliação do número de trabalhadores informais entre os beneficiários para que, assim, estejam fora do valor de corte *per capita* para participação do Programa. Com isto, como afirmam as autoras, os beneficiários podem se sujeitar a condições precárias de trabalho.

Esta *linha de fuga* deve ser compreendida, no campo *molar*, como uma possibilidade de ampliação do presente e uma supressão do tempo futuro. Pensamento este que pode encontrar lógica na racionalidade cosmopolita²⁰, proposta por Santos (2002a), onde, neste caso, intensificar as possibilidades de renda no presente, partindo para o campo informal de trabalho, implica na precarização do trabalho. Como exemplo desta precarização, como nos mostram Brito e Kertetzky (2010), consta a não contribuição com o sistema previdenciário e, com isso, as impossibilidades de férias, décimo terceiro salário e, ao futuro, a aposentadoria.

A segunda *linha de fuga* subjaz à primeira e tem, nela, sua mola propulsora. É pensando nesta questão de não ceder à lógica capitalista de recrutação de mão de obra, onde se trabalha, também, de forma precária quando se imagina um emprego formal que toma um terço do dia do trabalhador (oito horas), que começo a perceber, quando se trata de uma beneficiária com filhos, a importância da migração para o trabalho informal. Dentro desta lógica, as próprias beneficiárias denunciam uma consequência positiva desta *desterritorialização*: a de ter mais tempo para os filhos. É o que, no espaço e tempo em que se vive, o *molecular*, funcionaria como uma espécie de licença maternidade ampliada.

Ao falar sobre o antes e o depois do PBF, Carolina tem a forma mais expressiva possível de fazer esta colocação, como podemos perceber, em sua fala:

Então, ajuda. Porque em vez de estar trabalhando, estar com seus filhos. Porque, hoje em dia, “cê” sabe como é que está lá em cima a criminalização, tiro para lá, tiro para cá. Então, a mãe fica mais perto dos filhos. Tem tempo de botar os filhos na escola, tem tempo de saber. Hoje, não é como antigamente. Antigamente, a mãe tinha que trabalhar, não sabia se o filho ia para a escola ou se não foi e coisa e tal. Hoje tem mãe que não precisa trabalhar (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

²⁰ Santos (2002a) propõe a *razão cosmopolita* como uma forma de se “imaginar o mundo melhor a partir do presente”. Isso faz, como diz o autor, com que haja uma expansão do presente e uma contração do futuro. (Cfr. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, 2002a, p.274).

Imaginar um emprego formal para uma mãe, recebendo um salário mínimo, com carga horária diária de oito horas, comprometendo parte do final de semana, implicaria na possibilidade de ausência desta mãe da vida de seu filho. Oportunamente, esclareço que, no município de Miracema, as escolas que contemplam ensino integral, estão restritas às Creches e Pré-escolas (Educação Infantil), num total de sete escolas²¹. Assim, quando os filhos das beneficiárias passam para o segmento do Ensino Fundamental, entram na rotina de escolas de horário parcial. Ou seja, eis a necessidade de mais tempo com os filhos que se encontram em idade escolar, à medida que estes vão crescendo e avançando nas séries escolares.

Um fato que complementa a necessidade de mais tempo com os filhos e que fica evidenciado na fala de Carolina, é a atual situação do município em relação ao quadro de segurança pública. Carolina demonstra a preocupação de estar mais próxima de seus filhos, sinalizando que, atualmente, há problemas na cidade que antigamente não existiam. E, como exemplo destes problemas, demonstra preocupação com tiroteios. De fato, tem se tornado notícia nos jornais da região, tais acontecimentos²². Trata-se de guerra entre facções que se formam no município e que aparecem entre as preocupações desta mãe com a vida de seus filhos.

A terceira é a *linha de fuga* do companheiro, ou, como uma lógica de se desconstruir a ideia de família legalmente unida. Todas as beneficiárias referem-se aos cônjuges como companheiros ou, em caso de não tê-los, deixam claro que possuem seus “namorados”.

RAFAEL: A senhora não tem marido? JOANA: Olha, marido não. Não posso ter marido. RAFAEL: Porque não pode ter marido? JOANA: Se eu arrumar um homem para casar comigo de novo, eu posso perder o Bolsa Família. Então, eu estou namorando, né? Mas ele é meu companheiro. Ele fica aqui em casa, mas não fica sempre. RAFAEL: Ele mora com a senhora? JOANA: Praticamente, sim. Mas nos documentos, né, que respondo, sou só eu e meus dois filhos (JOANA, 11 de set. 2016).

Por que eu crio meus filhos sozinha, né? Ser sozinha e criar filho não é fácil. Eu tenho meu companheiro, mas ele não mora comigo. Nem pode morar. Se eu casar de novo eu corro o risco de perder o benefício e marido rico eu não vou arrumar mesmo, né? Então, é melhor ter meu companheiro, ele viver para lá e eu viver para cá (ANA, 02 de set. 2016).

²¹ Dados retirados da Secretaria Municipal de Educação de Miracema e do Plano Municipal de Educação do Município, disponível em <http://cmmiracema.rj.gov.br/area_restrita/modulos/legislacao/arquivos/b1775cLei_nA_1.602_de_18062015_Plano_Municipal_de_EducaAAo.pdf> Acesso em: 27 de set. 2016.

²² Veja Jornal Dois Estados. Disponível em <http://www.doisestados.com.br/ver_noticia.php?n=2073> E Folha Itaocarense. Disponível em <<http://folhaitaocarense.blogspot.com.br/2016/11/traficantes-trocam-tiros-com-policia.html>> Acesso em: 26 de set. 2016.

Não precisava ouvir isso de Carolina para saber que ela possui um companheiro. Moramos em cidade pequena, como já discutido. Obviamente, mesmo que ela não falasse, teria a certeza de que eu já sabia ou saberia. Tal comportamento, como observei, está ligado a certa fragilidade de conhecimento das regras do Programa, como da renda *per capita* para ser incluída no grupo específico para o benefício. Não necessariamente, comprovar a existência de um cônjuge entre eles, poderia implicar no desligamento do Programa. Porém, o que observo é que, na dúvida, elas acreditam ser melhor ocultá-los legalmente. No entanto, esta é mais uma evidência de falta de conhecimento sobre o que a própria lei que institui o PBF considera como família

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (BRASIL, Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004).

Outro fato que me chama a atenção, ao ser atravessado por estas três *linhas de fuga*, é o potencial de deformação de dados quantitativos quando se percebe que as beneficiárias optam por assumir uma postura destas. Segundo dados do IBGE (2010), Miracema possui 216 famílias compostas por mulheres com filhos e sem cônjuge, que não possuem renda mensal. Ainda assim, não consigo encarar tais manobras do *devir-beneficiária*, como erros por falta de caráter ou manipulação maliciosa de dados. Como observado, são processos de *singularização* dentro da *subjetivação* do ser beneficiária que, por consequência, acabam por *desterritorializar* o PBF em seu terreno de atuação. Dentro da ideia de Deleuze, o lugar onde acontecem estes tipos de *agenciamentos*, estas *linhas de fuga* e esta *desterritorialização* é, exatamente, o lugar onde se cruzam as vontades do *molar* (global), com o *molecular* (local). Forma-se, pois, o território da *micropolítica*.

A questão micropolítica - ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social - diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de "molar"), com aquele que chamei de "molecular". Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.127).

Dá-se, tão logo, o território da *micropolítica* do PBF. Com isso, os dados do IBGE fotografam a realidade, mas não deixam que ela fale por si. Que foi o que as parceiras-

beneficiárias fizeram. O que me leva a pensar sobre o fato de que quando se observa a vida, se compreende os números. Quando se observa os números, apenas se deduz sobre a vida.

2 DEVIR-BENEFICIÁRIA



Figura 9 – Olhando pelos estilhaços.²³

— O meu nome é Severino, como não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mais isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria. Como então dizer quem falo ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba.

João Cabral de Mello Neto

2.1 DO SER BENEFICIÁRIA AO DEVIR-BENEFICIÁRIA – DESEJOS E RESITÊNCIAS

Devir não tem um termo do qual se parta, nem aquele em que se pretende chegar. *Devir*, assim, seria nunca ser e ser, simultaneamente. Mas ser numa relação cognitiva de concretude estabelecida entre aquilo que se é, que se vive e que se experimenta enquanto ser vivente, pois, *devir* significa habitar o plano de imanência em que a existência não se produz sem se

fazer clínica de si própria, sem traçar o mapa de seus impasses e suas questões.” (p.18). Pensando desta maneira, o estágio de transformação que nasce desta relação, só seria realmente transformado para o próprio estágio de transformação. Um ciclo, onde

(...) devir é uma realidade: os devires, longe de se assemelharem ao sonho ou ao imaginário, são a própria consistência do real (...). Convém, para compreendê-lo bem, considerar sua lógica: todo devir forma um "bloco", em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se "desterritorializam" mutuamente. Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a "faz fugir" (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24-25).

Quando proponho este título *devir-beneficiária*, remeto-me ao processo de entrevista que me dispus a realizar com minhas parceiras. Com o intuito de fomentar a fala, dei-me ao encontro com elas utilizando o meu *pote de entrevistas*, que continha nove termos para que elas os sorteassem, uma a uma, falando sobre todos eles. Eis que um destes termos trazia a pretensão de permitir que elas falassem sobre o que é ser beneficiária. Pois bem, o ser beneficiária me proporcionou vários incômodos que, em meio ao processo de produção coautoral da pesquisa, metamorfoseou-se em *devir-beneficiária*.

Três aspectos abruptamente apresentados no parágrafo anterior, eu gostaria de esclarecer, antes de dar continuidade aos pontos que seguem. Um deles, é que o ser beneficiária não teve sua exclusividade para que as parceiras apresentassem seu *devir-beneficiária*. Em outros momentos e em outros termos, suas falas também evidenciavam isso. Este é o aspecto rizomático que os termos assumiram. O segundo é a ideia da pesquisa como coautoral. Visto que meu processo de produção não era e nem nunca teve a pretensão de ser vertical, sua horizontalidade encontra-se no fato de dar fala às beneficiárias e, com elas, produzir. Logo, o terceiro acaba por ser justificado pelo segundo, uma vez que as chamo de parceiras (5 beneficiárias do Programa Bolsa família) neste processo.

Tais pensamentos não me ocorreram após um estudo bibliográfico sobre a ideia de *rizoma*, *devir* ou de pesquisa colaborativa. Mas teve, nestes, a sua devida fundamentação e legitimidade. Pelo contrário, penso como infinitas e curvilíneas as possibilidades de se fecundar em *rizoma*, de se *devir* e de se colaborar em uma pesquisa. Mas, para fins de

esclarecimento, faço um breve apanhado sobre os mesmos, ainda, antes de continuar neste caminho que aqui vos convido a trocar seus passos.

Inicialmente, como já disse e ainda repito, como uma ideia de temas geradores (FREIRE, 1987), nove termos foram selecionados para que, deles, brotassem as perspectivas abordadas neste trabalho, a saber: alimentação; antes e depois do PBF; emprego; estudo; família; pobreza; Programa Bolsa Família; qualidade de vida; ser beneficiária. Então, como já mencionado, se, neste momento, queria falar daquilo que chamei de ser beneficiária, buscando nesta fonte, neste tema/termo, esclareço que não foi o que ocorreu. Não foi uma exclusividade deste, as possibilidades de se mostrar enquanto quem vive a experiência concreta do que é ser beneficiária.

Quando Paulo Freire propôs a ideia dos temas geradores (1987), existia, nele, o pensamento de que em um princípio, haveria a possibilidade de novos meios. E foi o que eu imaginei ao propor os temas/termos como provocativos da fala. Foi exatamente o que aconteceu, porém, numa perspectiva em que já partia do meio. Foi como se os temas geradores ali propostos brotassem uns nos outros através da fala das parceiras-beneficiárias. Desta ideia de brotar, sirvo-me do pensamento Deleuzeano do *rizoma* como perspectiva de vida, de pensamento, de existência, pois

É flagrante que "muitas pessoas têm uma árvore plantada na cabeça" (MP,24): quer se trate de se buscar raízes ou ancestrais, de situar a chave de uma existência na infância mais remota, ou ainda destinar o pensamento ao culto da origem, do nascimento, do aparecer em geral (ZOURABICHVILI, 2004, p.52)

Assim, quando se fala sobre si, as possibilidades de se atravessar o tempo, a lógica e a razão, são variáveis plantadas nas cabeças das pessoas, que as induzem a enxergar uma lógica que atravesse aquilo que lhes ocorreu, ocorre e ainda poderá ocorrer. Isto inclui a emoção que acompanha a fala, o pensamento, quando se traz para o ensaio do bem dizer o presente, as heranças das memórias passadas. Porém, isto era feito com o consciente, o racional, o elaborado.

No entanto, quando eu começava a observar a fala delas do pescoço para baixo (não enxergando o corpo pelo corpo, mas o corpo por suas múltiplas possibilidades de sentido e sensibilidade), um princípio de *rizoma* se estabelecia, inconscientemente, através de múltiplas concepções que as tornavam *devires* de beneficiárias. Esta ideia de separar acima do pescoço

e abaixo do pescoço nada mais é do que a necessidade de se perceber as árvores que criamos em nossas cabeças, e as suas fontes de vida, compostas pelo restante do corpo e suas ramificações. Do enunciado visível e proeminente da fala elaborada (a árvore), ao sensível rastrear da vida por baixo, pelas sensações, abaixo da lógica (as conexões do princípio de *rizoma*).

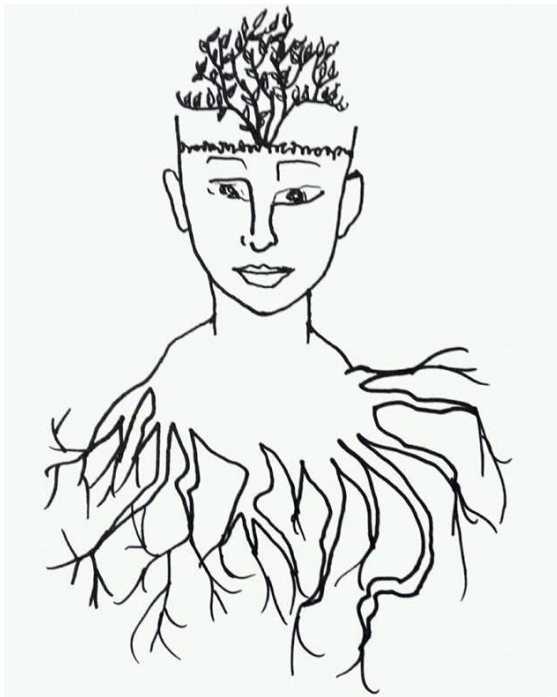


Figura 10 - Árvore e *rizoma*. Cabeça e corpo.²⁴

Inicialmente, a ideia de Deleuze e Guattari sobre o *rizoma*, como exposto, vem da necessidade de se deixar a árvore e partir para os *rizomas*, com suas múltiplas possibilidades de conexões. O que proponho, aqui, é que nossa cabeça, pode ser árvore, mas que é alimentada pela sinuosidade e potencialidade dos sentidos e sentimentos do corpo, nossos *rizomas*.

Porém, o que se busca é trazer os *rizomas* para a cabeça e parar de separá-las de nossa tentativa de racionalidade.

Elas imaginavam, por suas experiências concretas, que eram beneficiárias, eu, percebia seus *devires*. Certo de que

(...) o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tabula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (...) (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 36).

Desta maneira, brotavam informações sobre o que seria ocupar este lugar de beneficiária, num movimento que, não necessariamente, possuía início, meio, ou fim, portanto, *devir*.

²⁴ Desenho criado pelo autor, com o intuito de ilustrar toda a complexidade existente entre ter uma árvore na cabeça e um potencial de *rizoma* em seus sentidos e sentimentos. Vindo de Deleuze, *rizoma*.

Neste caso, a relação que se assinala é a das cinco beneficiárias com o Programa Bolsa Família - PBF, Programa ao qual fazem parte e do qual falam, produzem suas experiências concretas de ser e de estar convivendo com o mesmo. Desta relação, não se é beneficiária, se *devém* beneficiária. Desta ideia, subtrai-se o pensamento de que só haverá resposta para quem é beneficiária quando se buscar números de inscrição no Programa. Agora, se o que se busca é responder quem *devém* beneficiária, os números nunca serão suficientes, os *devires* sim. Neste contexto,

O “devir” é, pois, a emergência de uma coletividade e de um “povo” numa experiência extremamente singular e única. (...) o “devir” inaugura outra categoria de tempo, não cronológica. No devir não há passado, presente e nem futuro. Não há mesmo história, como sucessão de acontecimentos. Há o intempestivo, a descontinuidade. É uma experiência de “involução”, que não significa “regredir” nem “progredir”, mas despontar em outra lógica (...) (MELLO, 2005, p.64).

Este pensamento de pesquisa colaborativa ou coautoral, onde se traz para a ciência a experiência concreta de quem vive o papel de beneficiário de um programa, só me foi possível quando penso num trabalho de respeito nas inter-relações, naquilo que Santos atribui o nome de ecologia do saber, onde

(...) se tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (SANTOS, 2007, p.23-24).

Então vamos lá: Ana, Rita, Joana, Iracema e
Carolina.

Ana Carolina.

2.2 AS BENEFICIÁRIAS E SEU MODO DE RELAÇÃO COM O TEMPO

O que se prende na necessidade de organização do tempo é aquilo que se evidencia em memórias, busca correlações com o presente, inclusive na tentativa de justificá-lo, e se esvai sem nenhuma perspectiva de futuro, ou por não planejamento deste. Este pensamento que acabo de ensaiar nas tentativas de se iniciar uma explicação para o caminho que se percorre é uma espécie de grito de alerta em relação ao formal pensamento de minhas parceiras (as beneficiárias do PBF), em relação ao papel que ocupam em suas vidas. Elas insistem em

delineá-lo com contornos de infância de dependência e presente de gratidão. A lógica é simples, era perceptível que existia a ideia de um momento, no passado, de extrema necessidade de ajuda. Já o presente, sendo beneficiadas pelo PBF, a sensação de agraciamento é latente.

O que percebo quando me deparo com estas questões, são mesmo os deslocamentos sobre o tempo e suas lembranças. Como a mistura que se instala na fala de Carolina, entre sua mãe (passado) e a mãe que ela é, no presente. Vejamos dois trechos da entrevista em que ela relata a experiência com sua mãe e a sua experiência concreta (real) de ser mãe:

(Lembrança do passado): Ah, minha mãe trabalhava muito. Eu não posso falar, porque a minha infância foi toda na creche, né? Minha mãe que trabalhava muito. Minha mãe trabalhava na Rua do Café e trabalhava à noite ali, onde hoje é a Escola São José. Ali, naquela época ali era um hotel com restaurante. Então, a minha mãe trabalhou ali. Então, a gente não ficava muito “a parte” das “coisa” dela (...).

(Experiência real do presente): Pode chegar perto das professoras que todas elas me “conhece”. Todo dia eu estou aqui. Todo dia eu quero saber como foi o comportamento deles. Todo dia eu quero saber como foi “eles”. Se eles “tão” direitinho, porque eu não gosto de criança abusada, entendeu? Então, eu também não quero que eles sejam assim (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Carolina nos mostra, através deste deslocamento do tempo, a real prova da construção de individualidades (individuanes) do tempo, mesmo que embasada por algumas semelhanças, como, por exemplo, a fragilidade social que ela (vive) e sua mãe (viveu).

Estas considerações e/ou deslocamentos sobre o tempo, remetem-me ao trabalho sobre *diferença* realizado por Deleuze que me chegou através de uma ponte bibliográfica que foi Vasconcellos (2005), onde fica claro que

O tempo é uma relação entre dimensões heterogêneas. Estas dimensões são concorrentes em virtude de seu poder individuante: cada um se atualiza excluindo os outros (um indivíduo dado), mas todos são o tempo, as diferenças no tempo, ou ainda as diferenças como tal, na medida em que o tempo é pura diferença. O tempo é a diferença das diferenças (VASCONCELLOS, 2005, p.146-147).

Assim, da mesma forma em que se é o passado, nele não há apropriação devida do presente. E, justificar o presente com as experiências do passado, por conseguinte, o torna heterogêneo e abismal. Isto porque se se vive no hiato formado entre passado e futuro, ainda existir passado no presente é uma forma de se tentar tornar o presente diferente do passado,

mesmo que um esteja ligado ao outro. Esta é a relação que torna o tempo “a diferença das diferenças”.

Percebo, também, que, quando se fala das lembranças da vida da mãe (ao mesmo tempo em que se lembra da mãe do passado, ela o é, no presente), cria-se uma necessidade de diferenciação por semelhança. Se a lembrança da mãe da beneficiária é evidente em suas falas como alguém que não tinha tempo para a família, hoje, mesmo que a beneficiária esteja em situação de necessidade de auxílio, ela se coloca como alguém com possibilidades de não ser como sua mãe. Pois,

O tempo é anônimo e individuante, impessoal e inqualificável, fonte de toda identidade e diferença, o tempo é a força motriz que instaura as diferenciações qualitativas da matéria e esta se modifica internamente pela ação do tempo que, por conseguinte, torna-se produtor de singularidades (VASCONCELLOS, 2005, p.147).

Porém, o que fica perdido entre a necessidade de se receber um benefício e o estado de pertencimento ao Programa é a lógica (ou não) de ainda se estar necessitando do mesmo e, pois, de permanecer no mesmo. Assim, como já dito e agora explicado, cria-se, no presente, um hiato entre o passado e o futuro. Como se o presente fosse sua única perspectiva e que as possibilidades de não se conformar com ele sejam associadas ao conjunto de memórias de sofrimento que se fazem presente (por ainda existirem, ou não), mesmo estando no passado.

Gostaria, aqui, de trazer o momento em que Iracema começava a falar sobre pobreza e a colocação que ela faz, remetendo-se ao estado de necessidade que a acompanhava no passado:

Eu já tive. No passado. No passado, já comi arroz que é meia, que, hoje, ninguém come. Já tive, na minha mesa, canjiquinha pura e a gente era feliz, porque a gente tinha para comer. Mas, mesmo assim, hoje, se for preciso comer, eu como tranquilamente. Deus me abençoe que não. Mas, hoje, não existe pobreza mais (IRACEMA, 02 de set. 2016).

O que Iracema faz é trazer, de suas lembranças, a justificativa para se reconhecer o presente como uma melhor possibilidade de se viver. O que fica embutido nesta fala e, talvez não apenas ao ouvi-la, mas também por Iracema que a pronuncia, é que o presente não é evidenciado como uma vida assistida por um programa de transferência de renda. E, quando o é, é feito de forma agraciada. Agradimentos do que, teoricamente, amenizam as fragilidades e potencializam os contornos aos problemas vividos. Vamos nos atentar à fala de

Carolina, percebendo este agraciamento e, paralelo a isto, a ausência de uma autovisão crítica da realidade em que está inserida:

Igualzinho, eu volto a falar de novo, tem gente que reclama. Eu vejo gente reclamar “ah, porque o Bolsa Família eu não ganho nada”. Sempre quem reclama é quem ganha bem, né? Quem mais reclama é quem ganha bem. Então, é o que eu falo, eu não tenho o que reclamar. Nunca reclamei. Sempre agradei a Deus, entendeu? Por ter esse dinheirinho. Então, eu nunca reclamei. Porque, graças a Deus me alimentei bem com ele (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

2.3 DAQUILO QUE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É E AQUILO QUE REPRESENTA

Não há com o que discordar em relação ao alívio imediato que o PBF provoca ou pode provocar na vida de seus beneficiários. Este é um de seus objetivos, provocar este alívio em quem está em estado de pobreza ou de extrema pobreza²⁵. Porém, sentir única e exclusivamente este efeito, aliena todos os outros objetivos do programa, que também incluem a ideia de emancipação familiar, através de acesso a direitos básicos que tem como propulsoras as condicionalidades do Programa. As condicionalidades existem para garantirem que os três eixos em que o programa atua, sejam alcançados. Para esclarecimento, vejamos estes três eixos:

Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (BRASIL, 2015).

A respeito das condicionalidades, fica observado que

²⁵ São consideradas famílias em estado de extrema pobreza as que possuem renda *per capita* de até R\$85,00 e em estado de pobreza as que possuem renda *per capita* que varie entre R\$85,01 e R\$170,00. Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>> Acesso em 12 de dezembro de 2016.

A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em um estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL, Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004).

A grande questão e o grito de alerta que elas acendem em minhas observações é que estas ações complementares não aparecem em suas falas. É como se, em suas experiências concretas com o PBF, houvesse esta internalização do sujeito necessitado e esta fosse a lógica arbórea que elas usam para sustentar os galhos da árvore que criaram em suas cabeças (perspectivas), mas que as impedem de enxergar o *rizoma* que formam suas vidas. Isto quer dizer que o sentimento de conformidade ou gratidão ao programa, não seria, neste caso, um bloqueio para que fossem traçadas rotas *nômades* de se existir com significância.

Não focando em uma crítica às falhas na implantação do programa (pode-se considerar como falhas ter um programa que, entre outras questões, busque a emancipação das famílias que o pertence, mas não as esclarece de seus direitos), permito-me ceder ao pensamento de vida por vida, do e... e... e... que reforçam a existência de quem *devém* beneficiária e as fazem *rizoma*. Antes disso, como provocação, gostaria de compartilhar a inesperada planta que brotou em uma parede inacabada, que fica na casa da vizinha de minha mãe.

2.4 DEVIR-DESEJO: RELAÇÕES DE POTÊNCIA



Figura 11 – Brotando entre blocos de concreto. Acervo pessoal.

Gostaria de chamar a atenção para o lugar onde ela cresce. A forma como ela cresce. Sob que condições ela cresce? Onde se fincam suas raízes? Mas, acima de qualquer coisa, ela cresce!

Não seria esta a força que se adquire no meio (estabeleço uma analogia à força que se faz pela vida). Sob que condições minhas parceiras (as beneficiárias) anunciam seu lugar? De onde elas anunciam? Percebe-se vida neste enunciado? Por que não podemos compreender o estado de gratidão ou agraciamento ao PBF como um fim e sim um meio? Pelo simples fato de se perceber que do hiato que se forma entre o passado e o futuro, há um presente em constante movimento. Um presente vivo, cheio de e... e... e... que corrobora com a ideia de que

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo . A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p.37).

Assim como a planta cresceu em meio aos blocos de tijolo e concretos, fincando suas raízes, onde as beneficiárias fincam as raízes do seu viver? Onde crescem as raízes do seu *devir-beneficiárias*? Onde é sacudido este ser e onde nasce este *devir*?

Para se responder a estas perguntas, é preciso falar de desejo. *Devir* é o conteúdo próprio do desejo (...)” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24). Assim,

Para Deleuze e Guattari, o “devir” segue uma determinada lógica. Os “devires” dão-se sempre na linha de um “minoritário”, “molecular”, em contraposição a um “majoritário” e “molar”. Não tem a ver com “tamanho”, mas com fluxo e potencialidade centrípeta e centrífuga: enquanto o “devir majoritário” atrai para um centro - que é Uno, modelar, reproduzível -, o “minoritário” desvia desse centro, faz fugir, possibilita novos inícios. François Zourabichvili postula que o desejo (cujo conteúdo é o “devir”) tende a investir nos domínios de uma “animalidade, infância, feminilidade, imperceptível”, mais do que quaisquer outros domínios. Tais domínios “minoritários”, por não terem um modelo, encontram-se sempre em processo, num constante nomadismo. Mas Zourabichvili dirá que a força do “minoritário” não reside apenas nisso, pois eles não se apresentam como *modelos alternativos, como formas ou códigos de substituição* ao modelo considerado “majoritário” (ZOURABICHVILI, 2004, *apud* MELLO, 2005, p. 62).

Portanto, ao atuar sobre o campo do desejo, formando os *devires* das beneficiárias, temos o campo *molar* (*devir* majoritário) que as atraiu por preencherem o perfil de beneficiárias - pobres ou extremamente pobres. E, dentro deste, emerge o campo *molecular* (*devir* minoritário), que é o de quem vive o papel de beneficiária e, neste papel, *devém* (desejo e/ou potência de vida) beneficiária. É no segundo caso que as tramas se criam e as raízes crescem e dá-se o processo de inconstante construção, de *nomadismo*.

Então, é necessário chamar a atenção para o fato de que elas não falam do PBF, elas são, no *devir* minoritário, *molar*, naquilo do qual elas falam. O concreto, o tijolo, onde fincam suas raízes. Elas são a realidade da qual falam e compõem esta realidade. Portanto, é deste contexto de múltiplas relações que nasce o *devir-beneficiária*.

Ademais, falar sobre o desejo exige passar pela necessidade de *subjetivação*. Da *subjetivação* em si. Pode-se nascer beneficiária, mas, antes disso, se é potencialmente fragilizado diante de uma sociedade desigual. E toda questão referente à subjetividade passa pelo *devir*. E, *devir* em Deleuze, é tudo o que acontece no fluxo da vida, não como experiência pronta, adquirida, mas como experiência dada em movimento, acontecida e em acontecimento. Portanto, a subjetividade no *devir* é uma questão de produção.

Em meus estudos pude perceber como Gattari (1992, p.12) coloca esta produção de subjetividade como algo que se forma dentro de uma sociedade capitalista de modelização. Este modelo capitalista de formatação da subjetividade seria o “dentro”. As pessoas que ainda se encontram em processo de *subjetivação* neste modelo, seriam o “fora”. Assim, à medida que se fabricam estas padronizações, quem está “fora” vai buscando sua maneira de se igualar e, assim, passar para o lado de dentro, para o aceitável, o homogêneo.

É neste contexto que o PBF e seu caráter focalizador (de assistir pessoas em estado de pobreza ou de extrema pobreza) atua num processo de *subjetivação* dos sujeitos envolvidos, acreditando que estas pessoas em estado de vulnerabilidade social desviam-se de um padrão de vida estável por terem sido produzidas num contexto fragilizado socialmente. Com a assistência do programa, retirar da miséria seria, pois, uma tentativa de se trazer para “dentro”.

Fora de um padrão de vida aceitável > Auxílio financeiro > Dentro de um padrão de vida aceitável
--

Porém, se o que o programa busca é romper com o ciclo de pobreza entre os beneficiários, o que fica projetado para o futuro, uma vez que o presente é carregado de

alienação de direitos e agraciamento ao mesmo, como vimos anteriormente? Se, no presente, o estado é de beneficiada, como se trata da ideia de um ciclo, seria das crianças a responsabilidade de, no futuro, romperem com este ciclo de pobreza?

Pela lógica do *devir*, o presente pelo presente, a potência de vida no agora, fica embutida a questão de que antes de se tornarem beneficiárias, estas vidas foram concebidas em um contexto de extrema desigualdade social. Mas isto não significa que nunca houve potência criadora da vida. Que não havia compreensão de mundo, resistência. Que não havia produção de subjetividade.

Quando as parceiras desta pesquisa falam sobre elas, existe uma consciência de força de vida que faz com que os problemas que elas relatam, sejam sufocados pela vontade de vencer tácita em suas falas e em seus olhares, que acompanhavam suas falas com certa ânsia de esperança. Trago a fala de Rita para compartilhar deste sentimento:

Sou uma pessoa sofrida, lutadora. Criei meu filho sozinha. Tenho um filho, mas perdi um, que nasceu de sete meses. Nasceu em Campos. Aí, aos três anos, eu mais o pai dele nos separamos. Aí, devido a isso, ele começou a ter depressão. Aí, foi agravando cada vez mais, complicando mais a minha vida. Dificultando a gente poder arrumar emprego, criança pequena, prematura e tal. Sozinha, sem pai e sem mãe (RITA, 25 de ago. 2016).

Rita não dá apenas sua percepção de vida sobre o que ela é ou viveu. Ela mostra o que ela sente. Do percurso de vida que desencadeia em um presente de situação de beneficiária, há um contexto de vida que se deu sob forte vontade de viver, mesmo que na dificuldade (e quem disse que dificuldade não move desejos?). Quando ela se remete ao contexto em que se colocou como beneficiária, ela se diz uma pessoa sofrida, que criou o filho sozinha, que se separou, que o filho teve depressão ... existe a Rita que se vê como uma pessoa sofrida. Porém, após encerrar nossa entrevista (conversa), enquanto me despedia para ir embora, Rita vira para mim e diz “Eu sou a minha vida. Minha vida sou eu!” Fiquei parado, um pouco sem reação. Ela sorriu, eu também. Ela completou dizendo que se considera feliz e eu vim embora, com o pensamento de que o que eu assisti foi uma pessoa passear sobre a própria vida e desvestir-se de sua autoafirmação de pessoa sofrida e vestir-se de esperança.

Outrossim, quando elas falam sobre o PBF ou sobre como passaram a fazer parte dele, existe uma visão causal sobre este “ser beneficiária”. Mesmo diante do contexto de privação

ou dificuldades vividas, há uma sensação de casualidade, de entrar para o programa por merecimento e não por necessidade. Vejamos:

Quando eu comecei a receber o Bolsa Família o meu menino tinha um ano e pouco, um ano e seis meses que eu comecei a receber. RAFAEL: E como você começou a receber? CAROLINA: “Tava” se cadastrando numa época lá no Esportivo (antiga sede da Secretaria de Promoção Social). Aí, uma colega minha foi, falou “Luciana, “vamo” lá que eu vou conseguir para você, para ver se você consegue receber o Bolsa Família. Aí, eu falei com ela “ah, eu não vou conseguir não porque ... só um filho” ela “não, você vai conseguir sim, leva o documento do menino”. Aí eu fui e consegui. Na época eu recebi R\$82,00. Mas, era um dinheiro que me ajudava comprar fralda, comprar leite. A gente tava naquele processo de acostumar ele na mamadeira, para ele pegar a mamadeira, entendeu? Mas, é difícil sustentar uma família com R\$82,00, entendeu? Aí, depois que foi aumentando e melhorando (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Falaram comigo que era para eu ir na Promoção Social, que lá eu conseguiria fazer um cadastro. Aí, peguei, fui lá, fiz a minha fichinha, marcaram para eu voltar e eu voltei. Expliquei, eu tava grávida dele (apontou para o filho em seu colo) e tinha minha filha mais velha. Aí, fizeram várias pesquisas. Perguntou quantos cômodos tinha minha casa, se era de piso grosso, fizeram todas as perguntas. Aí, falaram comigo que se eu fosse beneficiada, meu cartão ia vim, e com 30 dias o rapaz do correio me entregou uma carta, que eu tinha sido beneficiada. E, para mim, foi uma alegria imensa. Eu comecei a receber R\$47,00. Ele não tinha nascido ainda (apontou para o filho em seu colo). Quando ele nasceu, eu peguei a certidão de nascimento e fui lá colocar ele no cadastro e foi onde eu comecei a receber um pouco mais. RAFAEL: Ele é fruto do mesmo casamento, mas nasceu depois da separação? FABIANA: Isso. Porque quando eu separei, eu “tava” grávida de três meses (IRACEMA, 02 de set. 2016).

ANA: Ele é um Programa importante porque, sem ele, algumas pessoas não teriam nem o que comer. Eu, se eu pudesse, eu não precisaria dele. Mas, já que preciso, estou levando a vida assim. Ele é importante para mim. RAFAEL: Como a senhora passou a ser beneficiária? ANA: Eu tinha meus dois filhos. Mas o pequeno, ainda “tava” grávida dele. Aí, eu “tava” conversando com uma amiga e ela disse que eu tinha que ir na Promoção Social. Aí, eu fui (ANA, 02 de set. 2016).

Todavia, além deste contexto e forma de entrada para o PBF, retornando ao esquema que é proposto pela sua lógica e percebendo as falas das parceiras-beneficiárias, penso que este “trazer para dentro” do modelo de *subjetivação* capitalista de padronização é algo que o PBF não tangencia no presente. Por mais que ele possa amenizar o estado de fragilidade destas vidas, elas, as mulheres, continuam no meio do esquema supracitado: em estado de auxílio. Mas, acima disso, não demonstram perspectivas de superarem esta situação. Existe uma sensação de eterna dependência, além da gratidão. Isto faz com que, no presente, o esquema ficasse parado ao meio.

O programa em si, produz algumas visibilizações, “antes, sem poder de consumo, invisíveis para o mundo comercial” (SOUZA, 2012), frente ao poder de consumo que contribuem ou intensificam essas ideias de agraciamento ou causalidade. No dia a dia, as beneficiárias se *subjetivam* enquanto pessoas com potencial de consumo frente às suas necessidades. Mas não se trata de consumista em potencial, mas sim de potencial, mesmo que limitado, de consumo. Como lhes mostro a seguir:

Como eu te falei, quando eu “tava” sozinha só com as “minha filha”, eu ...você conhece o supermercado do Andrinho? RAFAEL: Conheço. CAROLINA: Eu fazia compra ali. Então, quer dizer, se não fosse o Bolsa Família a gente não ia ter crédito. RAFAEL: Você conseguiu abrir crédito porque você ganha o Bolsa Família? CAROLINA: Consegui abrir crédito através do Bolsa Família, entendeu? Porque senão eu não tinha crédito nenhum. Que ele veio e eu falei com ele, conversei com ele e ele falou “não, você pode comprar” e eu mostrei o cartão do Bolsa Família e ele falou “não, você pode comprar” então, aí eu tirava o sustento das “minha filha” e as “faxina” que eu fazia já era mais uma ajuda para comprar mais as “coisa”, entendeu? É isso... (CAROLINA, 22 de ago. 2016)

RAFAEL: Mas você considera que com o PBF sua possibilidade de se alimentar melhor, melhorou? IRACEMA: Com certeza, ele ajuda a pagar outras coisas e acaba sobrando dinheiro para eu poder comprar as coisas para os meus filhos. Alimentação para os meus filhos. Por exemplo, eu pago a minha luz com o dinheiro da pensão e o BF já compra outras coisas. Então, a qualidade de vida, a gente tem que buscar o melhor. (...) Para gente oferecer aos nossos filhos uma casa, não vou dizer que uma casa de rico, mas uma casa confortável. Então, o BF ajuda a gente a fazer uma prestação, comprar um guarda-roupa novo, comprar uma caminha para uma criança, melhora até na casa (IRACEMA, 02 de set. 2016).

RAFAEL: E o BF, ajudou na alimentação? JOANA: É o que faltava que ele ajuda a por. Eu não como só com o BF, mas ele ajuda, entende? RAFAEL: E o que faltava? JOANA: A gente sempre tem arroz e feijão, né? Aí, com ele a gente consegue por mais um pouco dentro de casa. Uma carne, verdura, entende? (...) Antes eu não podia nem abrir conta numa loja. Hoje em dia eu compro, entende? (JOANA, 11 de set. 2016).

Eu não tinha nada além de arroz e feijão, agora já posso comprar um legume, uma fruta, até uma carninha. E o BF ajudou nisso, não vou negar que não ajudou. Ajudou. Ele é pouco, mas não é para viver só com ele, entendeu? (ANA, 02 de set. 2016).

RITA: Alimentar-se bem é você ter arroz e feijão todo dia dentro de casa, não precisa ter coisa supérflua todo dia. RAFAEL: E o que seria supérfluo na alimentação? RITA: É carne todo dia, uma comida diferente, você almoçar fora, pedir uma quentinha. RAFAEL: E o PBF ajudou na alimentação? RITA: Ajudou bem. Ajudou a não faltar, porque já faltou. Já passei necessidade (RITA, 25 de ago. 2016).

Da relação de Carolina com o comerciante de seu bairro, onde este aceitou que ela abrisse uma conta em seu supermercado tendo como referência o seu cartão de beneficiária, ao pensamento de ampliação da possibilidade de alimentação proporcionado pelo aumento do poder de compra através do benefício, o que as beneficiárias nos mostram é que, neste processo de amenização do estado de pobreza vivido por elas, há a devida fecundação do agradecimento, da alienação e do sentimento de causalidade.

Ainda assim, há o *devir-beneficiária*. Presente não é passado. Presente não é inércia. Há as confluências com o programa e o presente da vida destas beneficiárias. Existe ou pode existir uma produção de subjetividade que funcione contra esta *subjetivação* capitalista padronizada, onde pode-se *singularizar-se* dentro deste processo de *subjetivação*, como o diferente, aquilo que acontece no cotidiano de quem é beneficiário. Quais são as relações individuais, singulares que se dão neste processo de vida criativa? Um exemplo, supracitado, é a própria experiência de se abrir uma conta tendo como referência o cartão de beneficiária.

E é neste momento que percebo que o *devir-beneficiária* tem vários *devires*. Por isso tantas *singularizações* neste processo de *subjetivação*. Por este pensamento, acrescentaria que

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose (DELEUZE, 1991, p. 113).

Assim, trago os *devires* que me mostram aquilo que o programa não abrange, sobre aquilo que nunca se fala, mas que existe na vida de quem dele faz parte. Estes *devires* me apareceram em falas precisas. Era como se falar da própria vida fosse mais interessante que falar sobre o programa, ou tentar fazer alguma relação do que se vive com ele. Considerando que, como vimos em Deleuze, toda expressão de vida forma um *rizoma*, pela força do que está em curso, como exemplificado na conjunção e.. e... e..., estes *nomadismos* são divires viver, como convido-os a perceber que

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. É impossível exterminar as formigas, porque elas formam um rizoma animal do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir. Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele

foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 17).

Existe o *devir-revolucionária* (grifo do autor). Neste, há uma potência em viver e enxergar rotas de fuga para velhas prisões. Estas rotas de fuga fazem parte do que Deleuze chama de *desterritorialização*, que permitem traçar *linhas de fuga* entre as inconstâncias do presente, daquilo que se vive, do que se decorre em vida e na vida. É a mulher com mais tempo para ser mulher. Ana, ao falar sobre o que mudou após começar a receber o BF, nos mostra esta circunstância de comparação, quando sinaliza sua vida antes e atualmente, vejamos:

Eu acho que foi meu dia a dia. Eu corria demais, para lá e para cá. Não dava tempo de nada. Isso não quer dizer que eu não trabalho, mas eu trabalhava mais. Porque hoje o BF já ajuda em uma conta de luz, na roupa das crianças. Eu tenho tempo de me cuidar, de cuidar das minhas crianças e acho que é isso (ANA, 02 de set. 2016).

Este *devir-revolucionária* é o *devir* da “queima dos sutiãs”²⁶ dentro do quadro de beneficiárias. É a possibilidade de transgressão à lógica do trabalho formal. Funcionaria como uma possibilidade de se enxergar a própria vida com outros olhos. Não apenas com o filtro de perfil de coitadas que necessitam de benefício, mas da ótica de uma revolução com a própria vida. De poder repensar a própria vida. De poder escolher entre aquilo que se deseja e aquilo que se precisa. E, entre um e outro, fecundar seu ser, seu *devir*. É como o que Guattari e Rolnik nos mostram em *Cartografias do Desejo* (1996), chamando de resgate das dimensões essenciais da existência, e que são tolhidas pela máquina produtiva do capital. Quando elas “param”, elas enxergam outras perspectivas. Vamos compartilhar estas experiências:

²⁶ A “queima de sutiãs” é um marco histórico na história do feminismo, onde, no dia 07 de setembro de 1968, na cidade de Atlantic City (EUA), centenas de mulheres reuniram-se em frente ao local onde ocorria o concurso para eleger a Miss América. Neste ato, elas gritavam palavras de ordem que contrariavam o padrão de vida e de beleza imposto, ao longo da história, para as mulheres. Assim, levaram vários apetrechos femininos, alguns de vaidade, como os cílios postiços e outros, como sutiãs. A queima foi simbólica, mas a marca histórica foi relevante. O que fica evidente é que o que se impetra num ato como este é a necessidade de se perceber a mulher não apenas como um símbolo submisso de total passividade e subserviência da eterna beleza. Assim, o movimento buscou contribuir com a percepção de mulheres independentes e revolucionárias. Uma luta que é atravessada por questões de igualdade social e libertação feminina dos estereótipos e paradigmas até então consolidados. Dados retirados da Revista O Viés. Disponível em <<http://www.revistaovies.com/colaboradores/2012/09/elas-querem-queimar-o-sutia-e-muito-mais/>> Acesso em 03 de janeiro de 2017.

RAFAEL: Como que você compararia antes e depois do PBF? IRACEMA: Antes eu passava por muita dificuldade. RAFAEL: Ele é sua única renda hoje? IRACEMA: A renda do PBF com a pensão dos meus filhos, só. E eu tenho que pegar uns biquinhos para poder fazer, uma faxina. RAFAEL: E como que você arrumava antes de fazer parte do Programa? IRACEMA: Antes de participar eu não tinha filhos, então eu trabalhava fora. Eu ia para o Rio, Niterói, trabalhava em casa de família, cuidando de idosos, passando por certas humilhações que a gente passa, né? Assim, eu trabalhava, sempre trabalhei fora para poder me sustentar. Só depois que tive meus filhos que eu vim embora para cá. RAFAEL: E depois do PBF? IRACEMA: Depois do BF, com certeza eu consigo ter um tempo melhor pros meus filhos. Entendeu? Eu posso ficar mais em casa. É um dinheiro que me ajuda a pagar alguma coisa. (...) Eu tenho que buscar mais. Porque, é igual eu falo, se eu tivesse como não gastar esse BF, o meu objetivo era o seguinte, abrir uma conta pros meus filhos e depositar todo mês esse dinheiro pensando no futuro dos meus filhos. Porque, às vezes, as pessoas pensam assim “pensão não cria filho”. Não cria! Pensão não oferece o melhor para o seu filho. Como o BF, ela é um complemento. Ele não te sustenta, ele te complementa um pouco mais, para não deixar faltar (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Graças a Deus eu posso falar que hoje eu vivo de rainha, né? Com o pouco que eu tenho, mas graças a Deus eu vivo de rainha. Mas antes não. Eu trabalhava em três “serviço”. Eu tinha que fazer faxina “só”. Chegava em casa pregada. Minhas irmãs cuidavam das crianças. Eu chegava e só dormia “para mim” sustentar minhas filhas. (...) Antes as pessoas tinham que trabalhar mesmo. Se não trabalhasse, não tinha nada. E, tipo assim, o que eu posso dizer, como não tinha Programa “do Bolsa Família” a minha mãe, a gente ficava, tipo assim, eu não tinha minha mãe como meus “filho” tem hoje. Minha mãe tinha que trabalhar para sustentar a gente porque meu pai quando eu nasci meu pai foi embora, minha mãe foi pai e mãe. (...) Hoje, não. Hoje tem mãe que pode, como eu, hoje eu posso levar meus filhos na escola. Botar eles dentro da escola. Esperar as professoras dele chegar para eles estão dentro da escola, entendeu? (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Nos três casos (falas) apresentados acima, fica evidente a inconstância do *devir-beneficiária* e *devir-revolucionária*, inconstância esta *nômade*, sinestésica. Prova de um movimento em vida que busca superar as dificuldades com olhos de esperança. Ver na privação de não se ter disponibilidade para um emprego formal, a criatividade de se reinventar a vida, descomprimindo a sensação de tempo dedicado para a própria existência. Mais do que apresentar a ausência da mãe por trabalhar demais, Carolina nos apresenta uma experiência real que conta com tempo para estar presente na vida de seus filhos e, quando diz ter uma vida de rainha, nos mostra que ter tempo para si é algo precioso. Porém, o que se deve deixar claro, aqui, é que mesmo apresentando estes posicionamentos, nenhuma delas, em nenhum momento, reduzem a vida a não trabalhar, mas a poder fazer escolhas. Escolhas que incluem ter mais tempo para casa, mais tempo para si e para os filhos. Deleuze (1972-1990, p.211) nos

mostra que “a única oportunidade dos homens está no *devir-revolucionário*, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável.”.

O *devir-mãe* é um *devir* que está incluso no *devir-revolucionária* (grifo do autor). Um existe em consonância com o outro. Ter flexibilidade para buscar renda, implica, pois, na possibilidade de se dedicar mais tempo para a família. Porém, o que mais me chama a atenção é a forma como elas se colocam como mães. Uma fala que me chamou a atenção foi a forma como Carolina narra sua maternidade. Existe uma ideia de planejamento e sutileza naquilo que ela traz enquanto desejo de se tornar mãe. Carolina relata desta maneira

Eu tive meu primeiro filho eu estava com 20 anos. Eu queria ter ele porque eu me sentia sozinha. Eu falava “eu perdi minha mãe e agora, o que que vai ser de mim? É, eu não tenho ninguém.” Minhas “irmã” já tinha filho, cada um tinha uma. Aí eu falava assim “eu vou ficar sozinha”. Eu me sentia, como eu falo com meu companheiro atual hoje, eu falava que eu “tava vegetano” no mundo. Eu não tinha, eu perdi a minha mãe e então eu não tinha ninguém. Eu achava que eu não tinha ninguém mais. Falei “então vou ter que arrumar um neném para me fazer companhia” e arrumei o meu menino. Do meu menino eu engravidei da Luandra. Ai, quando a Luandra completou dois anos eu engravidei da Leandra (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Além do contexto em que se tornou mãe, ela nos mostra o desejo de ser mãe. Para ela, ser mãe significa dar continuidade à sua vida. Entre outras questões, o *devir-mãe* que Carolina nos apresenta, é constante na abordagem que as parceiras-beneficiárias fazem sobre seus filhos e, conseqüentemente, seus papéis de mães.

Ana tem dois filhos, um menino de sete anos e uma menina de oito. Os dois são filhos do mesmo pai. Ela é separada do pai das crianças. Ela diz que tem seus dois filhos e afirma “Gosto de ser mãe” (ANA, 02 de set. de 2016).

Rita possui um filho que criou sozinha, separou-se do marido quando o filho estava com três anos. Hoje, ele tem 11 anos e sofre de depressão. Uma das falas mais marcantes de Rita em relação ao seu filho é o momento em que ela diz que família não existe e, ao desenrolar da conversa, ela mostra seus desejos e, ao mostra-los, contraria o início de sua fala movida por seus afetos. É na perspectiva do filho e em função do filho que ela chega ao sentimento do amor que define a existência de uma família. Vejam:

RITA: Família, para mim, não existe. RAFAEL: Porquê? RITA: Porque eu vivo muito sozinha nesse mundo. Eu vejo muitas famílias felizes aí, eu fico feliz. Mas, para mim, não. RAFAEL: A senhora não considera que a senhora

e seu filho formem uma família? RITA: Eu considero, mas ainda falta um pai, né? RAFAEL: Então, para a senhora, para ser uma família precisa ter o homem, a mulher e os filhos? RITA: Não, queria que o pai dele estivesse até hoje, né? Apesar de eu não gostar dele. Por ele (referindo-se ao filho) e não por mim. RAFAEL: E a senhora mora somente com seu filho, mais ninguém? RITA: Sim. RAFAEL: Seu filho e a senhora têm quantos anos? RITA: Ele 11 e eu 45. RAFAEL: A família de vocês, são somente vocês dois? RITA: Sim. Eu, meu filho e Deus. RAFAEL: Se você pudesse descrever sua família em uma só palavra, qual a senhora usaria? RITA: Amor (RITA, 25 de ago. 2016).

Joana é mãe de dois meninos, um de 7 e outro de 9 anos. O pai de seus filhos está preso e ela é separada dele. Diante deste contexto, ela diz que “Eu estou levando a vida da melhor maneira possível, por causa dos meus “filho”. Eles não “merece” me ver desanimada, entende?” (JOANA, 11 de set. 2016).

Iracema também é separada e tem dois filhos. Um menino de cinco anos e uma menina de sete. Quando ela se separou do marido, ela estava grávida do segundo filho. Numa das vezes que se refere ao PBF, Iracema diz que “Porque eu não considero que esse dinheiro é meu. O dinheiro é deles para comprar material escolar, para comprar um medicamento, para me ajudar a pagar uma luz”. (IRACEMA, 02 de set. 2016).

O *devir-família* está para o *devir-mãe*, assim como este está para o *devir-família* (grifo do autor). Este *devir* aponta o momento do movimento afetivo das conversas geradas pelos temas propostos. É o momento em que o afeto toma a devida proporção nos diálogos que se estabelecem e no surgir das palavras. Todas elas são separadas dos maridos ou “companheiros” por circunstâncias de vida. Estas circunstâncias incluem desde a separação por término de relacionamento até a separação por detenção carcerária. As cinco tornaram-se beneficiárias exatamente no momento em que a perda de seus “companheiros” ocorreu em suas vidas.

Um ponto interessante que gostaria de ressaltar é que de todos os movimentos que elas fazem durante as suas falas, esboçar um sentimento ao falar sobre família significa esboçar amor. De tudo o que elas dizem sobre família, a palavra em que elas unificam toda a complexidade de se viver em família é, com todas as suas forças, o amor.

ANA: Família é amor. É luta. Eu, entende, não tenho minha mãe. Se eu pudesse voltar no tempo, eu diria para minha mãe que amo ela. Mas tenho meus filhos, né? Eles dois eu amo. Então, família é tudo que tenho. RAFAEL: Quantas pessoas moram em sua casa, Ana? ANA: Eu e meus dois filhos, né? Tenho um namorado, tipo, ele fica aqui de vez em quando, mas

não todo dia, você sabe. RAFAEL: Sei o que? ANA: Ué, Rafael, eu tenho que confiar 100% e meus filhos também, né? Eles tem o pai deles e eu não quero confundir eles, entende? Mas eles sabem que namoro, porque ele vai lá em casa direto, né? RAFAEL: Sim. Você é divorciada? ANA: Quem? Eu? Nunca casei no papel não, menino (risos). Mas, é isso, família é tudo, entendeu? (ANA, 02 de set. 2016).

RAFAEL: Se você pudesse descrever sua família em uma só palavra, qual a senhora usaria? RITA: Amor (RITA, 25 de ago. 2016).

JOANA: Família é amor. Minha família sou eu e meus dois filhos. Não tenho mãe mais. Fico triste porque meus filhos não têm vó. Mas eles têm as tias. Não moram com a gente, mas têm (JOANA, 11 de set. 2016).

Família é tudo. Se a gente não tem família, a gente não é ninguém. A gente tem que construir família, ter filhos, ter mãe, ter pai, a gente tem que ter. Eu não tenho bom convívio com meu pai, mas, apesar de tudo, é minha família também. (...) Então, às vezes a gente não dá valor a família, mas quando você perde uma pessoa da sua família ou você tem alguma pessoa que passa por certa dificuldade, você vê, naquele momento, que sua família é tudo na vida. Quando o mundo desaba, aí você fala assim “poxa vida, eu tenho uma família e não dou valor”. Então, é bom a gente ter a nossa família e valorizar, a cada dia, dar um abraço, falar eu te amo, não custa, não dói, não arranca pedaço dizer eu te amo. Então, família é tudo (IRACEMA, 02 de set. 2016).

CAROLINA: Família para mim é tudo. Família é amor, carinho, é tudo. Não tenho o que falar de família, família é união. RAFAEL: Fala como que é a sua família. CAROLINA: A minha família? Eu tenho minhas “duas irmã”, não tenho mãe. Minha mãe faleceu vai fazer dez anos agora dia 11 de setembro. Tenho meu pai, mas ele para lá e a gente para cá, porque ele tem a mulher dele, mas a gente convive com ele. E tenho minhas duas irmãs, que são a Andreia e a Adriana, que eu amo muito de paixão. E tenho meu marido e as minhas filhas Luandra, Leandra e o Anderson e o meu companheiro Francisco que na minha vida também é tudo. E a minha família para mim é tudo (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

O afeto é um movimento de todo impossível. Falar da família significava ser família. E sê-la no sentido mais plural. Da compreensão de ausência, falta e perda até a devida valorização a quem pertence a estas vidas. Estes movimentos afetivos, um aglomerado de emoções, compreendido entre a ideia de que o afeto e afetividade são o “conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado, de alegria ou de tristeza” (CODO & GAZZOTTI, 1999, p. 48-59).

Devir-mulher é o *devir* que está em todos os outros *devires* (grifo do autor). A ele dá suporte e a eles suporta. Deleuze e Guattari afirmam que não existe *devir-homem*. Que o homem já tem sua marca consolidada ao longo da evolução da humanidade. Não há como

dever aquilo que já é, já está feito. Por isso, ele acredita que o *dever-mulher* é aquele que atravessa todas as perspectivas humanas em andamento.

Por que há tantos devires do homem, mas não um dever-homem? É primeiro porque o homem é majoritário por excelência, enquanto os devires são minoritários; todo dever é um dever-minoritário. Por maioria nós não entendemos uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão em relação ao qual tanto as quantidades maiores quanto as menores serão ditas minoritárias: homem-branco, adulto-macho etc. Maioria supõe um estado de dominação, não o inverso. Não se trata de saber se há mais mosquitos ou moscas do que homens, mas como “o homem” constituiu no universo um padrão em relação ao qual os homens formam necessariamente (analiticamente) uma maioria. Da mesma forma que a maioria na cidade supõe um direito de voto, e não se estabelece somente entre aqueles que possuem esse direito, mas se exerce sobre aqueles que não o possuem, seja qual for seu número, a maioria no universo supõe já dados o direito ou o poder do homem. É nesse sentido que as mulheres, as crianças, e também os animais, os vegetais, as moléculas são minoritários. É talvez até a situação particular da mulher em relação ao padrão-homem que faz com que todos os devires, sendo minoritários, passem por um dever-mulher (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 77).

E, em encontro com este movimento, a ideia principal do PBF é o atendimento de mulheres. São elas as titulares do benefício. Tal medida funciona, entre outras perspectivas, como uma espécie de empoderamento feminino entre as classes em estado de vulnerabilidade social. A própria lei que institui o programa (Lei nº 10.836, de nove de janeiro de 2004), em seu artigo 2º, parágrafo 14, diz que “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.”

Dos cinco casos das parceiras-beneficiárias transcritos ao longo deste trabalho, o que mais se percebe é a força de se ser mulher e de se conviver com adversidades. E, mais do que isso, é a forma como se vê mulher. Não como uma espécie e reflexão, mas como uma forma de se sentir com as rédeas da vida no esplendor de suas existências. Mulheres que buscam alternativas de vida, que recriam sua própria realidade, que amam, que, de modo geral, não demonstram necessidade de compreensão da realidade, mas sim com o como lidar com ela.

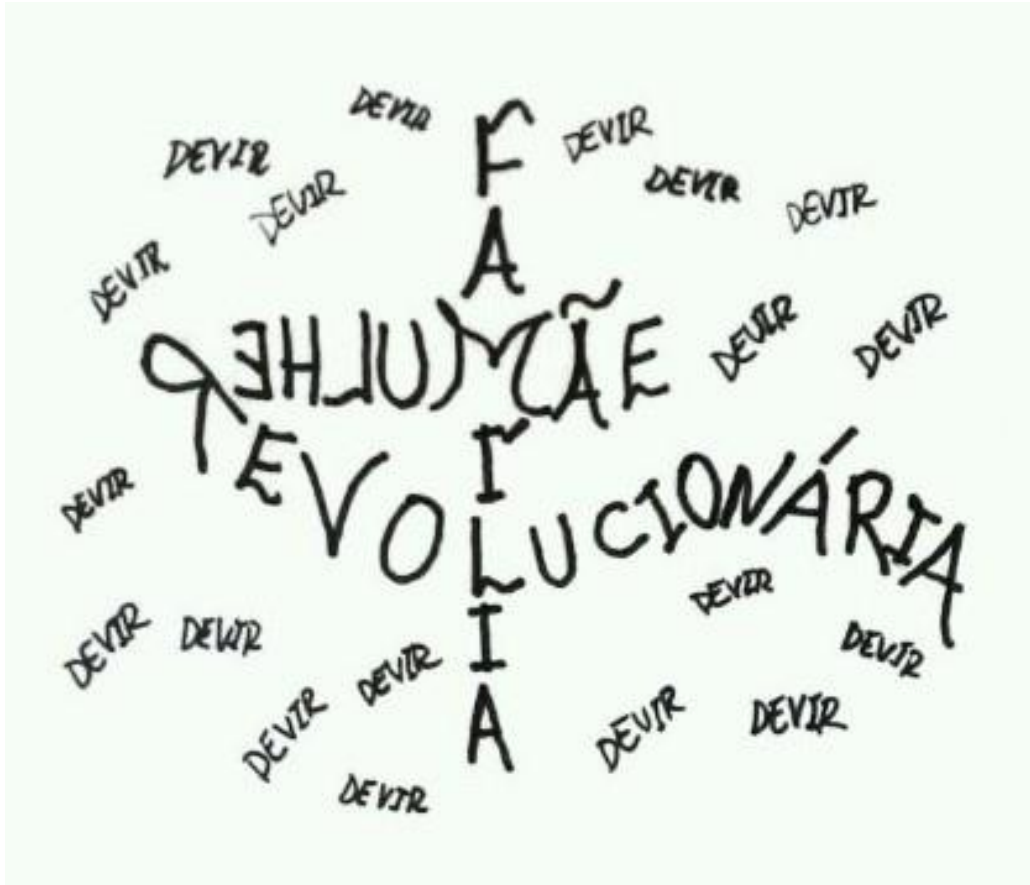


Figura 12 - Devires de beneficiária

3 DISCURSOS DO EU POBRE



Figura 13 – Fragilidade ou potência?²⁷

- Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando: - Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha - e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

- Um bicho, Fabiano.

(...)

Porque não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual a de seu Tomás da Bolandeira? Fabiano franziu a testa: lá vinham os despropósitos. Sinhá Vitoria insistiu e dominou-o. Porque haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias. Podiam viver escondidos, como bichos? Fabiano respondeu que não podiam.

Trechos do livro Vidas Secas, de Graciliano Ramos.

²⁷ Disponível em <<http://photos1.blogger.com/blogger/5478/2222/1600/Broken-Glass-official-image.jpg>> Acesso em: 12 de dez. 2016.

A ideia de se falar sobre pobreza partiu do princípio de não simplesmente falar sobre quem é o pobre, mas sim de ouvir o que o pobre diz sobre este lugar que ele ocupa. Isto não significaria que qualquer produção bibliográfica seja, aqui, desmerecida. A lógica é que o protagonismo de quem fala sobre a própria pobreza revele o sujeito de seu conhecimento – o pobre. É preciso ouvi-lo. Ao falar, ele expressa a sua condição. Assim, proponho a percepção de que a pobreza não é algo objetivo, ela é uma experiência subjetiva, que vem carregada de estereótipos.

A lógica de enunciação/denunciação daquilo que seja a pobreza é, neste texto, tratada como algo que pode servir-se da experiência concreta nas tramas da vida. Este movimento me leva a perceber a diferença que se estabelece quando se fala sobre o que é pobreza e sobre quem é o pobre. Todavia, também, além disso, o pobre falando sobre o que é ser pobre e qual é a sua visão sobre pobreza. Este seria o caminho percorrido para que não se colocasse em curso uma mera análise e sim uma enunciação, como já dito. Em suma, é o eu do pobre sobreposto ao que a sociedade quer ou imagina que o pobre seja.

Sobre os debates teóricos acerca da pobreza e a frequência com que eles aparecem, se eles apresentam o sentido científico/conceitual da pobreza, a contrapartida é o sujeito pobre apresentar (ou ter a possibilidade de) sua construção sobre a pobreza. A pobreza é categorizada a partir de muitos índices. Neste aspecto ela é tornada uma experiência única. Mas as pessoas, ao falarem do que são e tocarem no tema da pobreza, mostram-nos que ela é uma multiplicidade. Não seria impossível, neste momento, ignorar todas as curvas que se formam no cotidiano de quem vive e, por viver, curvar-se aos contornos da existência. Porém, o que se propõe quando se busca por enunciação, são as vias de possibilidades e não de impossibilidades. E isto só se torna possível quando se imagina uma pesquisa colaborativa e solidária. De uma relação de troca e de confiança. Uma pesquisa de um conhecimento-emancipação e conhecimento-reconhecimento (SANTOS, 2002b), que torna os sujeitos mais participativos e menos objetificados. Mais ativos e sujeitos e menos assujeitados.

Para tanto, cinco parceiras-beneficiárias do Programa Bolsa Família, ao falarem de sua realidade e de sua pobreza, enunciaram suas experiências concretas daquilo que vivem

enquanto pessoas consideradas pobres e enquadradas no perfil de beneficiárias pelos critérios de pertencimento ao programa²⁸.

Para que esta aproximação ocorresse entre elas, o tema e eu, usei como instrumento um recurso que batizei de *cema* e que dispõe da dinâmica de se retirar temas/termos de um pote e, sobre eles, dar o ar da palavra, do enunciado, da enunciação. Falando sobre cada um deles, até que se esgotem, havia espontaneidade e interação entre histórias de vida e experiências vividas. Entre os temas abordados, havia o termo POBREZA. Sobre ele que busco trazer os pronunciamentos e enunciações das parceiras deste trabalho.



Figura 14 – Imagens da *cema*.

É interessante ressaltar que entre os temas/termos, além do termo POBREZA, também haviam: ALIMENTAÇÃO; ANTES E DEPOIS DO PBF; EMPREGO; ESTUDO; FAMÍLIA; PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; QUALIDADE DE VIDA; SER BENEFICIÁRIA.

E, também, que estes termos têm como princípio a lógica dos temas geradores (FREIRE, 1987). E que se serve da lógica de gerar, fazer brotar a fala, as experiências vividas, etc.

Para iniciar, farei algumas observações sobre o que é pobreza para alguns autores, perfazendo um contorno que, logicamente, não esgotará o assunto e nem teria pretensão de fazê-lo, mesmo porque, as análises acerca de pobreza podem ser inúmeras e construídas através de vários vieses. Aqui, neste trabalho, o que se tem como prioridade é a experiência do ser pobre, o que, necessariamente, não implicaria em abertura total ou completamente da necessidade de alguns fundamentos teóricos.

²⁸ O Programa Bolsa Família é destinado a famílias em estado de extrema pobreza (com renda *per capita* de até R\$85,00) ou de pobreza (com renda *per capita* que varie entre R\$85,01 e R\$170,00). Informação disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>> Acesso em 12 de dezembro de 2016.

Começarei estas abordagens mostrando uma observação que faço sobre o fato de que a produção da pobreza pode ser compreendida através de uma lógica inversa, assim, a própria existência do pobre precisou, antes, do estabelecimento de um padrão de vida que fosse considerado satisfatório. Esta é a abordagem absoluta do tema pobreza. Como nos mostra Lavinas (2002, p.35) “vivem na pobreza absoluta ou na indigência todos aqueles cujo padrão de consumo situa-se abaixo do mínimo vital em razão do seu déficit de renda”. Caminhando por esta lógica, que é inversa, um padrão de vida que é considerado satisfatório torna-se a referência entre o poder consumir e o não poder consumir. Assim, a abordagem absoluta do tema pobreza acaba por classificar as pessoas a partir de seu potencial de consumo. Esta lógica serve ao capitalismo e acaba por *subjetivar* as pessoas neste processo de captura pelo consumismo.

Assim, a abordagem da pobreza feita pela visão absoluta, resulta da ideia de que existe um padrão de consumo que distingue a população entre os que possuem poder de consumo maior e menor e, por conseguinte, poder de consumo insuficiente, o que leva a não satisfação de necessidades básicas para a sobrevivência e, principalmente, para se viver com dignidade.

Reafirmando estas colocações, acrescento que

A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder (CRESPO e GUROVTZ,2002, p.3-4).

Contrapondo e paralelo a esta visão relativa de pobreza, observando que

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los (CRESPO e GUROVTZ,2002, p.4).

Feitas estas observações, ficam apresentadas duas abordagens do tema pobreza: uma relativa e a outra absoluta. Corroborando com o que trago através do pensamento de Crespo e Gurovtz (2002, p.3), diria que a pobreza relativa nos mostra o estado de inferioridade que o pobre ocupa dentro de uma sociedade de classes. Inferioridade esta que encontra-se vinculada

a uma desigual distribuição de renda na sociedade. A abordagem absoluta nos apontaria a linha de pobreza. Desta maneira, encontram-se dentro desta linha estabelecida, aquelas pessoas que não possuem poder de consumo que sanem necessidades básicas para um padrão de vida considerado satisfatório, e que tem como referência a classe dominante. Esta abordagem da pobreza tem como finalidade estabelecer estes padrões mínimos e/ou suficientes para se satisfazer estas necessidades, mas sempre tomando como referência aqueles que ocupam classes com potencial maior de consumo (CRESPO E GUROVTZ, 2002, P.4).

Os textos de Lavinias, Crespo e Gurovtz, nos trazem a percepção da íntima relação que se estabelece entre a capacidade de consumo e a satisfação de necessidades básicas. Outrora, estas abordagens me atentam para o pensamento de que se ter uma vida plena e satisfatória estaria, *a priori*, subordinado ao ter e ao não ter? Possuir ou não possuir através, única e exclusivamente, do consumismo? Lavinias (2002, p.31) entende “necessidades básicas como todo pré-requisito de cunho universalista indispensável à participação dos indivíduos no desenrolar de sua própria existência.”. Assim, debruço-me sobre a inquietação de que seria mesmo o poder do consumo o único proponente capaz de sanar necessidades básicas e garantir a participação plena do indivíduo no desenrolar de sua própria vida?

Por esta lógica de consumo capitalista, que cumpre a função de categorizar as pessoas pelo viés de poder aquisitivo e financeiro, poderia se dizer que

É pobre, relativamente ao conjunto da população, quem se situa abaixo desse padrão médio de consumo, não só do ponto de vista do seu déficit de renda, mas também do não acesso a bens e serviços. Passa-se de uma abordagem centrada exclusivamente na renda para um enfoque mais amplo, o da falta de recursos (LAVINAS, 2002, p.36).

Através desta visão consumista, Veronese (2007, p.46), nos mostra que o consumo se molda no cotidiano da sociedade, do coletivo e, por consequência, dos indivíduos. Neste momento, recorro a um pensamento de Bourdieu (2007, p.16) que nos mostra que o potencial de consumo não é suficiente para se distinguir economicamente os sujeitos. Desta maneira,

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ostentatório) que transmuta os bens e os signos, as diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como os lingüistas, em “valores”, privilegiando

a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função (BOURDIEU, 2007, p.16).

Esta abordagem de Bourdieu (2007) nos mostra que não importa aquilo que se adquire através do potencial de consumo. A forma como se apropria destes bens que irá determinar se as ações sobre os objetos de consumo suplantam a sua real função na vida das pessoas. Assim, entrar no jogo do consumismo pode não distinguir os sujeitos através de classes sociais, mas sim pelo comportamento ostentatório. Também fica embutido nesta fala de Bourdieu o conjunto de signos e significados que imprimem características específicas e que permeiam as classes sociais e suas localizações. Esta é uma abordagem acerca do tema pobreza que contribui para a formação de estereótipos e, por conseguinte, a exclusão social.

Neste momento, torna-se importante ressaltar que a sociedade que se constrói delimitada por um poder de consumo, acaba por ser propulsora de uma aceleração econômica que potencializa e acentua a desigualdade de renda. Desigualdade esta que

(...) surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais (BARROS, *et al.* 2001, p.23).

Esta desigualdade também gera pobreza e a ela também cristaliza socialmente. Ademais, e para que estes diálogos deem espaço para novas discussões, torno a dizer que a pobreza não pode e nem deve ser definida através de um único prisma ou de observações que limitem sua real percepção que, por vias de dúvida, deve ser compreendida de forma subjetiva. A noção de pobreza é uma produção subjetiva. Por isso, o presente ensaio traz como evidência da pobreza, representantes femininas de um programa de transferência de renda (o Bolsa Família) que foram compreendidas, através de um perfil de beneficiário, como pessoas fragilizadas socialmente e que necessitam de um auxílio financeiro para alcançarem padrões de consumo mínimo para a dignidade humana.

Então vamos lá: Ana, Rita, Joana, Iracema e
Carolina.

Ana Carolina

3.1 A POBREZA COMO LUGAR

Todo movimento de se definir enquanto pobre vinha de uma necessidade de se falar sobre, na opinião delas, o que era pobreza. De imediato, o que ocorria era a fala materializando o pensamento de que “pobreza, para mim, é ...”. Para eu chegar até a autovisão de pobreza ou de ser pobre, era preciso um exercício de provocação, de instigar para ver brotar. No entanto, o que se seguia do pensamento supracitado, era o início de uma opinião acerca de pobreza que, metaforicamente, como potência de vida, ia se transformando à medida que as provocações iam surgindo. Tentarei, neste momento, mostrar esta mudança de postura de Rita, que inicia com esta necessidade e vai se contorcendo em falas para buscar mostrar seus sentimentos sobre o que é ser pobre:

Pobreza, para mim, é igual eu estou vivendo hoje, é não ter nada às vezes dentro de casa para comer. Às vezes meu filho pede alguma coisa ou outra e eu não tenho para dar. Mesmo com essa ajuda do PBF, ele ajuda muito, mas mesmo assim. As coisas estão muito caras e o dinheiro perdeu muito valor, infelizmente (RITA, 25 de ago. 2016).

Após esta colocação e no decorrer de nosso diálogo, eu pergunto a Rita se ela se considera pobre, e o que se segue, observamos abaixo:

RAFAEL: A senhora se considera pobre? RITA: Eu me considero.
 RAFAEL: Por que? RITA: Porque eu não posso dar para o meu filho o que ele merece, o que ele precisa. RAFAEL: E o que ele merece? RITA: Merece ter o café da manhã, o almoço direitinho, o café da tarde... RAFAEL: E ele tem isso? RITA: Às vezes ele tem, não é todos os dias não. RAFAEL: A senhora falou que não consegue dar o que ele merece e o que ele precisa. Eu já perguntei o que ele merece, o que é que ele precisa? RITA: Ele precisa só de alimentação, né? RAFAEL: Só de alimentação? RITA: Não, precisa de carinho, de amor. Mas aí vem outras coisas também, né? Porque a gente não compra só comida, né? Vem outras coisas que ele quer, me pede na rua e eu não posso comprar, tipo uma blusa, um chinelo, uma coisa ou outra assim que ele pede, para beber, para comer, às vezes ele pede e eu não tenho dinheiro na hora para dar a ele (RITA, 25 de ago. 2016).

Se observarmos o posicionamento de Rita sobre o que é pobreza e, obviamente, sobre sua visão de pobre, notaremos a ideia de potencial de consumo embutido em sua fala. Esta é uma visão que, notoriamente, foi socialmente embutida em seus pensamentos e que afetam sua visão de vida. Corroborando com a ideia de processos de *subjetivação* de Deleuze (1983, p.113), diria que esta é uma forma de *subjetivação* das pessoas por uma lógica capitalista e

consumista onde se consideraria, como nos mostra Rita, que uma vida plena seria uma vida sanada através daquilo que o filho merece (o que ela alega que o filho merece, não se trata de direito subjetivo e sim de dignidade de vida) ou do que o filho precisa (já o que ela coloca como aquilo que o filho precisa, está atrelado às necessidades básicas como indispensáveis aos indivíduos para sua existência).

É interessante, também, ressaltar a abordagem feita por Rita quando ela firma que o filho precisa “só” do alimento, eu a questiono sobre esta colocação e ela retorna com o posicionamento de que, amorosamente, ele também precisaria de carinho e de amor. Tal abordagem de Rita revela um certo romanceamento do que é se viver como pobre. Ela não é a única a dividir sua opinião sobre pobreza entre ausência de recursos e presença de afetos. A ausência de recursos é o que o próprio termo diz, já a presença de afetos ao falar da pobreza, me remete ao conceito de heterotopia²⁹, criado por Foucault (1984), que significa o espaço que é do outro. Mas não se trata apenas do espaço do outro como uma separação ou distinção entre as pessoas, mas também dos espaços que se cria dentro do próprio espaço físico e de existência como forma de sobrevivência. Seria como uma forma de se buscar por afirmações acerca de pobreza que funcionariam como alívio para uma realidade que traz, de alguma forma, limitações para a própria existência.

Ao falar sobre os tipos de heterotopia, Foucault (1984) nos mostra que

O seu papel será ou o de criar um espaço ilusório que espelha todos os outros espaços reais, todos os sítios em que a vida é repartida, e expondo-os ainda como ainda mais ilusórios (...). Ou então, o de criar um espaço outro, real, tão perfeito, metucioso e organizado em desconformidade com os nossos espaços desarrumados e mal construídos. Este último tipo de heterotopia seria não de ilusão, mas de compensação (FOUCAULT, 1984, p.8-9).

O que traz a heterotopia para a afetividade na visão de pobreza que as parceiras-beneficiárias expressam é exatamente a compreensão deste termo como aquilo que se aplica aos mecanismos de visão da realidade que criam potências de sobrevivência para com outra realidade, imaginada, sentida e/ou comparada. Assim, encontrar afeto ou amorosidade entre as

²⁹ O conceito de heterotopia foi criado por Foucault (1984) e serve para descrever espaços humanos que funcionem de forma não hegemônica. Assim, ao perceber que as parceiras-beneficiárias buscam contornos de conformação com o estado de pobreza, fica evidente que elas o fazem ao compararem suas vidas com a daqueles que possuem menos. Corrobora-se, pois, com o fato de que a heterotopia vislumbra espaços diferentes que se sacralizam e se contradizem em relações de comparação, contestação, inversão. “Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade.” (Cfr. *De outros espaços*, 1984, p.4)

relações que se estabelecem sob uma vida em dificuldade, não causa conformidade e sim compensação. Assentam-se sobre as premissas de que “sou pobre, mas tenho saúde; sou pobre, mas sou feliz”. Este sentido que se atribui a este estado de vida não é e nem pode ser considerado como um erro, mas como uma forma de se criar lógica para a vida, para a existência e, por fim, para o fortalecimento dos laços humanos.

Eu acho que ser pobre é não ter o que comer. Não ter nada. Pobre é quem não tem saúde, entendeu? Para correr atrás do prejuízo (...) RAFAEL: Mas o que seria ser pobre, para você? ANA: É a pessoa que não tem nada. RAFAEL: Você se considera pobre? ANA: Eu já tive essa ideia. Eu acho que não tenho mais. Eu acho que sou pobre porque não moro num casarão, sabe? Mas eu cuido bem da minha casa. Então, minha casa é chique para mim, entende? (ANA, 02 de set. 2016).

Ser pobre, não assim, de Deus, né? Ser pobre, assim, de não ter as coisas dentro de casa. Não ter um móvel, não ter uma casa direito, não ter um piso dentro de casa, não ter uma roupa direito, essas coisas assim, não ter o que comer direito. Ser pobre, é, tem gente mais pobre que eu, né? Se olhar para trás, tem gente que mora embaixo da ponte, debaixo de viaduto, essas coisas assim, não ter casa, não ter nada (RITA, 25 de ago. 2016).

Ser pobre, pobre mesmo, é uma pessoa que eu considero que não tem um lar, que não tem uma casa. Mora na rua, não tem o que comer, não tem o que beber, passa fome, isso sim é uma pessoa pobre. Está no tempo, está na chuva, não tem onde entrar, não tem onde ficar, para onde ficar, não tem o que comer, não tem R\$1,00, não tem nada. Isso sim, é uma pobreza. Mas, é o que estou te falando, graças a Deus, eu estou livre dessa, em nome de Jesus (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Palavra pobreza chega a ser um termo até triste. Porque, se você olhar “em nossas voltas”, tem muita gente que passa realmente dificuldade, passa necessidade, passa fome mesmo de ajudar. Eu mesma, antes de arrumar esse companheiro que eu tenho hoje, com ela (dirigiu-se a filha que estava no colo) e com a minha outra filha, que o meu menino morava no Rio, hoje que ele veio morar comigo. A gente “passamos” muita dificuldade de precisar dos outros, da família, de dá um leite, que ela era pequena, ela mamava. De minhas irmãs me ajudar com um arroz, feijão, “para mim” sustentar elas. Hoje não. Graças a Deus eu posso falar que hoje eu vivo de rainha, né? (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Ana, Iracema e Carolina nos mostram, em suas falas transcritas acima, esta ideia de heterotopia como reinvenção da realidade dentro da própria realidade e, para além disso, também nos remetem ao pensamento de que o espaço do outro serve como justificativa para se perceber a própria experiência com a pobreza como satisfatória. É saber da possibilidade do outro ter menos que faz com que se seja grato com o que se tem. Como a colocação da Ana, que se considera uma pobre rica, ao comparar sua vida com a de quem não tem saúde ou a de pessoas que não conseguem se alimentar bem, ou se vestir bem. Da Rita, que relata o ser

pobre “de Deus” e de necessidades básicas. Da Iracema que agradece a Deus por estar livre da pobreza comparada a de quem vive nas ruas. Da Carolina que se considera com vida de rainha, ao comparar sua vida atual com o que já passou de dificuldade e também com a de pessoas externas à sua vida, a quem julga possuir mais necessidades não sanadas.

Isto me remete a uma visão, como proposto por Guattari (1996, p.127), do *molar* e do *molecular* no processo de *subjetivação* do pobre na sociedade capitalista (*molar* seria o global, o tecido social como um todo; o *molecular* seria o que ocorre na singularidade dos processos de *subjetivação*, na vida particular). Desta maneira, o padrão de consumo imposto pelo capitalismo é a referência para se definir o *status quo* do pobre na sociedade capitalista, já a vida do outro (que também é pobre) acaba por servir como referência para uma compensação da visão da vida na pobreza, apresentada pelas parceiras-beneficiárias deste trabalho.

3.2 A CONSCIÊNCIA DO EU POBRE: CAPTURA E POTÊNCIA

Para tanto, é preciso destacar que existe a consciência do eu pobre. Esta consciência, pelo que brotou em nossos processos, não é carregada de vitimização ou culpabilização de outrem. Existe uma ausência de causa e consequência da pobreza na sociedade revelada pela fala das parceiras-beneficiárias que me faz perceber que elas se colocam como alguém no estado de pobre com determinada naturalidade e não causalidade. Esta ausência de consciência leva a determinado tipo de conformismo e restrição na visão da própria pobreza.

RAFAEL: A senhora não se considera pobre? ANA: Eu me considero, sim. Mas acho que tem como piorar, menino. Aí, quando faltar o que comer, não sei quando, eu vou ser muito pobre. Mas, por enquanto, sou uma pobre que ainda consegue comer e vestir, entendeu? Então, sou uma pobre rica. Porque, eu falo com meus “filho” que a gente poderia estar pior, né? Sem nada. Sem até onde morar (ANA, 02 de set. 2016).

Eu já tive. No passado. No passado, já comi arroz que é meia, que, hoje, ninguém come. Já tive, na minha mesa, canjiquinha pura e a gente era feliz, porque a gente tinha para comer. Mas, mesmo assim, hoje, se for preciso comer, eu como tranquilamente. Deus me abençoe que não. Mas, hoje, não existe pobreza mais. RAFAEL: Na sua vida, não? IRACEMA: Não (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Ser pobre é difícil. A gente vê um monte de coisa que não pode ter. Mas eu acho que, também, né? A gente nunca vai poder ter tudo (JOANA, 11 de set. 2016).

Ser pobre? Eu tenho para mim que eu não sou pobre. Eu sou uma pessoa abençoada por Deus. Que a pobreza para mim é a pessoa não ter o que comer. Entendeu? É isso que eu acho. Se a pessoa não tem o que comer, é pobre. Se a pessoa tem o que comer, tem o seu serviço, não é pobre. É abençoado. É isso que eu tenho a dizer da pobreza (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Crespo e Gurovtz (2002), ao falarem sobre pobreza relativa e pobreza absoluta, também apresentam a ideia de formação ou contribuição para a formação da pobreza na sociedade, questões que incluem fatores biológicos. Entre estes fatores biológicos, o que aparece na fala das parceiras-beneficiárias fica limitado a se alimentar bem, ter condições de se vestir e ter um teto para seu abrigo. O que não aparece entre estes fatores é a ideia de se ter acesso a serviços públicos de qualidade, como saneamento, transporte público, escolas de qualidade, acesso a médicos e cuidados com a saúde. Isto também evidencia alienação de direitos por parte delas. A pobreza emerge na consciência como questão individual.

Sendo assim, o discurso do eu pobre acaba por ser um discurso que gira em torno de necessidades básicas como acesso à alimentação, moradia e vestimenta. Isto seria o trivial para a sobrevivência e o mínimo e desumano quando se trata de dignidade humana. Mas não entendemos isso como direitos inalienáveis?

Todavia, o que gostaria de tratar, agora, é de algo que vá além desta ideia de heterotopia do pobre ou de autoconsolação (heterotopia onde ele cria uma ideia satisfatória daquilo que seria viver sob condições de vulnerabilidade, tendo como premissa a autoconsolação, que é quando ele usa de referências de pessoas que possuem menos para se perceber como privilegiado em ter o mínimo). O que gostaria de tratar agora é a da força de vida observada nestas cinco parceiras a quem, dentro destas perspectivas, são consideradas pobres e dependentes de transferência de benefício (PBF). É claro que a ideia do potencial consumista atravessa a percepção de vida das mesmas, como, por exemplo, quando Ana (entrevista realizada em 02 de setembro de 2016) determina, em sua fala, o lugar que o rico mora, como um casarão. Vejam: “Eu acho que sou pobre porque não moro num casarão, sabe? Mas eu cuido bem da minha casa. Então, minha casa é chique para mim, entende?”. Esta fala demonstra uma comparação de padrão de vida expresso pelas dimensões que a moradia pode assumir de acordo com o potencial de consumo das pessoas. Porém, o que ela nos deixa evidente, também com esta comparação, quando diz que mesmo não tendo um

casarão, ela cuida bem de sua casa, a ideia de que, para ela, é preciso se viver bem com aquilo que se tem.

Esta passagem e esta percepção de pobreza me remete à fala de Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, que disse que “Pobres no son los que tienen poco. Son los que quieren mucho. Yo no vivo con pobreza, vivo con austeridad, com renunciamento. Preciso poco para vivir”³⁰. Estes pensamentos estiveram presentes na fala das parceiras-beneficiárias como algo que lhes servia como motivo de orgulho. Todas as vezes que estas falas iam surgindo, era possível perceber que os olhos delas se enchiam de esperança e amorosidade. Era como se eu visse potencial de vida e era isso que eu estava vendo. Logo, não se tratava apenas de formas de sobrevivência diante do estado de pobreza.

Ser pobre, de tudo, é não ser feliz, entende? A gente está com saúde, a gente está bem. Eu falo que a gente tem que ser feliz. Se não dá de um jeito, dá de outro. É assim. Ser pobre só é ruim se não for feliz. Eu tenho que ser feliz com a vida que tenho. Eu falo isso pros meus “filho”. Nossa vida é a gente. A gente é unido, entende? (JOANA, 11 de set. 2016).

Mas, pobreza é isso. É a gente tentar matar a pobreza e crescer, né? E ... tem muita gente que está ali na dificuldade. É isso que eu tenho para falar. Pobreza para mim é triste, é um tema muito triste. Que muita gente vê como... tem gente que fala assim “ah, não quer nada com a voz do Brasil, não quer trabalhar, quer ficar dependendo dos outros”. Não! (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

Eu acho que hoje não existe essa pobreza que existia no passado, que você tinha que ir para uma vagem de arroz, ajudar seu pai a plantar arroz, que você tinha que plantar um milho para poder comer, minha mãe lavava roupa e eu tinha que descer com trouxa de roupa no braço, para poder entregar a dona da roupa e não podia amarrotar aquela roupa. Eu falava assim “poxa vida, eu sou tão pobre”. Mas também, eu aprendi que por mais pobre que a gente seja, a gente pode ser pobre naquilo ali, não pode ser pobre de espírito. A gente tem que confiar que, se hoje tem pobreza, nossa mesa hoje tem um arroz, a gente come. Isso eu ensinei aos meus filhos, se tem só arroz aqui, a gente come. Amanhã, Deus proverá uma coisa melhor na nossa vida. E não, assim, aproveitar de ser pobre, para ser uma pessoa carente. Entendeu? (IRACEMA, 02 de set. 2016).

O que percebo, através das falas transcritas acima, são os pobres e as suas formas de resistência. E, dentro destas formas de resistência, pude notar a necessidade em não se colocarem como vítimas. O próprio estado de resistência vivido por elas as deixa incomodadas com o papel de vitimização.

³⁰ Trecho de fala de José Pepe Mujica, disponível em < <https://es.pinterest.com/pin/492792384209428836/>> Acesso em 20 de jan. 2017.

Existe um contraponto que gostaria de fazer em relação à fala de Iracema, onde ela inicia a sua colocação apresentando sua visão atual sobre a pobreza e a justifica com as lembranças do passado vivido por ela. Estas lembranças trazidas me fazem imaginar a ideia de pobreza como limitação de consumo e não de produção. Iracema diz que hoje não existe pobreza como antigamente, mas neste antigamente ela elenca memórias de um passado que demonstram a ideia de produção para sobrevivência e, em seguida, torna este comportamento como típico de um estado de pobreza notável.

Será que uma vida onde a família planta/produz para se alimentar seria, necessariamente, uma família miserável? Tal comportamento evidencia o poder de corrosão do capitalismo na vida *molecular* como construtora de uma forma única de sobrevivência e o pensamento de se ter para consumir apenas aquilo que já foi terceirizado. Tais observações valem pelo pensamento de pobreza não apenas nivelada pelo consumismo, mas também pelo potencial de produção a que se pode atribuir grande força de vida, e mais, das condições para tal produção. Desta maneira, o que se percebe é uma força, uma tensão que se estabelece na vida de quem se divide entre o próprio potencial de vida e a conservação da ideia do potencial de consumismo sobreposto ao potencial de vida. Assim,

É inegável o predomínio de um grande sistema de dominação, produtor de carência, de falsas realidades e expectativas que fagocitam toda a sociedade, atingindo de modo especialmente perverso os pobres. Cria-se resignação em circuitos de vida cada vez mais padronizados, fazendo com que o sujeito deseje a própria servidão (CERQUEIRA, 2010, p.26).

Este pensamento que Cerqueira (2010) nos apresenta, vai de encontro ao que tenho falado, ao longo deste texto, do que seria este ideal de consumismo construído pela lógica capitalista. Ideal que categoriza o pobre ou a pobreza em absoluta ou relativa, nos convencendo, a todo instante, da necessidade de uma linha de consumo que divida a sociedade entre quem pode mais e quem pode menos (consumo). Tendo, então, como crítica, o esmagamento do potencial criativo das pessoas, a internalização do sentimento de incapacidade, tornando, pois, os sujeitos em meros desejantes desta servidão do ter, poder e consumir. Esta seria a captura do pobre pelo capitalismo. Sendo assim, pois,

verifica-se que a pobreza como grande fórmula social só exhibe sua excepcional carga de opressão quando mesclada ao jogo sorrateiro, imaterial e valorativo que, em geral, remete à desqualificação e despotencialização da vida social como um todo (CERQUEIRA, 2010, p.20).

O que Cerqueira (2010) nos propõe é que pensar a pobreza a partir de uma linha de consumo é algo que desvaloriza a o potencial de vida e, assim, acaba por inventar o que seria o pobre como um coitado, inaceitável, pouco fértil, aquele que não produz. O que leva ao contrapensamento de que sob que condições ele seria capaz de produzir ou, então, quando é que ele perdeu este potencial de produção?

Entretanto, a fala das parceiras-beneficiárias nos mostra estes descaminhos que suas vidas traçam, suas lógicas de aceitação e embutimento do consumismo e, todavia, seu potencial de resistência. Este é o desejo de potência, a vontade de potência, e

Assim, o mundo pode ser definido através de um conjunto de forças anônimas em luta que primam por movimentos de expansão, criação e destruição contínua. Tal é o sentido da vontade de potência, algo que perpassa a vida, incluindo as formas mais estranhas e desconhecidas de existência, pois todos os corpos são um agregado de forças e, portanto, tendem a ampliar a sua influência, o seu domínio sobre o mundo (DELEUZE, 1976, p.45, *apud* CERQUEIRA, 2010, p.24).

Logo, resistir ao papel de vítima, reinventar o próprio estado de necessidades, ver necessidade de felicidade e ausência de pobreza no estado de gratidão, tornam-se uma espécie de desconstrução do mundo como forma de releitura daquilo que, ao logo de suas vidas, foram cristalizando verdades sobre um mundo que segrega por poder a divide por consumo. Isto que, de início, chamei de heterotopia, leva a um estado de reinvenção da própria realidade onde viver é mover-se por desejos e que

A vida como vontade de potência libera o sujeito do confinamento a um eu individuado sempre remetido e legitimado por uma identidade. O sujeito é definido pelo que ele pode e não pelo que ele é. Isto significa abrir-se a multiplicidade, à possibilidade de criação e expansão (CERQUEIRA, 2010, p.26).

3.3 EDUCAÇÃO: O RESGATE DOS PROPÓSITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Ainda compartilhando daquilo que brota (*cema*) da fala das parceiras-beneficiárias, é preciso falar dos propósitos do PBF, seus ideais e aquilo que se torna evidente na fala das mesmas. O PBF tem como um de seus principais objetivos, contribuir para que as famílias que dele participam, rompam com o ciclo de pobreza ao qual pertencem. Para isso, o programa conta com a articulação com ações expressas em forma de condicionalidades que funcionam como mecanismos de aproximação entre estas famílias e aparelhos do estado que garantem direitos para a sociedade, como acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social.

Sobre a condicionalidade na área da Educação, está a exigência de frequência mínima em escola para membros da família beneficiária que estejam em idade escolar³¹.

É neste momento que percebo que, tendo o programa como um de seus principais objetivos que as famílias rompam com o ciclo de pobreza ao qual pertencem, para as beneficiárias que participaram deste trabalho, ser pobre é sinônimo de baixa escolaridade, ou vice-versa. Esta está longe de ser uma conclusão minha em relação às suas falas, mas sim aquilo que elas trazem de experiência concreta ao falar sobre o duo que se forma entre estudo e pobreza. E, certamente, o abismo que, na visão delas, separa a possibilidade de uma vida melhor e o estado de pobreza. Como podemos ver

É, eu só tive formação de professores, né? Eu só queria que ele fosse alguém na vida, né? Queria que ele estudasse direitinho e tal, mais tarde poder fazer uma faculdade, né? RAFAEL: Para a senhora o estudo é para ele ser alguém na vida. Mas o que seria esse “ser alguém na vida”? RITA: Ser uma pessoa melhor do que eu, não tão sofrido. Ter um emprego melhor, né? RAFAEL: A senhora acredita que estudando ele tem condições de ter uma vida melhor do que a senhora tem? RITA: Com certeza (RITA, 25 de ago. de 2016).

ANA: Estudar é o mais importante para crescer na vida, né? RAFAEL: Porque, Ana? ANA: Por que eu não tive a oportunidade que meus filhos têm. Aí, se eu tivesse estudado mais, talvez eu não estaria aqui, né? RAFAEL: Aqui onde? ANA: Aqui, num bairro pobre. Onde tem tiro (ANA, 02 de set. 2016).

Eu não tive o estudo que eu queria ter. Eu estudei até a sétima série (sexto ano do atual EF), foi devido as dificuldades que tinha. Mas hoje eu faço questão dos meus filhos estudarem (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Estudo é importante, né. Eu formei no Ensino Médio sem saber nada, porque eu não gostava de estudar. Tudo que eu não conseguia aprender, eu ia e desanimava. Mas é porque, quando eu era pequena, eu fazia os “deve” sozinha, aí eu não ia bem na escola, entende? Aí, eu cresci meio que sem saber muito, sabe? (JOANA, 11 de set. 2016).

Sabe o quê que eu falo com a minha filha? Eu não quero que ela seja igual a mim. Eu parei de estudar foi porque eu quis. Não foi para trabalhar. Tem muitos que param de estudar para trabalhar. Eu não. Eu, porque eu quis. Que eu queria sentar, eu queria conversar, eu faltava aula. Então, eu sentava no jardim (referindo-se a principal praça da cidade), ficava no jardim, então, eu queria curtir meus amigos. Meus amigos tudo no primeiro, segundo, e eu lá embaixo, mas eu estava nem importando (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

É do desejo de prosperidade que se mescla à ideia de educação como salvadora no âmbito da vida em estado de pobreza. Mas este desejo aparece na fala das parceiras-

³¹ Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> > Acesso em: 20 de jan. 2017.

beneficiárias como uma projeção na vida e no estudo dos filhos. É como se lhes fosse atribuída a responsabilidade do êxito nos estudos como mola propulsora para o rompimento com o ciclo de pobreza em que suas famílias vivem. Claro, aliada à ideia do autfracasso atribuída a uma vida com baixa escolaridade. Tal comportamento vai de encontro com os propósitos do programa, uma vez que este tem como objetivo que as futuras gerações rompam com este ciclo de pobreza³².

Sobre os atravessamentos do PBF como contribuição em relação a esta visão de educação salvadora da pátria, existe uma observação importante a ser feita, que é a ênfase que é dada aos estudos dos filhos, ao se comparar uma infância onde o próprio estudo não era o plano principal na vida de suas mães. O contexto que evidencia o porquê de elas não terem estudado, como podemos ver:

A gente só tinha que trabalhar, ué. Era de domingo a domingo, minha mãe, que Deus a tenha, falava que se quisesse comer, tinha que trabalhar. Hoje em dia meus filhos não trabalham, só estudam. Eu posso até ficar cansada de fazer bico, mas eles estão estudando, entendeu? (ANA, 02 de set. 2016).

Porque, assim, eu trabalhava muito longe, eu trabalhava numa fazenda. Porque, como eu te falei, eu comecei a trabalhar com sete anos de idade. Porque minha mãe era lavadeira e não dava para sustentar a gente, eram seis filhos. Então, todos nós começamos a trabalhar e eu trabalhava numa fazenda muito longe e quando o caminhão quebrava, eu tinha que vir a pé. Eram duas horas a pé. Aí, quando eu chegava em casa, tomava um banho e ia estudar, o professor nunca deixava eu entrar, porque pensava que eu estava na rua (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Das conjunturas que se fazem presentes nas falas acima, existe a ideia de uma infância dedicada ao trabalho, que contribui com o orçamento da família. É notável, ao percebermos o paralelo dos objetivos que elas traçam para a educação dos filhos e a experiência que elas tiveram com a educação. Tal observação me remete ao pensamento de que entre as contribuições do PBF, existe, como observado, a retirada destas crianças do trabalho infantil e a inserção das mesmas nas instituições de ensino tendo como suporte a ideia de que havendo a transferência de uma ajuda financeira para as famílias, a condicionalidade da frequência escolar tenha contribuído com esta questão. Como observado na fala de Rita, ao falar sobre a contribuição do PBF no quesito educação:

³² Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>> Acesso em 20 de jan. 2017.

Ele está ajudando muito, porque ele quer que as crianças estudem, sejam alguém. Não quer que fique essa malandragem que está aí. Quer que as crianças estudem, sejam alguém. Tira as crianças da rua, está ocupando a mente (RITA, 25 de ago. 2016).

Realizei uma busca num site de pesquisa *online* e uma observação importante levanto diante do paralelo que se cria entre o propósito do PBF e o desejo das suas beneficiárias mães: o abismo entre a realidade *molar* (nacional) e a força dos desejos que atuam no campo *molecular* (a vida local das beneficiárias). Quando o programa estabelece como meta ampliar as possibilidades de elevação da taxa de escolaridade entre as crianças de famílias beneficiárias através da frequência escolar, e o desejo das beneficiárias que vão de encontro a este objetivo, como visto acima, chocam com o que os dados nacionais nos apresentam.

Nascimento (2013), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) DE 2011 e 2009, nos mostra que ainda existe incidência de trabalho infantil no Brasil e que o PBF não tem impacto significativo sob a redução do mesmo entre as famílias beneficiárias. Além disso, entre as crianças de zona rural, as probabilidades de o programa contribuir para uma erradicação do trabalho infantil são menores que os da área urbana.

Batista, Cacciamali e Tatei (2010) contribuem, através de suas pesquisas, com esta ideia de ineficiência do PBF mediante à redução do trabalho infantil, mas acrescentam que ele amplia significativamente a frequência escolar entre as crianças beneficiárias. Também nos mostram a desvantagem de crianças de zona rural em relação à incidência de trabalho infantil entre as mesmas sobre as de área urbana. Ela evidencia, ao longo de seu trabalho, que, ainda assim, o programa tem contribuído para a elevação da frequência escolar entre os beneficiários.

Em pesquisa realizada no Nordeste do Brasil, Araújo, Gomes e Lima (2014) indicam que o PBF contribuiu para a redução do trabalho infantil no Nordeste brasileiro, mas que quando se verifica a eficácia do mesmo mediante o trabalho doméstico, não há nenhuma redução deste tipo de trabalho. Tal dado pode nos fazer repensar sobre a ideia de os próprios beneficiários não perceberem o trabalho doméstico como tal (trabalho propriamente dito) e que a ausência, como dizem os autores, de dispositivos legais e estudos sobre eles significam risco para a visão de infância e trabalho infantil. Eles também observam a importância do PBF na elevação da frequência escolar.

Diante destes fatos, o que me chama atenção é a percepção do desejo no campo *molecular*. Por mais que, a nível nacional, estudos evidenciem as probabilidades de o PBF não contribuir com a redução da incidência de trabalho entre as crianças, o desejo de perceber nos filhos a possibilidade de que eles não percorram o mesmo caminho de suas mães (como elas evidenciam em suas falas) é o que impera na realidade das parceiras-beneficiárias do município de Miracema/RJ.

Sobretudo e observando que os três trabalhos supracitados reforçam a ideia de que mesmo não tendo impacto significativo na redução do trabalho infantil, mas tem significativa importância na elevação da frequência escolar entre as crianças beneficiárias, é importante trazer para cena a esperança que se atribui à educação observada na fala das parceiras-beneficiárias. As cinco, de forma unânime, atribuem à educação, a responsabilidade de os filhos serem “alguém na vida”, como nos exemplos abaixo:

RAFAEL: Porque que você acha que é importante eles estudarem?
 IRACEMA: Para ser alguém na vida. RAFAEL: E ser alguém na vida, seria o quê?
 IRACEMA: Ter uma profissão, seja lá qual for, mas ter uma profissão, fazer um curso, alguma coisa, para ter um bom emprego (IRACEMA, 02 de set. 2016).

Eu quero saber de tudo. Se ele está aprendendo, se não está. Ponho para fazer “deve” de casa. Ajudo. Não deixo faltar. Porque estudo é tudo, né? Eu não fui alguém na vida, mas eu quero que eles “seje” alguém. RAFAEL: E o que seria “ser alguém na vida”? JOANA: É ter estudo, fazer uma faculdade, ter um emprego bom. Coisa que não tenho, mas quero para ele, entende? (JOANA, 11 de set. 2016).

Então, eu falo com a minha filha e com o meu filho, ela não, que ela está na creche (referindo-se a menina em seu colo), entendeu? Mas eu falo “quero que você estuda para ser alguém na vida”. É a educação é muito importante. Hoje em dia, até para trabalhar na roça, tem que ter muito estudo. Sempre falo com elas. Então eu dou muita importância para o estudo. O estudo para mim é em cima de tudo. Eu sempre falo com ela, chego perto dela, converso com ela, converso com ele, entendeu? Para eles “pegar” firme. Eu sento com ele, o pouco que eu sei eu sento para estudar com ele (CAROLINA, 22 de ago. 2016).

E deste sonho da educação como prosperidade de vida, as falas sempre vêm acompanhadas de uma razão para se estudar que é engendrada à ideia de se ter uma profissão e, através disso, serem, os filhos, aquilo que suas mães não foram e neles projetam este sonho como perspectiva de vida.

Diante deste fato, também ocorreram algumas falas em relação à cobrança da frequência dos filhos na escola. As cinco parceiras-beneficiárias, ao falarem sobre educação, fizeram questão de deixar claro que a preocupação em relação a presença dos filhos na escola está mais voltada para um pensamento de compromisso com o futuro deles do que com a condicionalidade da presença³³ nas instituições de ensino.

RAFAEL: Eles têm o costume de faltar aula, Ana? ANA: Não, deixo faltar não. Já basta eu de burra na casa (risos). Se faltar, eu falo com eles, vai perder o BF e vai puxar carroça. Porque aí, eles sabem do exemplo da mãe e do pai, né? (ANA, 02 de set. 2016).

RAFAEL: E você fica preocupada de eles faltarem aula e perderem o BF? IRACEMA: Não. Não tenho preocupação deles perderem o BF, tenho preocupação deles perderem a aula e perderem a matéria (IRACEMA, 02 de set.2016).

Estes desdobramentos me levam a inquietude, não como via de regra, sobre conjunturas que podem estar embutidas neste comportamento. Como exemplo desta conjuntura, posso citar o que Pochmann (2004) nos diz sobre formação escolar e preparo para o trabalho. Apresentando, em sua pesquisa, a ideia de insuficiência da elevação da escolaridade frente a uma economia que encontra-se estagnada, com pouco investimento tecnológico e, desta maneira, incapaz de absorver todas as demandas que emergem de capacitação para o trabalho através de educação formal e institucionais (as que teriam a capacidade de fazer com que o pobre rompa com o ciclo de pobreza). Para ele, isto acaba por fragilizar o mercado de trabalho e, logo, pode-se compreender que

(...) à medida que se eleva a escolaridade da população de baixa renda, acompanha, em indicadores mais expressivos, o desemprego. O mercado de trabalho, diante da enorme escassez de emprego e do elevado excedente de mão-de-obra no país, termina observando a manifestação mais evidente da discriminação, sobretudo quando se trata da população de menor renda e mais escolaridade (POCHMANN, 2004, p.388).

Pochmann (2004) ainda nos mostra o Brasil possui um percentual significativo de cidadãos sem trabalho assalariado (5% da população mundial). Para ele, isto contribui com os altos índices de violência que existem em nosso país. Traz dados relevantes sobre esta

³³ Sobre a condicionalidade que diz respeito ao acesso e permanência de beneficiários em idade escolar nas instituições de ensino, o programa estabelece como meta a frequência mensal mínima de 75% para jovens de 16 e 17 anos e de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade. Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

temática, apontando que 50% do desemprego nacional pertence a população jovem de nosso país e acrescenta que 71,1% dos jovens com função remunerada possuem origem de famílias de maior renda, ao passo que, estas mesmas análises, revelam que 41,4% são oriundos de famílias de baixa renda (p.386).

Pochmann (2004) nos ajuda a pensar sobre os efeitos colaterais de uma educação que contribui para a cristalização da desigualdade social: o aumento dos índices de violência em nosso país e do desemprego entre jovens de baixa renda. Isto acaba por reforçar o poder de discriminação da escola, enquanto ela deveria cumprir a função social de incluir e formar cidadãos, acaba por contribuir para o aumento das taxas de desemprego ao elevar a escolaridade de pessoas de baixa renda. Contribuindo com este quadro, quando se leva em consideração a classe social que os jovens ocupam, os índices de desemprego nos mostram que 26,2% deles são de famílias de baixa renda e apenas 11,6% é de família de classe alta (POCHMANN, 2004, p.386).

Estas análises provocam em mim a necessidade de se repensar sobre a função social da escola. Buscar desconstruir esta extrema necessidade da escolarização como requisito uno na estratégia de superação da pobreza seria uma forma de se perceber que o pobre pode ser estimulado em seu potencial criativo e não apenas no jogo social de subserviência ao capitalismo. Conceber a escola como meio de se inserir precocemente no mercado de trabalho só tem reforçado o poder de cristalização da pobreza na sociedade. Será que as instituições de ensino têm cumprido com esta promessa de inclusão social e com o rompimento com o ciclo de pobreza entre as famílias? A resposta não é positiva. O sentimento em relação a escola que deve persistir é o de respeito as instituições de ensino como espaços de coletividade e de importância subjetiva na vida de quem passa por elas.

Sobre conceber a educação como responsável por viabilizar que pessoas rompam com o ciclo de pobreza em que estão inseridos através de gerações, Demo (1999, p.12) nos mostra que “O “milagre” da educação é menos o domínio do conhecimento, do que a gestação da capacidade de fazer história própria, individual e coletiva, e sobretudo solidária”. Desta maneira, o que pode ser evidenciado, pela dala de Demo, é que romper com o ciclo de pobreza é uma capacidade que está mais voltada para uma metamorfose pessoal acompanhada de uma autoconsciência que possibilite que os sujeitos percebam seu potencial de transformação ao pensarem sobre suas vidas do que pela aquisição de conhecimento propriamente dito e através de meios formais de ensino. A formação para o trabalho precisa,

antes, ser a formação para o mundo. O exercício da cidadania começa pela capacidade de compreensão de si para atuação e transformação do mundo.

De encontro com esta perspectiva, Freire (1987, p.33) nos ensina o termo *Educação Bancária* e, através dele, critica toda a lógica de um sistema de ensino que se pauta na soberania do docente, que serviria apenas para depositar conhecimentos em sujeitos considerados vazios. Assim, estes sujeitos receptores de conhecimentos e valores a serem depositados, seriam apassentados no papel de reprodução de um ideal de sociedade que se baseia em referenciais da classe dominante. É o poder de homogeneização e padronização que a escola assume para consolidar um ideal de cidadão *subjetivado* para a conformação e a potencial reprodução da desigualdade. Neste modelo pedagógico e institucional, Freire nos apresenta o sistema como opressor e aqueles que não se encaixam nele, como os oprimidos.

Para isto se servem da concepção e da prática “bancárias” da educação, a que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de “assistidos”. São casos individuais, meros “marginalizados”, que discrepam da fisionomia geral da sociedade (FREIRE, 1987, p.35).

Como possibilidade de se criar um movimento contrário a este que oprime e vislumbra a padronização dos sujeitos através de sua normalização frente a um ideal de sociedade, Freire (1987, p.39) traz o conceito de educação problematizadora que seria uma forma de se libertar os sujeitos do papel de oprimidos. Uma educação pautada no diálogo entre todas as partes que nela se *agenciam* e, assim, compõem um sistema de ensino que não é e nem funciona de forma isolada de seu contexto social e humano. É a busca por uma aprendizagem como um ato cognoscente, que supere os papéis de educandos e educadores como ocupantes de lugares opostos no processo de aprendizagem e possibilite a consciência de si para a compreensão e transformação de sua realidade.

O que Freire nos mostra é uma necessidade de desabrochar-se em si mesmo. Nesta metamorfose, a compreensão, o autoconhecimento e o conhecimento de mundo são tão importantes quanto os conhecimentos propedêuticos. Este é um papel de reconhecimento de sua função política e social no meio em que se vive. Acrescenta a este ideal de formação cidadã a ideia que Demo (1999, p.4) nos apresenta, alegando que a pobreza política é pior do que a pobreza material. E que “No fundo, a pobreza política destrói a noção de sujeito capaz de história própria.”

Em vias de fato, é preciso pensar sobre a ideia de que promover a emancipação social de nossos cidadãos nunca foi de interesse de nossos governantes. Este movimento de autoconsciência e emancipação social nunca esteve presente em instituições que representem o Governo, como as instituições de ensino. E, ao não atuarem dentro desta perspectiva, elas funcionam como propulsoras de uma exclusão, onde

(...) coíbe-se que o pobre deixe a situação de alienado. Para tanto, funcionam vários mecanismos históricos conhecidos, entre eles: políticas sociais clientelistas que atrelam benefícios ao voto, políticas educacionais insatisfatórias e contraditórias, sobretudo descaso com o professorado, funcionamento precário do associativismo em geral (sindicatos, partidos, associações, comunidades, etc.), deterioração das identidades culturais que favorecem a participação popular, influência dos meios de comunicação em termos de oferecer “pão e circo”, e assim por diante (DEMO, 1999, p.2).

Diante de toda a sinuosidade apresentada para mim através dos contatos com as parceiras-beneficiárias, suas falas e pensamentos, ao falar sobre pobreza, possibilidades de rompimento com o ciclo de pobreza e a relevância da educação neste processo, me vem um sentimento de passado, presente e futuro de forma nostálgica. É como se, ao ouvir e, neste momento, escrever sobre isso, existisse um presente como pretérito do futuro. Mas, como assim? Seria a ideia do hoje como compensação do ontem e do amanhã sem perspectiva de quem fala. Sendo esta perspectiva, impulsionada pela esperança depositada nos filhos. Neste caminho, sou tomado por perguntas como a que me coloca diante do questionamento de ser o preparo para o trabalho, através da escola, a única forma de se romper com o ciclo de pobreza. Seria este o único caminho? Ou, talvez, não seria a potência criativa do pobre sua possibilidade de emancipação social?

Quando falo de emancipação social e potência criativa, o que faço é depositar, naquele que é tido como pobre, a esperança de ver mais valor para a produção/criação do que para a subserviência ao modelo capitalista de produção. Modelo este que nos leva a produzir para o supra (quem domina o capitalismo) e a sobreviver com o que nos sobra (talvez, o que nos sobre sejam resquícios de tempo e baixos salários). Desabrochar este modelo de classe social significaria desabrochar quem pensa sobre a própria vida e sobre a vida em rede, em coletivo. Corroborando com a ideia de Freire (1987), penso que qualquer possibilidade de a educação romper com o ciclo de pobreza não sairá de uma instituição que prepara para o trabalho, mas sim para a vida. Para pensar sobre a vida, agir sobre ela, politizar-se, tornar-se cidadão ativo e pensante.

Ainda sobre aquilo que me provoca a perceber as conjunturas, é preciso deixar claro que o que coloco neste trabalho não é a ideia de uma escola como insuficiente ou incapaz na vida de um cidadão. O que é dito aqui, é uma forma de inquietação sobre o papel social que a escola deve ou pode assumir. Os atravessamentos que falar de pobreza e educação manifestam, de tudo, devem proporcionar muita inquietação. Inclusive sobre a ideia de uma escola que liberte, que emancipe e que forme pensadores, e não meros reprodutores que, como apresentado, acabam por sair das instituições de ensino sem seu devido espaço e reconhecimento na sociedade e no mercado de trabalho.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) nos mostra a importância da percepção da lógica que o pobre hospeda: a do rico. Ele nos apresenta a ideia de que as correntes sociais impunham ao pobre a necessidade de hospedar toda e qualquer lógica que tenha como referência a classe dominante. Sobrepondo a esta ideia, a necessidade de possibilidade do pobre se emancipar desta situação. E, para ele, para que o pobre se exima deste papel de hóspede nesta lógica de vida, antes de qualquer coisa, ele precisa perceber a lógica da qual faz parte. Pensar sobre sua própria vida. Agir sobre ela. Afinal, como afirma Demo (1999, p.3) “o sistema não teme um pobre com fome, mas teme um pobre que sabe pensar”.

- TERCEIRA PARTE -

1 FINALIZANDO A CONVERSA



Figura 15 – Fazendo um globo com os cacos.³⁴

Com o objetivo de dar uma espécie de descanso ao diálogo que foi iniciado pelo convite do leitor para as tramas do texto, perpassando por inúmeras possibilidades de desequilíbrio e, conseqüentemente, inquietação, chega-se a hora de parar. Este ponto do trabalho, destinado às considerações finais, não se debruça sobre a ideia ou a premissa de que se esgotou todas as perspectivas que o tema e/ou a pesquisa podem apresentar. Parar, na perspectiva *rizoma-cartográfica*, inclui a percepção do produto ainda inacabado, inconcluso. Tomemos, pois, a condição de interrupção, de pausa. Momento em que se chega ao estado de se buscar novos *agenciamentos* que não estes que vinham se desdobrando, expandindo, dilacerando o tema proposto.

Da aventura que me fez desprender de metodologias prontas e esboçar aquela a ser construída. Dos espelhos quebrados que me devolveram uma nova ideia de ordem, *desconstruinte* (uma espécie de desconstrução acoplado aquilo que emerge do cotidiano – o instituinte). Juntar os cacos dos espelhos nunca voltou-se a pretensão de torná-lo liso, superficialmente. O que se punha entre os cacos é a noção de entre-lugar, de entre-mundo, de entre-nós. O que é o lugar que vivemos? Quem são as pessoas que nos encontramos? Quem somos nós? O que nos entre-habita?

Foi esta a ilógica de se desprender de qualquer razão para me arriscar entre o que é banalidade para alguns e maravilha para outros: aquilo que se decorre do ato de viver. Era preciso algo que provocasse nas parceiras-beneficiárias o mesmo entusiasmo pela pesquisa que existia em mim. Pratiquei *nomadismo* por infinitas buscas metodológicas para, ao final, fincar pé no contramétodo. Esta não seria e não foi uma maneira de se abrir mão literalmente da metodologia, mas, neste caso, a possibilidade de se abandonar territórios convencionais e arriscar outros. Foi assim que me permiti a possibilidade de experiência entre *cartografias*, *rizomas* e *platôs*. Estes últimos, que grande pretensão seria afirmar que os fiz. Me permiti a experiência dos *platôs*. Realizei um ensaio junto a eles. Muitos espelhos ainda precisam ser quebrados. Muitos estriamentos³⁵ precisam ressignificar superfícies consideradas lisas.

Uma importante observação que faço, neste momento, é que me deparei, por inúmeras vezes, escrevendo simultaneamente entre uma parte e outra, um *platô* e outro. Meu processo de escrita me possibilitou um comportamento *nômade* que fez com que os textos fossem preenchidos como vasos comunicantes que se deram interligados e se faziam crescer em igual proporção. Isto contribuiu para que o trabalho se desenvolvesse de forma natural e leve, sem fazer com que eu me perdesse ao longo deste percurso sinuoso de escrita.

Da possibilidade de se ter autores que acompanhassem toda a dialogicidade deste trabalho, surgiu uma espécie de centralidade nas pessoas de Deleuze e Guattari, me tornando, entre múltiplos *agenciamentos*, um mero *agenciado*. Deles, também se desprenderam pontes de leitura que me deram mais acesso e compreensão aos seus conceitos e escritos. Era o momento em que autores surgiam para fundir, ligar meus *agenciamentos* aos dos autores e aos das parceiras-beneficiárias. Assim, aos poucos, iam se delineando um trabalho que se arriscava em perceber os processos de *singularização* que ocorrem no campo *molecular* da *subjetivação* das beneficiárias do Programa Bolsa Família.

34

Disponível

em

<<https://s-media-cacheak0.pinimg.com/736x/53/5f/1b/535f1b122a0d619abc57c8da4853d872.jpg>>

Acesso em 12 de dez. de 2016.

³⁵ Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, usam o termo *esquisoanálise* como aquele que “recusa toda ideia de fatalidade decalcada” (Cfr. *Mil Platôs*, p.21) e, no livro *Conversações*, Deleuze diz que dentro de um processo cartográfico, “pode-se apenas marcar caminhos e movimentos, com coeficiente de sorte e perigo. É o que chamamos de “esquizoanálise”, essa análise das linhas, dos espaços, dos devires” (Cfr. *Conversações*, 1992, p.48). Portanto, quando me refiro ao termo “estriamento”, ponho em evidência a sensação de *rizoma* e cartografia que nos faz perceber superfícies lisas sendo transformadas em digitais de espaço e experiência humanas que formam linhas múltiplas, irregulares, inconstantes, imprevisíveis. As superfícies, aqui, podem ser compreendidas semanticamente ou metaforicamente. Os sujeitos agem sobre o espaço e se *agenciam* entre comportamentos que interferem nos modos de vida e modos de se organizar os espaços em que vivem. Isto envolve a impressão da digital humana nos hábitos e comportamentos e nos lugares como sendo uma expressão física e/ou conjuntural daquilo que somos.

“Não existe enunciado individual” (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p.48). Por mais que as beneficiárias tenham passado pela *cema* em momentos individuais, suas *singularizações*, posta sua *subjetivação*, encontra-se vinculada à “força que se adquire ao meio”, na experiência concreta de se ser beneficiária, de se *devir-beneficiária*. Este estado revela os múltiplos pontos de *agenciamento* destas mulheres que se tornam *nômade*s em suas vidas, transitando entre *linhas de fuga* que apresentam, entre outras perspectivas, o campo da *micropolítica* do PBF nos processos de *desterritorialização*.

Entre *agenciamentos*, *linhas de fuga*, *desterritorializações*, *devires* e ciclos e mais ciclos de novas possibilidades de se fugir e se tornar *nômade* de um território em estado de estriamento, *micropolíticas* se desenham inúmeras e inúmeras vezes ao longo de cotidianos diversos e múltiplos. Esta é a expectativa com que aperto o botão “pause” deste trabalho, afinal, assim era com o território que me deparei.

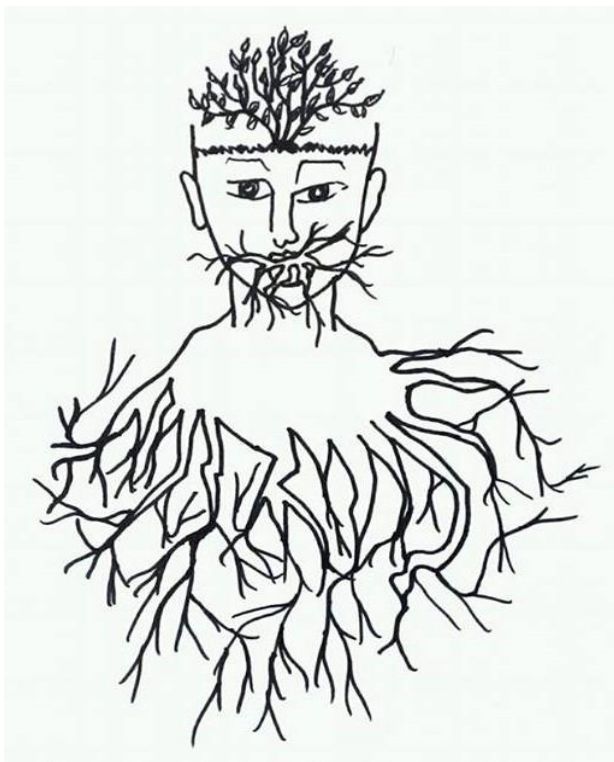


Figura 16 - O Coletivo da enunciação: *subjetivação*, *singularização* e *rizomas*.

À medida em que se *singularizam*, as parceiras-beneficiárias se tornam uma possibilidade de se perceber uma política de transferência de renda pela perspectiva *molecular*, quando, em vias de fato, as mesmas são apresentadas como dados e estatísticas no campo *molar*.

Adentrar os territórios de *subjetivação* para perceber as *desterritorializações* e *singularizações* que neles se dão, são possibilidades que emergem da sensibilidade filosófica de Deleuze e Guattari.

As minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme (...). Ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que a maioria não é ninguém. Todo mundo, sob um outro aspecto, está tomado por um devir

minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo. Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender. O povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano (DELEUZE, 1992, p.214).

Assim, o caráter focalizador do PBF idealiza um perfil de beneficiário para ser abraçado pelo mesmo, *subjetivando* estas pessoas no plano *molar*. No campo *molecular*, da *micropolítica*, o que se evidencia, através dos processos de *singularização*, é o estriamento de *linhas de fuga* que criam possibilidades de se libertar do processo de captura pelo capitalismo através de um emprego formal e passa-se a repensar a própria lógica de vida. Este movimento existencial, *nômade*, inclui a autopercepção da necessidade de auxílio financeiro, mas, em contrapartida, cria uma nova forma de se perceber neste território como potência geradora de resistências e criadora de novas possibilidades. É a capacidade de se poder parar e fazer escolhas. Escolhas estas que incluem, entre outras coisas, olhar para si.

Ainda insistindo nessa ideia de inconclusão, estas considerações são sim, finais, mas deste trabalho. O que não impede que novas formas de se buscar o campo da *micropolítica* do PBF existam. O trabalho ainda dará espaço para o apêndice e os anexos que servem, entre outras perspectivas, como possibilidade de se ampliar o debate ou a compreensão acerca do tema Programa Bolsa Família. Uma boa leitura e que nossas conversas criem possibilidades de novos *agenciamentos*, novas perspectivas e novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. **As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual.** In XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS E COMUNICAÇÃO, 2010. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em <http://geografias.net.br/papers/12_LisianeAguiar.pdf> Acesso em 02 de fev. 2016.

ARAÚJO, A. A. de; GOMES, M. F. M.; LIMA, J. E. **Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro.** Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 3, 2014, p. 33-45. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1497> Acesso em: 28 de jan. 2017.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** 2001. In HENRIQUES, R. (org). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BENJAMIN, W.. **Experiência e pobreza.** In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. Brasiliense, 1987, p. 114 - 119. (Obras Escolhidas, v. 1).

BETHÂNIA, M. **Beira-mar**, São Paulo: Biscoito Fino, 2007. CD Duplo (94 min).

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL, **Gestão de Condicionalidades e Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/mds_condicionalidades.pdf> Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografias e Estatísticas – Censo 2010. **Informações sobre o município de Miracema (RJ)**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330300>> Acesso em: 27 de out. 2015.

_____. **Mapa da pobreza e desigualdade – Municípios Brasileiros**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330300&idtema=19&search=rio-de-janeiro|miracema|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>> Acesso em: 26 de fev. 2016.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330300&idtema=134&search=rio-de-janeiro%7Cmiracema%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>> Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Resultado da Amostra de Famílias**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330300&idtema=93&search=rio-de-janeiro|miracema|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-familias-->> Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **O que é? – Índice de Gini**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 04 de mar. 2016.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. – MDS. **Bolsa Família: o que é e como funciona**. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e-como-funciona>> Acesso em: 27 de fev. 2016.

_____. **População em situação de extrema pobreza distribuída por faixa etária no município de Miracema (RJ)**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral>> Acesso em: 09 de mar. 2016.

_____. **Primeiros resultados da análise de linha de base da pesquisa de impacto do programa Bolsa Família**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007.

_____. Portal da Transparência do Governo Federal. **Número de benefícios por município.** Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>> Acesso em: 06 de fev. 2016.

_____. Sinopse do Censo Demográfico 2010. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade.** Miracema (RJ). Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=33#topo_piramide> Acesso em 26 de fev. 2016.

_____. Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** 2014. Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/portalmte/rais/#2>> Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. Sistema Presença. **Alunos acompanhados pela condicionalidade da frequência escolar no município de Miracema (RJ).** Disponível em <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>> Acesso em: 19 de mar. 2016.

BRITO, A; KERSTENETZKY, C. **Beneficiários do Programa Bolsa Família e mercado de trabalho:** considerações metodológicas e substantivas. Rio de Janeiro: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, 2010. Disponível em <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD21_1.pdf> Acesso em: 28 de fev. 2017.

BRITTO, T.. **O Programa Bolsa Família - Caminhos Futuros.** Brasília. 2010. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/resultadopesquisa?tema=Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia>> Acesso em: 05 de mar. 2016.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2010, p. 269-301. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200003> Acesso em: 28 de jan. 2017.

CAROLINA, A. **Ela é bamba,** São Paulo: A&R e Gorila Mix, 2001. 1 CD (56 min).

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** Editora Ática, São Paulo. 2000. Disponível em <http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf> Acesso em: 20 de ago. 2016.

CODO, W. & GAZZOTTI, A. A. **Trabalho e Afetividade**. In: CODO, W. (coord.) Educação, Carinho e Trabalho. Petrópolis-RJ:Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. Conferência, **De outros espaços**, proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, 14 de mar. 1967 (publicado igualmente em Architecture, Movement, Continuité, 5, de 1984). Disponível em <https://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2011/06/outros_espacos.pdf> Acesso em: 20 de jan. 2017.

COTTA, T. C. S. **Visões de proteção social e transferência de renda condicionada no Brasil e no México**. 2009. Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E.. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, Jul-Dez/2002.

DESCARTES, R.. **Discurso do método**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.josenorberto.com.br/DESCARTES_Discurso_do_m%C3%A9todo_Completo.pdf>

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 1a. Ed. V. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997. 151 p. (Coleção Trans).

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2a. Reimp. V. 1. São Paulo: Ed. 34, 2000. 151 p. (Coleção Trans).

_____. **O que é a filosofia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010. Disponível em <http://www.famescbji.edu.br/famescbji/biblioteca/livros_filosofia/O_que_e_Fosofia.pdf> Acesso em: 19 de fev. 2017.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991. Disponível em <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/deleuze-g-foucault.pdf>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

_____. **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMO, P.. **Direitos humanos e educação.** Pobreza política como desafio central. Brasília, UnB, julho de 1999.

_____. **Pobreza política como desafio central.** DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO. Brasília, UnB, julho de 1999. Disponível em: <http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/direitos_humanos_e_educacao.pdf> Acesso em: 31 de jan. 2016.

_____. **Rupturas urgentes em educação.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 861-872, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a11.pdf>> Acesso em: 16 de jan. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/PedagogiadoOprimido.pdf>> Acesso em: 25 de jan. 2016.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S., **Micropolítica. Cartografias do desejo.** Petrópolis, Vozes, 4a ed. 1996 [1986]

GUATTARI, F. **Da produção da subjetividade.** In: _____. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L.. **What is the impact of the Bolsa Família programme on education?** *One Pager* n. 107. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2010.

LACERDA, M. P. **A pesquisa em cidades pequenas.** Currículo sem Fronteiras, v. 16, n. 1, p. 78-98, jan./abr. 2016. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss1articles/lacerda.pdf>> Acesso em: 15 de nov. 2016.

_____. **A professora e o cotidiano da cidade pequena.** 1. ed. Niterói: EdUFF, 2014. v. 1. p. 199.

LAVINAS, L.. **Pobreza e exclusão:** traduções regionais de duas categorias da prática. Revista Econômica, v. 4, nº 1, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios) *apud* MANZINI, E. J. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas.** Material utilizado para obtenção do título de Livre-docência em Educação intitulada “A entrevista como

instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise”, pela Unesp de Marília. Disponível em < http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista> Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?**. Revista Brasileira de Economia. vol.65 n.3 Rio de Janeiro jul/sept, 2011.

MATOS, O. 1998. **As formas modernas do atraso**. Folha de S. Paulo, Primeiro Caderno, 27 de setembro. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz27099809.htm>> Acesso em: 19 de fev. 2017.

MELLO, M. B. C. de. **Da morte do General à busca rizomática: o ato de escrever como possibilidade de emancipação: agenciamentos entre Cora Coralina, Gilles Deleuze e Félix Guattari**. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em < http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7301> Acesso em 15 de dezembro de 2016.

_____. **Uma Educação Ambiental como Estética da Existência e Epistemologia dos Nexos: a experiência socioeducativa do Projeto Florescer**. 2011. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em < http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7342> Acesso em: 25 de jan. 2017.

NASCIMENTO, A. R. do. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre as decisões de trabalho das crianças: uma análise utilizando os microdados da PNAD**. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”. Piracicaba. 2013. Disponível em < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Adriana_Rosa_do_Nascimento.pdf> Acesso em 28 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA *et al.* **O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres**. In: VAITSMAN, Jeni; PAESSOUSA, Rômulo (Orgs.). Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados. Volume II: Bolsa Família e assistência social. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007.

PELBART, P. P. **Elementos para uma cartografia da grupalidade**. In: SAADI, F; GARCIA, S. (Orgs.). Próximo ato: Questões da Teatralidade Contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em < https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_elementos.pdf> Acesso em: 25 de nov. 2016.

PIRES, A; DIAS, T. B. **A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do programa bolsa família.** Roteiro, Joaçaba, v. 39, n. 1, 2014, p. 185-198. Disponível em < https://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewFile/3634/pdf_23.> Acesso em: 26 de fev. 2017.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho:** como desenvolver uma relação virtuosa? Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, Maio/Ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 05 de mar. 2016.

ROSENBERG, Tina. **O Sucesso dos Programas de Transferência de Renda.** Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 2011a.

ROSENBERG, Tina. **To Beat Back Poverty, Pay the Poor. Opinionator.** New York Times, Jan 3, 2011b. Disponível em < <https://mobile.nytimes.com/blogs/opinionator/2011/01/03/to-beat-back-poverty-pay-the-poor/>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

ROTA JÚNIOR, C. **Educação e Mobilidade Social:** um estudo sobre a legislação educacional brasileira. Educação, Sociedade & Culturas , v. 38, p. 169-184, 2013.

SANTOS, B. de S. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, 1994). Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/site/.../Modernidade.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2016.

_____. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. **Para além do Pensamento Abissal:** Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007: 3-46.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 63 | 2002a. Disponível em < <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/rccs-1285.pdf> >. Acesso em: 15 de jun. 2016.

SANTOS, M. C. M. *et al.* **A voz do beneficiário:** uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(6):1381-1405, nov./dez. 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000600002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 25 de jan. 2017.

SOUZA, Danielle R. de S. **Três ensaios sobre o Programa Bolsa Família: impacto nas eleições, bem-estar e pobreza.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Economia. 2012. 125p. Disponível em <<http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2015/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Danielle-Reis-de-Souza-Ribeiro.pdf>> Acesso em: 29 de fev. 2017.

TCE-RJ. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Miracema.** Secretaria Geral de Planejamento, 2014.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer.** Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, p. 299-322, 2013 Disponível em <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1112/863>> Acesso em: 02 de fev. 2017.

VASCONCELOS, Jorge. **Ontologia do devir de Gilles Deleuze.** Revista de Filosofia do Mestrado Academico em Filosofia da UECE. Fortaleza, V.2.N.4, 2005, p. 137-167.

VERONESE, M. V. (Org.) . **Consumo, produção cotidiana da vida e solidariedade: as ausências e presenças.** In: Psicologia Social e Cotidiano: Representações Sociais em Ação. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 41-59. V. 1. p. 311.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 124 p.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL, Gestão de Condicionalidades e Acompanhamento das Famílias do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/mds_condicionalidades.pdf> Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

Centro Cultural Melchíades Cardoso. **História do Município de Miracema.**

DA ROCHA, ROSANE B. G. **Cartão de beneficiária do Programa Bolsa Família, 2005.** Fonte: arquivo pessoal.

Jornal Dois Estados. **Tiros na praça dos Correios em Miracema.** Disponível em <http://www.doisestados.com.br/ver_noticia.php?n=2073> Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

Site da PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA (RJ). **Geografia.** Disponível em <<http://www.miracema.rj.gov.br/pag.php?p=20>> Acesso em: 27 de fev. 2016.

TCE-RJ. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Miracema.** Secretaria Geral de Planejamento, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro demonstrativo da evolução dos programas de transferência de renda no Brasil e algumas curiosidades (de Itamar Franco a Dilma Rouseff).

1993	O Presidente Itamar Franco, em caráter emergencial, criou o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) para socorrer a população carente atingida pela seca no norte de Minas e no Nordeste. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) operacionalizou o programa através das cestas básicas e a seleção dos municípios beneficiados foi ampliada com base no Mapa da Fome (IPEA). Pioneiramente, começaram a ser exigidas algumas contrapartidas, ligadas à área de educação (participar de programas de alfabetização e matrícula dos filhos na escola) e à área de saúde (apresentação de carteira de vacinação dos filhos).
1995	Fernando Henrique Cardoso (FHC) extinguiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA/MP 813, de 01 janeiro de 1995). A instituição caracterizava a velha política social, carregada de corrupção, clientelismo político e promoção de interesses pessoais. O ato simbolizou a mudança de rumo na política social.
	Surge a Comunidade Solidária (Decreto 1366, 12 de janeiro de 1995), que incorpora o PRODEA. A distribuição de cestas de alimentos se amplia alcançando também famílias carentes identificadas pelas Prefeituras nas regiões de pobreza e também comunidades indígenas e acampamentos de sem-terra (Programa Comunidade Ativa).
1996	Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), primeiro projeto brasileiro, ao nível federal, centrado em uma transferência monetária às famílias carentes, visando eliminar o trabalho de crianças em carvoarias e plantação de mate, estimulando sua inserção na escola. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil passou a articular, junto com os municípios, um conjunto de ações de promoção às famílias enquadradas no PETI, com crianças e adolescentes até 16 anos. A Portaria-MPAS nº 2917/2000 legalizou o PETI.
1997	Os programas de transferências condicionadas começaram a ganhar quando só três países no mundo, Bangladesh, México e Brasil, vivam tal experiência.
	O Ministério da Educação começou a desenhar o Programa Bolsa Escola para estimular as famílias pobres a matricularem seus filhos na rede escolar.
	Institucionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima (Lei 9533/1997), regulamentada pelo Decreto 2609/1998), permitindo o repasse de apoio financeiro da União aos municípios que operassem programas de renda mínima associado às ações socioeducativas em seus territórios.
1999	O Programa Bolsa Escola começou a operar através dos municípios
2000	Surge o Programa Auxílio-Gás, motivado pela retirada do subsídio aos derivados do petróleo, auxiliando o orçamento doméstico das famílias que já estavam sendo atendidas nos demais programas de transferência de renda.
2001	O Programa Bolsa Alimentação (MP 2206/2001), operado pelo Ministério da Saúde, passou a estabelecer a complementação da renda de mães gestantes, amamentando filhos e crianças com idade entre 6 meses a seis anos e onze meses, com riscos nutricionais.
	O Projeto Alvorada (Decreto 3769/2001) reforçou e integrou 17 ações governamentais, nas áreas de educação, saúde, saneamento, emprego e renda, com foco regionalizado nos municípios com IDH abaixo de 0,50. Foram inicialmente selecionados 1796 municípios, que passaram a receber recursos para o desenvolvimento de ações integradas no combate à exclusão social.
	Em setembro inicia-se a unificação dos cadastros dos Programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação (Decreto 3.877/2001 e Decreto s/n/2001), através do Cadastro Único dos Programas Sociais. Inicialmente o CadÚnico passou a ser implementado na região do semiárido nordestino, em função da seca ocorrida naquele ano.
	O Programa Bolsa Renda (MP 2.203/2001), regulamentado pela Lei 10.458/ 2002, tornou-se o mais emblemático da modernização das políticas sociais no Brasil. Durante a seca de 2001, no lugar de criar

	as frentes de trabalho, o governo atuou por meio da transferência direta de renda monetária às famílias.
	As transferências financeiras do Programa Bolsa Escola se transformaram em lei a partir da Lei 10219/2001.
2002	Em julho de 2002, foi instituído o “Cartão do Cidadão”, em forma magnética, permitindo às pessoas beneficiárias receberem seu auxílio financeiro diretamente da Caixa Econômica Federal. Representou o golpe da morte na política social clientelista do Brasil.
2003	Adoção de políticas para reduzir a pobreza, com destaque para o combate à miséria, e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do ‘mensalão’, um realinhamento eleitoral que se cristalizou em 2006, surgindo o Lulismo. O aparecimento de uma base Lulista proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo ‘diminuição da pobreza com manutenção da ordem’ esboçado no primeiro quadriênio.
	Elaborado o texto da Medida Provisória que impôs a unificação dos programas de transferência de renda criados por FHC, em outubro de 2003.
2004	Em 09 de janeiro de 2004, através da Lei 10.836, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Programa Bolsa Família, unificando os quatro programas: Bolsa Escola + Bolsa Família + Auxílio Gás + as transferências do PETI. Implantou, definitivamente, o Cadastro Único dos programas sociais do governo federal.
2005	O governo brasileiro assinou em junho de 2005 um convênio de apoio analítico e de orientação técnica com o Banco Mundial, em apoio ao programa Bolsa Família, fornecendo 572 milhões de dólares para sua implantação, conseguindo estabelecer mecanismos de controle mais eficientes para acompanhar as condicionalidades exigidas dos beneficiários.
2006	Os mais pobres passaram a ser a base eleitoral principal que garantiria a reeleição de Lula e a proporção do voto no PT para a presidência passou a declinar com o aumento da renda do eleitor.
	Inaugurado, em dezembro de 2006, um sistema fiscalizador, de controle e monitoramento do Programa Bolsa Família que utiliza satélites e internet, via ondas de rádio, o que permite a troca de dados com as Prefeituras de localidades mais remotas, mesmo em regiões em que não há energia elétrica ou telefone.
2007	Em 26 de março de 2007 foi apresentado oficialmente a gestores públicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no Encontro Nacional do Fluxo e Frequência Escolar, o sistema de monitoramento do Programa Bolsa Família
	Em setembro de 2007, uma pesquisa encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social revelou que o incentivo do Bolsa Família não significou melhora no aproveitamento escolar de dez milhões de alunos de família beneficiadas.
2009	Em maio de 2009, o Tribunal de Contas da União (TCU), levantou que foi realizado pagamento de 110.697 benefícios a: mortos (3.791), políticos (577), donos de carros, caminhões, tratores ou motos importadas (106.329). Ainda de acordo com o TCU, 1,1 milhão de beneficiários teriam renda acima do permitido para receber o auxílio.
2011	Dilma lançou o Plano Brasil Sem Miséria e então o Bolsa Família ganhou um reforço destinado aos mais pobres entre os pobres: quanto menor a renda per capita da família, maior o valor pago, garantindo para cada membro a superação do patamar de R\$ 77,00 mensais. A medida beneficiou 22 milhões de brasileiros que ainda viviam na extrema pobreza. Os benefícios tiveram aumento médio real de 44%; para os mais pobres, o crescimento foi de 84%. Além da transferência de renda, os beneficiários garantiram acesso a diversas políticas de inclusão produtiva. Em apenas uma década, com o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, a extrema pobreza caiu 89%. Segundo o governo, foi o fim da miséria do ponto de vista da renda, o passo inicial para uma vida com mais dignidade.
	Em junho de 2011, Dilma anunciou a expansão do programa, como parte do programa Brasil sem Miséria, que tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês.
2013	Em outubro de 2013, o senador Aécio Neves apresentou o Projeto de Lei do Senado PLS 458, de 6 de novembro de 2013, propondo incluir o Bolsa Família no conjunto de direitos sociais, estendendo o benefício por até seis meses no caso do beneficiário aumentar sua renda em decorrência de atividade profissional ou econômica. Ao incorporá-lo à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o benefício passaria a ter garantia da lei, independente de decisão de governos ou de partidos políticos.
	Em abril, o Bolsa Família foi pago a 14.145.274 famílias, atingido cerca de 50 milhões de pessoas.

2014	Em maio, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou o PLS 458, o projeto de lei, no entanto, ainda tramitava sem aprovação no Senado Federal.
	Em 30 de abril saiu o Decreto nº 8.232 que alterou o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentava o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, alterando o valor da renda mensal <i>per capita</i> e o valor bolsa.

FONTE: Elaboração do autor *apud*: BRASIL (2003; 2005; 2016); CASTRO (2009); MARTINS (2011); COHN (2016); WEISSHEIMER (2006); LÍCIO (2012).

APÊNDICE B – Texto de esclarecimento.

VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RENDA MÍNIMA NO BRASIL

O termo genérico para os programas sociais é quase sempre, em todos os países que o adotam, “transferência condicional de renda”, condicional porque exigem literalmente algumas condições das famílias que o recebem. A princípio, pretende-se fazer pagamentos regulares a famílias pobres, em dinheiro ou transferências eletrônicas, se elas cumprirem certas exigências, condições ou metas.

As metas variam, mas muitos países usam: (1) famílias precisam manter as crianças na escola; (2) fazer exames médicos regulares; (3) a mãe precisa fazer cursos sobre temas como nutrição e prevenção de doenças. Os pagamentos quase sempre vão para as mulheres, já que elas mais provavelmente vão gastar o dinheiro com suas famílias. A ideia elegante por trás das transferências condicionais de renda é combater a pobreza hoje, mas quebrando o ciclo de pobreza amanhã.

Esses programas de transferência de renda são políticas públicas, que deveriam ser importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. Contudo, a crítica argumenta que esses programas não atingem seus objetivos finais em função de que a maior parte dos recursos não são destinados aos pobres verdadeiros ou geram o fenômeno da multiplicação da pobreza. A crítica que se faz, portanto é que tais programas não têm o efeito esperado sobre a pobreza no Brasil.

Os Programas de Transferência de Renda cadastram, no cadastro único federal, pessoas e famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família é um desses programas de transferência direta de renda com condicionalidades. Para o governo federal, a

política de Transferência de Renda também é considerada estratégica no enfrentamento da pobreza e na inclusão social de milhares de famílias.

A Transferência de Renda é uma das seguranças que a Política de Assistência Social do governo deve garantir. É um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso a renda, e desta forma há a promoção da autonomia dessas famílias.

Por meio da transferência de recursos financeiros, cumprindo seu papel no sistema de proteção social do país, o governo brasileiro, promove às famílias pobres e em estado de extrema pobreza, um do programa criado pela Lei nº 10.836/04, conhecido como Bolsa Família.

O que potencializa a proteção do Bolsa Família é o Plano Sem Miséria, o governo suplementa os valores do Programa Bolsa Família, para que as famílias alcancem um mínimo de R\$140,00 per capita.

Segundo Fabio Veras Soares, Sergei Soares, Marcelo Medeiros e Rafael Guerreiro Osório (BRASÍLIA, outubro/2006) sobre a contribuição dos programas de transferência de renda para a redução da desigualdade de renda no Brasil entre 1995 e 2004, bem como seu impacto sobre a pobreza, os articulistas avaliam:

Utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2004) que pela primeira vez coletou informação sobre a incidências de alguns programas de transferência de renda. Desenvolveu-se uma metodologia para separar o componente da renda derivada desses programas, particularmente a renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos outros programas de transferência de renda, do tipo Bolsa-Família, da renda residual do componente "outros rendimentos" da renda da Pnad que parecem ser associados a rendimentos provenientes de juros e dividendos. Além disso, foram cotejados os dados da Pnad 2004 com os registros administrativos dos programas, avaliada a incidência da renda dos mesmos, calculado os índices de concentração desses componentes (ex-ante e ex-post) e decomposta a contribuição de cada componente para a queda do Gini entre 1995 e 2004. Encontrou-se que ambos (o BPC e o Bolsa-Família) são bem focalizados: 74% da renda declarada do BPC e 80% da renda do Bolsa-Família vão para famílias abaixo da linha de pobreza (de metade de 1 salário mínimo per capita), e que conjuntamente esses programas foram responsáveis por 28% da redução da queda do Gini no período 1995-2004 (7% para o BPC e 21 para o Bolsa-Família). Essa contribuição é muito grande se considerado que conjuntamente esses dois programas somam apenas 0,82% da renda total das famílias (de acordo com os dados da Pnad). Chama atenção também a contribuição de pensões e aposentadorias oficiais (públicas) - contributivas ou não (como o caso da aposentadoria rural) no valor de um salário mínimo para a redução da desigualdade. Elas contribuíram em 32% para a redução

do Gini, mas esse melhor desempenho é em grande parte devido ao fato de esta fonte de renda representar 4,6% da renda total declarada pelos domicílios na Pnad (SOARES *et al*, 2006).

Alguns artigos, usando dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) do IBGE, mostram que os programas de transferência de renda do governo alcançaram seus objetivos em reduzir a desigualdade e pobreza no Brasil. Dentre eles, pode-se citar os trabalhos de Rocha (2004, 2006), Hoffman (2006), Soares *et al* (2006b) e Kakwani *et al* (2006).

No entanto, contrário a muitos desses argumentos, vários teóricos afirmam que as transferências de renda governamentais podem desmotivar os indivíduos pobres a procurar emprego ou a qualificação profissional e os tornam dependentes dessas transferências. Isto deve-se ao não cumprimento da máxima “não dar o peixe e sim ensinar a pescar”. Então, muitas famílias se acomodam na pobreza para continuar a receber os benefícios sociais, como aponta Carvalho Jr (2006).

Conforme Lavinias & Varsano (1997), se não forem instituídos programas de educação e de geração autônoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por um programa de transferência de renda retornar à condição de pobreza com o término do programa é muito alta.

Outras causas se juntam a essa para justificar o efeito limitado de tais políticas e Schwartzman (2005, 2006) sugere que tanto os pequenos volumes dos recursos transferidos para cada família quanto à má gestão dos programas seriam também responsáveis pela baixa redução da pobreza. Lavinias & Varsano concluem, também, a probabilidade de uma família contemplada por esses programas retornar à condição de pobreza com o seu término é muito alta. Portanto é uma política oportunista no sentido de se adequar apenas à oportunidade momentânea.

Para Rocha (2004) a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, podendo ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. O autor ainda determina a diferença entre pobreza absoluta e pobreza relativa. A primeira se relaciona às questões de sobrevivência, ao não-atendimento das necessidades mínimas de vida, já a pobreza relativa diz respeito às necessidades a serem em função do modo de vida predominante naquela sociedade.

Rocha (2006) descreve que um dos grandes desafios nacionais e um forte determinante da pobreza foi reduzi-la frente à concentração de renda que caracteriza o modelo econômico nacional. É verdade que dentro dos primeiros 30 anos da implantação dos programas de transferência de renda a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza caiu substancialmente no Brasil, embora essa taxa continuasse muito elevada não conseguindo equacionar problemas referentes à pobreza e às desigualdades sociais considerando a renda *per capita* brasileira. Em outros países com a mesma *per capita* a proporção de pessoas pobres é bem menor.

Rocha (2006), continuando sua análise, afirma que na década de 80 houve uma redução da proporção de pobres. Na década de 90, a redução dessa taxa foi mais significativa, mesmo com estabilização econômica, a retomada do crescimento e a política social.

Daí, pode-se pensar num processo de crescimento, de modo a considerar explicitamente os objetivos de redução da desigualdade e da pobreza. Portanto, presume-se que a análise dos determinantes da pobreza é fundamental para a escolha de quais políticas públicas devem ser priorizadas para sua erradicação.

A redução da pobreza requer o aumento do crescimento econômico ou redução no grau de desigualdade.

Barreto (2005), IPEA (2006), Soares *et al* (2006b), Barros *et al* (2007) concluíram em suas pesquisas que o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade da distribuição de renda

Estamos procurando responder as seguintes questões: O aumento das transferências de renda para as famílias de baixa renda apresenta algum efeito significativo na dinâmica da pobreza no Brasil? Quais os determinantes que mais influenciam o comportamento da pobreza?

A mensuração da pobreza é o estabelecimento de um nível de renda abaixo da qual as pessoas são classificadas como pobres. Porém o conceito mais relevante é o de pobreza absoluta, onde essa população não dispõe de recursos para suprir suas necessidades básicas.

Alguns autores adotam o critério do salário mínimo como linha de pobreza. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA) adota o valor igual a metade do salário mínimo.

Utilizando essa linha de pobreza os indicadores utilizados para medir a pobreza absoluta são o índice de proporção de pobres (P0), o hiato médio de pobreza (P1) e o hiato médio quadrático de pobreza (P2) (FOSTER, GREER E THORBECKE).

Dentre os resultados obtidos pelos vários pesquisadores, economistas e estudiosos do tema, o principal foi que as transferências de renda do governo para os mais pobres, medidas pelas transferências *per capita* ou pelas transferências em relação ao total do ano inicial da amostra, não apresentaram impacto significativo sobre os índices de pobreza. Na realidade, o coeficiente estimado dessa variável no modelo foi praticamente nulo. Em relação aos outros determinantes da pobreza, o aumento dos anos médio de estudo contribuiu para a sua diminuição. A taxa de desemprego diminuiu a pobreza apenas para os índices P0 e P1. Por outro lado, os fatores que agravaram a pobreza foram a concentração de renda e a proporção de chefe de família feminino. Estas duas últimas foram os determinantes de maiores impactos. Por sua vez, o PIB per capita dos estados não apresentou nenhum efeito sobre os índices de pobreza.

O crescimento das transferências governamentais e a comodidade que eles proporcionam tiram a iniciativa dos pobres de procurar emprego e os tornam dependentes das transferências contínuas do governo, quando, na verdade, tais programas deveriam gerar autonomia e independência para que um “pudesse caminhar com suas próprias pernas”. E o ideal seria que tais programas viessem seguidos de cursos de capacitação, com o intuito de romper futuramente o círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo.

Segundo Carvalho Jr (2006) os principais argumentos contra os programas de transferência de renda são:

- 1) a diminuição dos incentivos ao trabalho;
- 2) os aumentos dos incentivos à divisão das famílias;
- 3) o reforço do espírito de dependência dos beneficiários em relação ao governo.

Nessas reflexões verificou-se que os programas de transferências de renda no Brasil tiveram crescimento exponencial após 2000 e os demais serviços assistenciais uma diminuição em termos reais. Destaca que isso pode gerar uma maior probabilidade de corrupção e do uso político de concessão desses programas, muito embora a tendência de universalização desses auxílios possa ajudar a diminuí-los.

Schwartzman (2005, 2006), além de Soares *et al* (2008) e Costa & Salvato (2008), ao utilizar dados da PNAD de 2004, verificaram que as políticas de transferência de renda tiveram um impacto limitado tanto na redução da pobreza quanto da desigualdade. Isto se deve tanto pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, e, além disso, a outras cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD.

A nota técnica do IPEA (2006) ressalta que a criação de programas federais de transferência de renda foi uma das mais importantes novidades ocorridas na política social brasileira. Visando garantir uma renda mínima à população pobre, esses programas alcançam principalmente famílias cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa e estão inseridos no mercado de trabalho.

Em 2004 foi consolidado o programa unificado de transferência de renda, denominado de Bolsa Família, e segundo Rocha (2004, 2006), a partir de então, ocorreu um aumento de cobertura dos programas de transferência de renda no Brasil, que foram sendo integrados paulatinamente ao Bolsa-Família e a pesquisadora verificou que essas transferências, contribuíram para a redução da pobreza e da indigência.

Vale ressaltar que esses programas serviriam de um elo entre o governo e a população pobre, o que conduziria a um aumento da informação e melhor conhecimento da pobreza no Brasil.

Vários estudiosos do tema, na época, chegaram à mesma conclusão, de que os programas de transferência de renda apresentaram um impacto visível sobre a pobreza e foram responsáveis pela queda da desigualdade de renda no Brasil, além de mudanças também no mercado de trabalho e mudanças nas políticas sociais, no período em que estiveram atuando.

No Brasil, não existe uma linha oficial de pobreza, o conceito que prevalece é o de pobreza absoluta e ainda existem diferentes cálculos das diversas linhas, que, em geral, circulam pelo valor de cestas básicas que são extremamente diferentes em cada região do país, visto que um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas, mesmo de forma estrita (ROCHA, 2004). Ressalta-se que, de forma geral, utiliza-se

a linha de pobreza definida pelo IPEA que considera o valor dessa linha igual a meio salário mínimo.

Os trabalhos, tanto nacionais quanto internacionais, confirmam o senso comum de que o crescimento econômico ajuda a aliviar a pobreza de duas formas: expandindo o número de empregos e aumentando o salário real pago aos trabalhadores.

Não nos interessa analisar dados de outros países distanciados e diferenciados da ideia de Brasil. Vários países da América Latina, já pesquisados, indicam que nem sempre o crescimento econômico é suficiente para eliminar a pobreza (RANIS & STEWART, 2002).

Por 30 anos no Brasil ocorreu um forte pró-crescimento econômico, mas com baixo desenvolvimento humano (RANIS & STEWART, 2002).

O crescimento econômico é fundamental, mas não é condição suficiente para redução da pobreza, ao aumentar as oportunidades de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Os efeitos desse crescimento podem se potencializar sobre os mais pobres quando acompanhado por políticas redistributivas, inclusive, se o padrão de crescimento for urbano, capital intensivo e concentrador do emprego nos postos qualificados, a pobreza pode até crescer mesmo com o aumento do produto interno bruto (PIB) per capita (GAFAR, 1998; BARRETO, 2005; HOFFMAN, 2005; LIMA *et al*, 2003; MENEZES & PINTO, 2005).

Rocha (2006) afirma que para evitar aumento da desigualdade, bem como promover a redução da pobreza absoluta se fazem necessárias medidas compensatórias e combinatórias que façam uso das tecnologias modernas e mão-de-obra qualificada, por exemplo.

A autora ainda acrescenta que a pobreza absoluta no país é proveniente da desigualdade quando se leva em consideração o rendimento, sendo que a pobreza absoluta pode ser reduzida tanto pelo crescimento da renda como por melhoria na sua distribuição. Porque o crescimento da renda sem redução da desigualdade significa transferir para um horizonte futuro a eliminação da pobreza absoluta no Brasil, mas o paradoxo permanece que redução no grau de pobreza de uma sociedade implica em relação quase que linear entre crescimento econômico e declínio do grau de desigualdade.

Na verdade, os programas de transferência de renda do governo federal, sendo para este estudo o principal deles o Bolsa Família, evidenciaram que todos os indivíduos pobres em um determinado estado alcançaram melhoria em suas rendas, porém, mesmo assim, ainda

permaneceram pobres ou ainda indivíduos pobres de um determinado estado conseguiram sair dessa condição, mas a proporção de pobres na localidade permaneceu a mesma e isso revela que investigar o impacto de possíveis fatores influenciadores sobre a situação de pobreza de uma região talvez seja mais complexo do que aquela quando a referência de investigação considera apenas o comportamento isolado de indivíduos pobres (MARINHO *et al.*, 2011).

Em suma, as pesquisas apontaram que os programas de transferências de renda não afetaram ou contribuíram para a queda dos índices de pobreza dos estados brasileiros. Quais as causas? Má gestão dos programas em função da destinação dos recursos que estariam sendo entregues aos que não seriam considerados pobres? Os programas de transferências poderiam estar incentivando ou viciando os indivíduos a não procurar outras fontes de renda?

Algumas constatações, através deste levantamento bibliográfico, necessitam ser realçadas, como:

1. A Controladoria Geral da União (CGU), em auditorias no programa Bolsa-Família, verificou que em 90% das cidades ocorreram pagamentos aos beneficiados com renda superior à estipulada pelo programa. Faltou auditoria, acompanhamento e avaliação constante;
2. O aumento dos anos médio de estudo contribuiu para diminuição da pobreza. Também, constatou-se que o efeito de políticas educacionais sobre a pobreza é relativamente maior sobre a proporção de pobres do que naqueles considerados extremamente pobres;
3. A queda da taxa de desemprego masculino afetou somente os indivíduos com renda próxima da linha de pobreza;
4. A concentração de renda seguida pela proporção de chefe de família feminino foram os determinantes de maiores impactos, sendo maior e significativo nos índices que captam sua intensidade e severidade. Por sua vez, o primeiro fator contribuiu para a queda de todas as medidas de pobreza.
5. O PIB *per capita* dos estados não apresentou nenhum efeito sobre os índices de pobreza. Esse resultado pode ser devido à alta concentração de renda que de certa maneira arrefeceu o efeito do crescimento econômico.
6. O impacto do crescimento dos anos de estudo na redução da pobreza é importante para todos os índices de pobreza principalmente para a proporção de pobres. Investimentos em

educação e políticas voltadas para a desconcentração de renda parecem ser tão mais importantes quanto às políticas que apenas estimulam o crescimento isolado do PIB.

Enfim, os resultados mostram que as políticas de diminuição da concentração de renda e de educação são importantes no combate à pobreza. Por outro lado, se as políticas de crescimento do PIB e educação aumentarem a concentração da renda, elas podem apresentar impactos moderados ou até mesmo agravar a pobreza.

Até recentemente o Brasil era o país mais desigual do mundo, no entanto, nas últimas décadas, o nível de desigualdade econômica no Brasil foi reduzido num ritmo maior que o de qualquer outro país. Segundo Rosenberg (2011a, p. 1)

Entre 2003 e 2009, a renda dos pobres brasileiros cresceu sete vezes mais que a renda dos brasileiros ricos. A pobreza foi reduzida neste período de 22% para 7% da população. Vários fatores contribuíram para esta surpreendente realização no Brasil. Mas o programa Bolsa Família é o maior responsável como programa social que transformou a forma com que os países de todo o mundo ajudam os pobres.

Os programas de Transferência Condicional de Renda do Brasil foram iniciados antes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ele consolidou vários programas e os expandiu. Cobria cerca de 50 milhões de brasileiros, um quarto dos habitantes do país. Pagava um valor mensal de 13 dólares para as famílias pobres por criança de 15 anos ou menos que estivesse na escola, para até três crianças. As famílias tinham um valor adicional de 19 dólares por criança de 16 ou 17 anos ainda na escola, para um máximo de duas crianças. Famílias que viviam na extrema pobreza recebiam um benefício básico de 40 dólares, sem condições (ROSENBERG, 2011b).

Uma observação importante e após percorrer esta revisão bibliográfica, seria ressaltar que a mesma não pretende esgotar o assunto e sim trazer pontos de esclarecimento e curiosidades sobre alguns temas considerados relevantes a pesquisa realizada. O objetivo é que estes textos sejam esclarecedores de algumas curiosidades e tragam perspectivas acerca dos temas abordados que contribuam para sua compreensão.

APÊNDICE C – Tabela com o número de benefícios do PBF e o total de gastos anual que o Município de Miracema apresenta.

NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO PBF E TOTAL DE GASTOS ANUAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA – RJ³⁶							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de beneficiários	2.021	1.956	2.154	2.164	2.300	2.108	2.114
Total de repasse anual	1.992.435	2.365.141	2.978.368	4.048.298	4.417.221	3.747.014	3.510.101

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados retirados do Portal da Transparência do Governo Federal.

APÊNDICE D – Tabela com o número de alunos acompanhados pela condicionalidade da frequência escolar em Miracema no mês de Dezembro do ano de 2016.

ALUNOS ACOMPANHADOS PELA CONDICIONALIDADE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR EM MIRACEMA EM DEZEMBRO DE 2016³⁷		
TIPO DE ESTABELECIMENTO	FREQUÊNCIA DE 85% (Entre 6 e 15 anos)	FREQUÊNCIA DE 75% (Jovens de 16 e 17 anos)
Escolas Municipais	1.541 alunos	54 alunos
Escolas Estaduais	236 alunos	318 alunos
Escolas Particulares	59 alunos	9 alunos
APAE	3 alunos	1 aluno
Total de alunos abrangidos pelo programa	1.839 alunos	382 alunos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Sistema Presença.

³⁶ Dados retirados do Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2016

³⁷ Dados retirados do Sistema Presença, utilizado para lançar a frequência de alunos beneficiários do PBF. Disponível em <<http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>> Acesso em: 19 de mar. 2016.

APÊNDICE E – Tabela de representação para a quantidade de habitantes da população que vivem em situação de extrema pobreza.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA DISTRIBUÍDA POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA ³⁸	
Idade	Quantidade/hab.
0 a 4	138
5 a 14	346
15 a 17	89
18 a 19	48
20 a 39	326
40 a 59	168
65 ou mais	50
Total	1.165

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

APÊNDICE F- Tabela representando o número de famílias com renda mensal abaixo de meio salário mínimo em Miracema.

FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL PER CAPTA ABAIXO DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO EM MIRACEMA (IBGE – Censo 2010) ³⁹	Nº	%
Menos de 1/4 e entre 1/4 e 1/2 salário mínimo (casal sem filhos)	69	0,89%
Menos de 1/4 e entre 1/4 e 1/2 salário mínimo (casal com filhos)	61	0,78%
Menos de 1/4 e entre 1/4 e 1/2 salário mínimo (mulheres com filhos sem cônjuge)	159	2,04%
Sem rendimento mensal (casal sem filhos)	11	0,14%
Sem rendimento mensal (casal com filhos)	5	0,06%
Sem rendimento mensal (mulheres com filhos sem cônjuge)	216	2,77%
Total de famílias residentes no município (rural e urbana)	7.792	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2010.

³⁸ Dados retirados do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRiv3/geral/>> Acesso em: 09 de mar. 2016.

³⁹ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010), Resultado da Amostra de Famílias. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330300&idtema=93&search=rio-de-janeiro|miracema|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-familias-->>> Acesso em: 29 de fev. 2016.

APÊNDICE G – Tabela de análise do Produto Interno Bruto de Santo Antônio de Pádua.

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB DA MICRORREGIÃO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - 2012⁴⁰		
CIDADE	PIB TOTAL	PIB PER CAPTA
Santo Antônio de Pádua	R\$655.036,00	R\$16.024,95
São José de Ubá	R\$103.507,00	R\$14.592,82
Cambuci	R\$202.313,00	R\$13.622,83
Itaocara	R\$310.138,00	R\$13.552,63
Miracema	R\$314.984,00	R\$11.748,76
Aperibé	R\$110.190,00	R\$10.449,48
PIB per capita Nacional	R\$22.642,40	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE – Censo Demográfico 2010.

APÊNDICE H – Tabela informativa de empregos formais no Município de Miracema em 2014.

EMPREGOS FORMAIS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA EM 2014⁴¹		
SETOR	NÚMERO DE EMPREGADOS	PORCENTAGEM
Administração Pública	1.358	35%
Comércio	922	24%
Indústria de Transformação	646	17%
Serviços	587	15%
Agropecuária	227	6%
Construção Civil	131	3%
Total de Empregos Formais	3.871	100%

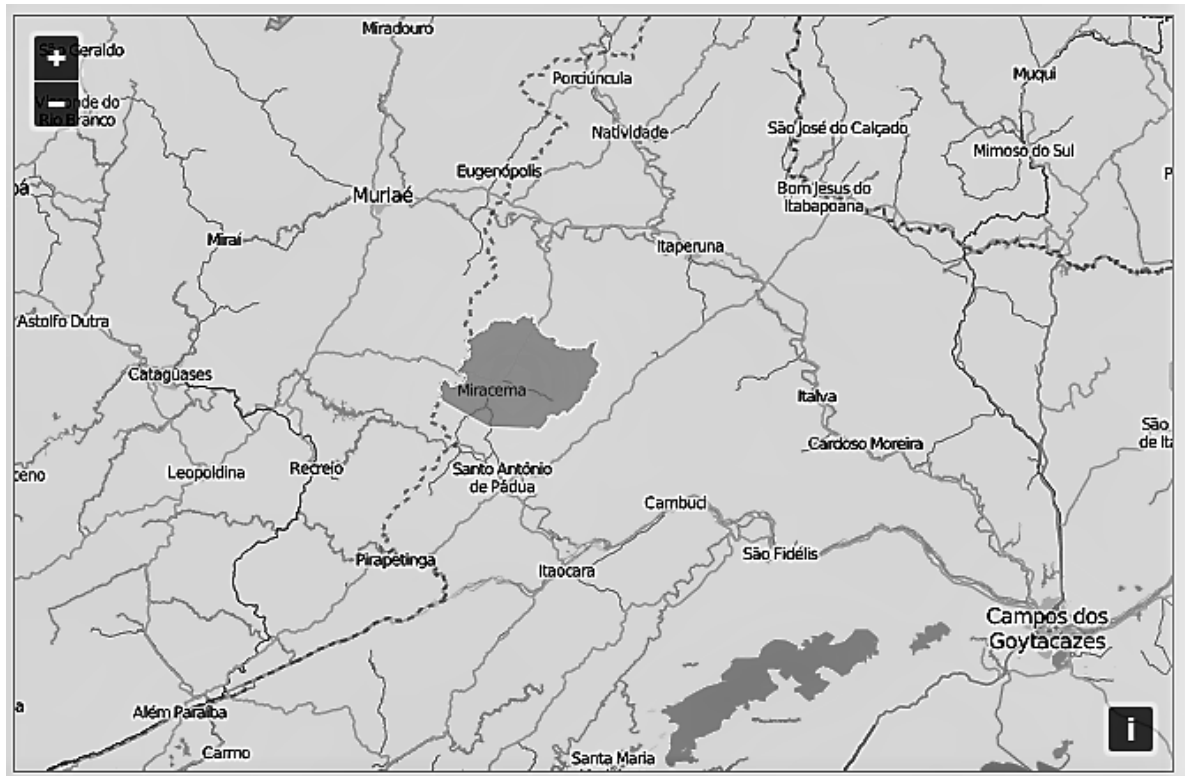
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

⁴⁰ Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010). Produto Interno Bruto dos Municípios - 2012. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330300&idtema=134&search=rio-de-janeiro%7Cmiracema%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>> Acesso em: 29 de fev.2016. ⁴⁰ Dados retirados do Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

⁴¹ Dados retirados do Portal do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em <<http://acesso.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

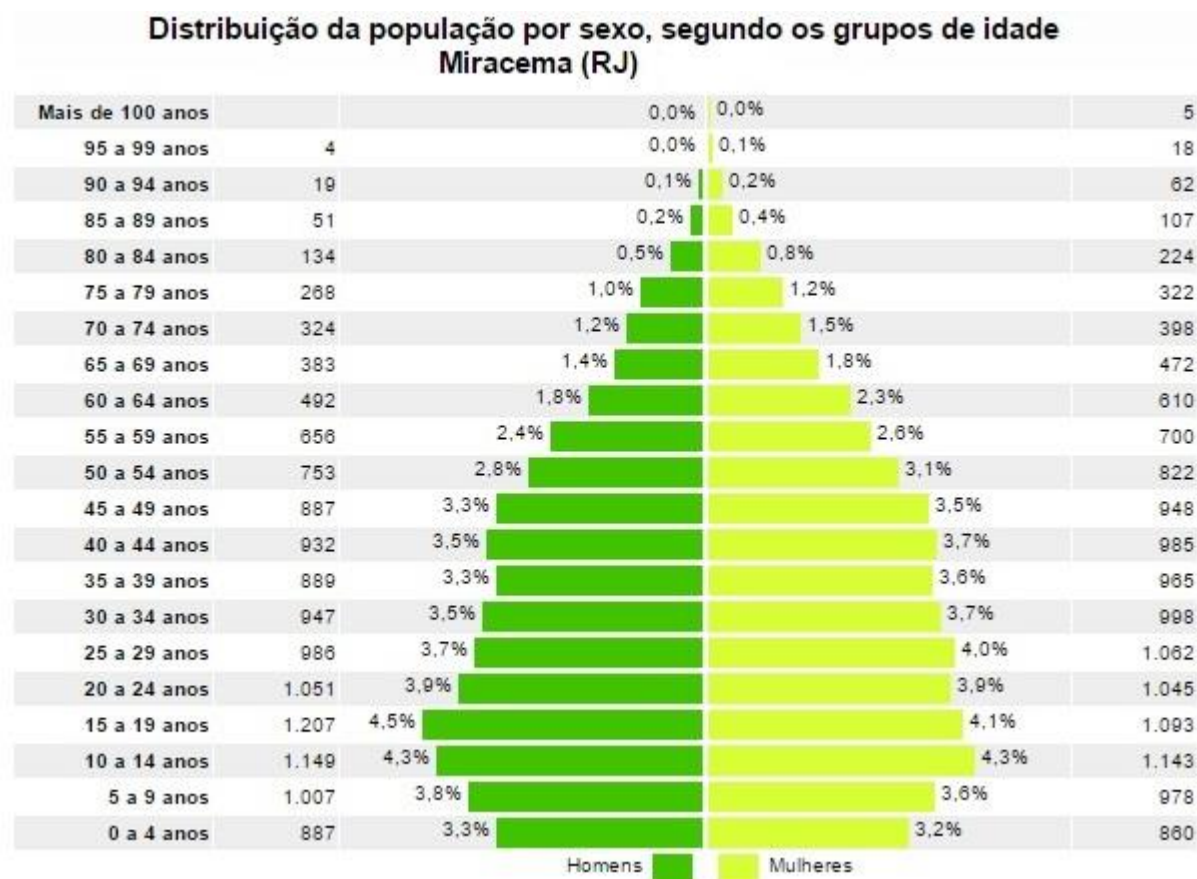
ANEXOS

ANEXO A - Mapa com localização geográfica do Município de Miracema/RJ ⁴²



⁴² Retirado do site do IBGE. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330300>>
Acesso em: 05 de março de 2016.

ANEXO B – Gráfico da população residente, por grupos de idade e sexo, no município de Miracema. Em Sinopse do Censo Demográfico 2010⁴³.



43

ANEXO C - Tabela Elaborada por Manzini com regras de transcrição criados por marcuschi (1986)

Categorias	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
1. Falas simultâneas	[[]]	Usam-se colchetes para dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... B: mas eu não tive num remorso né? A: [mas o que foi que houve?] J: [meu irmão também fez uma dessas?] B: depois ele voltou e tudo bem.
2. Sobreposição de vozes	[]	Dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... E: o desequilíbrio ecológico pode a qualquer momento: acabar com a civilização [natural] J: [mas não pode ser? o mundo tá se preocupando com isso E.J (+) o mundo tá evitando!...]
3. Sobreposições localizadas	[]	Ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno. Usa-se um colchete abrindo e outro fechando.	... M: A. é o segu [inte'] eu queria era:: A: [im] M: eh: dizer que ficou pronta [a cópia] A: [ah sim] M: ela fez essa noite (+)!...]
4. Pausas e silêncios	(+) ou (2.5)	Para pausas pequenas sugere-se um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas em mais de 1.5 segundo, cronometradas, indica-se o tempo.	Ver exemplos no item 5.
5. Dúvidas ou sobreposições	()	Quando não se entender parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão <i>mandível</i> ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.	... A: !... por exemplo (+) a gente tava falando em desajuste, (+) EU particularmente acho tudo na vida relativo, (1.8) TUDO TUDO TUDO (+) tem um que sã::o (+) tem pessoas problemáticas porque tiveram muito amor (é o caso) (incompreensível) (+) outras porque!...]
6. Truncamentos bruscos	/	Quando o falante corta a unidade pôde-se marcar o fato com uma barra. Esse sinal pode ser utilizado quando alguém é bruscamente cortado pelo interlocutor.	... L: vai tã que investi né? C: / (+) agora tem uma possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morã lá (+) e:le o dono/ ((rápido)) ela teve conversan comi/ agora ele já disse o seguinte (+) ...
7. Ênfase ou acento forte	MAIÚSCULA	Silaba ou palavras pronunciada com ênfase ou acento mais forte que o habitual.	Ver exemplos
8. Alongamento de vogal	::	Dependendo da duração os dois pontos podem ser repetidos.	... A: co::mo" (+) e::u
9. Comentários do analista	(())	Usa-se essa marcação no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere.	((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tossindo)), ((fala nervosamente)), ((apresenta-se para falar)), ((gesticula pedindo a palavra))
10. Silabação	-----	Quando uma palavra é pronunciada silaba por silaba, usam-se hifens indicando a ocorrência.	
11. Sinais de entonação	" ' ,	<i>Aspas duplas</i> para subida rápida. <i>Aspas simples</i> para subida leve (algo como um virgula ou ponto e virgula). <i>Aspas simples abaixo da linha</i> para descida leve ou simples.	Ver itens 1, 6 e 8.
12. Repetições	Própria letra	Reduplicação de letra ou silaba.	e e e ele; ca ca cada um.
13. Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção		Usam-se reproduções de sons cuja grafia é muito discutida, mas alguns estão mais ou menos claros.	eh, ah, oh, ih:::, mhm, ahã, dentre outros
14. Indicação de transição parcial ou de eliminação	... ou !...]	O uso de reticências <i>no inicio e no final</i> de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. <i>Reticências entre duas barras</i> indicam um corte na produção de alguém.	Ver item 5.

Fonte: (MARCUSCHI, 1986, *apud* MANZINI)

ANEXO D – Termo de consentimento e livre esclarecimento para pesquisa com o público.



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO EM ENSINO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa referente ao Trabalho exigido como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ensino do aluno deste referido curso, RAFAEL BORGES GUIMARÃES DA ROCHA, Matrícula 098.115.013, intitulado de **“ENTRE A SUBJETIVAÇÃO E A SINGULARIDADE: OS MÚLTIPLOS DEVIRES DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”**.

Este trabalho está sendo acompanhado pela Professora e Orientadora MARISTELA BARENCO CORRÊA DE MELLO, e tem como principal objetivo traçar o desenho de um Programa Federal dentro do território da *micropolítica* em uma cidade do interior. As informações coletadas no mesmo, terão finalidades acadêmicas e serão utilizadas para elaboração do trabalho final do aluno.

Para isso, solicitamos seu consentimento para realização desta pesquisa, respondendo a entrevista que lhe será aplicada. O aluno transcreverá a entrevista, garantindo total sigilo por parte dos entrevistados na hora de transcrever e analisar os dados, estando os participantes mantidos no anonimato e seus dados preservados em sigilo. Informo, também, que serão aplicadas gravações de áudio durante as entrevistas.

A participação nesta pesquisa é livre, opcional e sem custos, constando como sua característica a voluntariedade.

Pelo documento presente, manifesto meu consentimento para participar desta pesquisa.

_____, ____/____/____

Local e Data

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador